

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

RODRIGO GONÇALVES MAJEWSKI

**ASSEMBLEIA DE DEUS E TEOLOGIA PÚBLICA: O DISCURSO
PENTECOSTAL NO ESPAÇO PÚBLICO**

São Leopoldo

2010

RODRIGO GONÇALVES MAJEWSKI

**ASSEMBLEIA DE DEUS E TEOLOGIA PÚBLICA: O DISCURSO
PENTECOSTAL NO ESPAÇO PÚBLICO**

Dissertação de Mestrado
Para obtenção do grau de Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Teologia e História

Orientador: Dr. Rudolf von Sinner

São Leopoldo

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M233a Majewski, Rodrigo Gonçalves
Assembléia de Deus e teologia pública: o discurso
pentecostal no espaço público / Rodrigo Gonçalves Majewski
; orientador Rudolf Von Sinner : EST/PPG, 2010.
93.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia.
Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São
Leopoldo, 2010.

I. Assembléia de Deus – Doutrinas 2. Pentecostalismo –
Brasil. 3. Igrejas pentecostais – Doutrinas. 4. Teologia
pública. I. Sinner, Rudolf Eduard von. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

RODRIGO GONÇALVES MAJEWSKI

ASSEMBLEIA DE DEUS E TEOLOGIA PÚBLICA: O DISCURSO PENTECOSTAL NO
ESPAÇO PÚBLICO

Dissertação de Mestrado
Para obtenção do grau de Mestre em
Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Teologia e
História

Data: 25 de agosto de 2010

Rudolf von Sinner – Doutor em Teologia – EST (presidente)

Roberto Ervino Zwetsch – Doutor em Teologia - EST

Ricardo Mariano – Doutor em Sociologia – PUC/RS

RESUMO

MAJEWSKI, Rodrigo Gonçalves. **Assembleia de Deus e Teologia Pública**. O discurso pentecostal no espaço público. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia/Programa de Pós-Graduação em Teologia, 2010.

A presente dissertação apresenta alguns temas da teologia pentecostal em interface com o conceito de teologia pública, buscando refletir sobre as possíveis consequências, no espaço público, de um discurso fundamentado no pentecostalismo. O primeiro capítulo apresenta a teologia mais popular das Assembleias de Deus, manifesta nas revistas de escola bíblica dominical publicadas pela editora da denominação, a CPAD. Nela se constata que houve um progressivo interesse da denominação em relação às questões sociais/políticas, ampliando-se gradativamente, ainda que não maciçamente, o espaço dedicado a essa temática, havendo um aprimoramento constante da fundamentação teológica. O segundo capítulo explica de forma resumida alguns temas relevantes da teologia pentecostal assembleiana, os quais seriam relevantes e enriquecedores para a fundamentação da relação entre crente/igreja e sociedade desde o ponto de vista desta corrente teológica. Os temas são os seguintes: o poder do Espírito (poder de Deus) e os milagres; a eclesiologia; a santificação e a ética pentecostal, com sua ênfase na separação do “mundo”; a escatologia e sua crença no retorno iminente de Cristo; e a noção de guerra espiritual e toda a cosmologia pentecostal (a crença em anjos, demônios e sua influência sobre indivíduos, sociedade e realidade em geral). O terceiro capítulo pergunta pelas consequências públicas que se podem extrair destes pontos específicos da teologia pentecostal. Discorre, num primeiro momento, sobre como os mesmos não deveriam ser interpretados, na medida em que poderiam levar a condutas inadequadas para um cristão no espaço público, ao menos inadequadas do ponto de vista de uma teologia pública. Num segundo momento, aponta algumas leituras que parecem mais adequadas para os temas teológicos pentecostais, extraindo então consequências desejáveis e em consonância com o que alguns teólogos públicos propõem, facilitando o diálogo com a sociedade e uma participação mais efetiva no espaço público, em busca do bem comum, por parte do crente pentecostal e das próprias Assembleias de Deus enquanto instituição. Propõe, em resumo, as seguintes interpretações: poder de Deus que implique em serviço comunitário humilde para toda sociedade; uma igreja peregrina, mas consciente e atuante; uma ardente expectativa pela consumação do Reino de Deus que motive a transformação social; uma santificação que se expanda pelo social, no combate às injustiças; e uma postura humilde e sábia quanto aos fenômenos espirituais que possam influenciar as pessoas e a sociedade.

Palavras-chave: Teologia Sistemática, Teologia Pentecostal, Teologia Pública, Assembleia de Deus, espaço público.

ABSTRACT

MAJEWSKI, Rodrigo Gonçalves. **Assembly of God and Public Theology**. The Pentecostal discourse in public space. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia/Programa de Pós-Graduação em Teologia, 2010.

The current dissertation presents some topics of Pentecostal theology in interface with the concept of public theology, seeking to reflect on the possible consequences, in the public space, of a Pentecostalist based speech. The first part presents the more popular theology of the Assemblies of God, present in Sunday school magazines published by the publishing house of the denomination, CPAD. There has been a growing interest from this denomination in social and public issues, gradually expanding, even if not massively, the space dedicated to this topic, with a constant improving of the theological grounding. The second part also shortly explains some relevant topics of the Pentecostal theology of the Assemblies of God, which would be both applicable and enriching for the base of the relation between the believer, the church and the society from this theological school's point of view. The topics are the following: the power of the spirit (God's power) and the miracles; the ecclesiology; the sanctification and Pentecostalist ethics with its emphasis on the separation from the world; eschatology and its belief in the imminent return of Christ; and the notion of spiritual war and all pentecostal cosmology (belief in angels, demons and their influence on individuals, society and general reality). The third part asks about the public consequences that can be extracted from specific aspects of pentecostal theology. It talks, in a first moment, about how not to interpret. This could lead to inappropriate conducts for a Christian in the public space from the point of view of public theology. Subsequently this part suggests some readings that seem more adequate for the Pentecostal theology topics. It extracts from this theology desirable consequences in consonance to what some public theologians propose as a way of favoring the dialogue with society and promote a more effective participation in the public space in the search of a common good. This comes from the Pentecostal believer and the Assembly of God itself as an institution. Suggests the following interpretations: the power of god that summons humble community service to all society; a pilgrim church but aware and active; a burning expectation of the consummation of God's kingdom that motivates social transformation; a sanctification that spreads through society fighting injustice; and a humble and wise posture at the sight of spiritual phenomena that may influence people and society.

Key words: Systematic Theology, Pentecostal Theology, Public Theology, Assembly of God, public space.

AGRADECIMENTOS

A Deus,
que me deu capacidade para realizar este empreendimento.

Aos meus pais,
que sempre me apoiaram na decisão de aprofundar meus conhecimentos teológicos.

Aos colegas do mestrado e do grupo de pesquisa,
com os quais pude ter discussões interessantes, enriquecedoras e bem humoradas.

Ao Professor Dr. Rudolf von Sinner,
sob cuja orientação pude pesquisar com total autonomia, sem patrulhamentos ideológicos.

Aos alunos do Instituto Bíblico Esperança (IBE),
que com suas dúvidas e comentários me ajudaram a refletir sobre a situação do pentecostalismo.

Ao Pastor Eliezer Morais,
que disponibilizou a estrutura do IBE para me auxiliar nas pesquisas.

Ao aluno Paulo Brizola
que me auxiliou nas pesquisas do mestrado.

Ao Professor de Escola Bíblica Dominical Misael,
que ajudou a despertar em mim o desejo de conhecer mais sobre os mistérios de Deus.

À Assembleia de Deus de Porto Alegre,
igreja na qual fui livrado da morte ainda na minha infância, pelo poder de Deus, e que fez despertar
em mim o amor pela teologia ainda na minha adolescência, pela Escola Bíblica Dominical.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A TEOLOGIA POPULAR DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL - AS REVISTAS DE ESCOLA BÍBLICA DOMINICAL.....	17
1.1 RÁPIDAS ABORDAGENS AOS TEMAS SOCIAIS: 1987-2004.....	18
1.2 MAIOR ÊNFASE À RELAÇÃO ENTRE IGREJA E MUNDO: 2005-2009.....	23
2. TEMAS DA TEOLOGIA PENTECOSTAL DE POSSÍVEL RELEVÂNCIA PÚBLICA	30
2.1 O PODER DO ESPÍRITO SANTO: BATISMO, DONOS, MILAGRES	34
2.2 A ECLESIOLOGIA PENTECOSTAL: MISSÃO DA IGREJA E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	41
2.3 SANTIFICAÇÃO: A VONTADE DE DEUS PARA O CRISTÃO	46
2.4 ESCATOLOGIA PENTECOSTAL: O RETORNO IMINENTE DE JESUS CRISTO.....	48
2.5 GUERRA ESPIRITUAL.....	51
3. CONSEQUÊNCIAS PÚBLICAS DA TEOLOGIA PENTECOSTAL	55
3.1 POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS PÚBLICAS INDESEJÁVEIS DA TEOLOGIA PENTECOSTAL	55
3.1.1 <i>Poder de Deus como justificativa para imposição ou como alienação do mundo.....</i>	<i>56</i>
3.1.2 <i>Igreja em busca de interesses próprios ou de uma hegemonia sobre o poder político.....</i>	<i>58</i>
3.1.3 <i>Santificação como moralismo radical.....</i>	<i>61</i>
3.1.4 <i>Escatologia como escapismo, alienação, fatalismo ou milenarismo revolucionário.....</i>	<i>63</i>
3.1.5 <i>Guerra espiritual como paradigma explicativo da totalidade da realidade.....</i>	<i>65</i>
3.2 POR UMA TEOLOGIA PENTECOSTAL COMUNICÁVEL: DIMENSÕES PÚBLICAS DESEJÁVEIS PARA A TEOLOGIA PENTECOSTAL	66
3.2.1 <i>O Poder de Deus: poder para o serviço.....</i>	<i>66</i>
3.2.2 <i>Igreja em busca do bem comum.....</i>	<i>70</i>
3.2.3 <i>Santificação como conduta adequada no espaço público e a santificação social.....</i>	<i>72</i>
3.2.4 <i>Escatologia como esperança e inspiração para uma ação realista e responsável.....</i>	<i>74</i>
3.2.5 <i>Guerra espiritual como humildade diante do inexplicável</i>	<i>77</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
ANEXO	95

INTRODUÇÃO

O pentecostalismo moderno, como movimento de renovação espiritual surgido dentro da igreja cristã, possui uma diversidade de práticas e teologias que se torna quase impossível falar em “uma” teologia pentecostal¹. Como consequência do avivamento de Azuza Street, em Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos, o qual é considerado a origem do fenômeno pentecostal moderno, vieram à luz no Brasil e no mundo, na primeira metade do século XX, diversas denominações, sendo a maior de todas, no continente latino-americano, as Assembleias de Deus do Brasil (AD), representante do chamado pentecostalismo “de primeira onda”², ou “clássico”³.

Em suas origens, a AD brasileira privilegiava o apoliticismo e uma radical separação em relação aos “de fora”, em razão da sua rígida condenação a tudo o que viesse do “mundo”. Nesse sentido, diversos estudiosos do fenômeno pentecostal brasileiro assinalam a mudança de mentalidade dessa denominação no que diz respeito a sua relação com a sociedade: do conhecido ditado “crente não se mete em política” passou-se a uma efetiva participação no espaço público, a partir da década de 1980, com a eleição de pastores ou membros apoiados pelas convenções para diversos cargos políticos em todo o país⁴.

O fato é que os pentecostais estão presentes no espaço público, para não mais sair.

¹ ARAÚJO, Isael. **Dicionário do Movimento pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007, p. 557.

² Esta é a classificação de Paul Freston, segundo o qual o pentecostalismo poderia ser dividido em três “ondas”: a primeira, representada pela Assembleia de Deus e Congregação Cristã do Brasil, que teve início na década de 1910; a segunda, nos anos 50 e 60, com o surgimento de novas denominações, como Quadrangular, Deus é Amor e O Brasil Para Cristo; e a terceira, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a Igreja Universal e Igreja da Graça, além de várias outras neopentecostais. FRESTON, Paul. Uma Breve História do Pentecostalismo Brasileiro: A Assembleia de Deus. **Religião e Sociedade**, vol. 16, n. 3, p. 104-128, 1994a, à p. 108.

³ MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999, p. 24, 25.

⁴ FRESTON, Paul. **Evangélicos na Política Brasileira: história ambígua e desafio ético**. Curitiba: Encontro Produções, 1994b, p. 40-43, 62; MARIANO, 1999, p. 30.

Rui Josgrilberg destaca que, na América Latina, o crescimento dos pentecostais foi tão grande que tiveram aumentadas suas responsabilidades sociais e visibilidades políticas, de forma que não podem mais se omitir ou distanciar dos assuntos extraeclesiais. Porém, deveria haver reflexões teológicas pentecostais mais aprofundadas, inclusive articulando o político e o social com o teológico, quiçá promovendo uma nova interpretação do social à luz das doutrinas fundamentais do movimento⁵.

Em relação à teologia pentecostal, mais especificamente a teologia da AD, cabe aqui uma observação preliminar: em virtude da presença decisiva dos missionários suecos, a teologia pentecostal assembleiana sofreu forte influência escandinava até a década de 1950, ocasião em que os norte-americanos se fizeram presentes com maior força por meio dos institutos bíblicos e de obras traduzidas pela CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus)⁶. Recentemente, porém, e em relação a esta literatura, a ênfase passou a ser a reflexão teológica própria, a partir de autores nacionais, não se negligenciando, evidentemente, a herança estrangeira recebida. Neste sentido, surgiu em 2008 a “Teologia Sistemática Pentecostal”⁷, primeira obra do gênero editada e escrita por brasileiros, a qual foi bastante utilizada neste trabalho.

As reflexões mais amplas sobre a relação entre igreja e sociedade, porém, ainda escasseiam nos meios pentecostais. Faz-se necessário refletir sobre as especificidades da teologia pentecostal, bem como as possíveis consequências, no espaço público, de um discurso fundamentado nesse padrão teológico específico.

Assim, e acima de tudo, esta pesquisa se propõe a fazer uma **análise teológica** da teologia pentecostal assembleiana, verificando possíveis interações desse discurso com a sociedade, esta última em sentido amplo. Para tanto, um diálogo, ainda que incipiente, com a chamada Teologia Pública será feito, para que se comece a refletir até que ponto o discurso pentecostal assembleiano pode interagir com esse campo de estudos teológicos. O método utilizado foi o da pesquisa bibliográfica.

Preferiu-se delimitar o período de análise da teologia da AD entre o fim da década de 1980 e o ano de 2010, pois foi a partir dessa época que, com a Assembleia Nacional

⁵ JOSGRILBERG, Rui. Pentecostalismo e questões teológicas. **Revista de Cultura Teológica**, vol. 3 n. 13, p. 57-68, 1995, à p. 67.

⁶ ARAUJO, 2007, p. 558s.

⁷ GILBERTO, Antônio. *et al.* (ed.). **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.

Constituinte, a denominação “despertou” para a esfera pública, passando a fundamentar teologicamente a participação do crente nos diversos espaços da sociedade, especialmente nos meios políticos. Desde então, portanto, pode-se perceber um maior volume de material teológico abordando assuntos que transcendem a realidade individual/espiritual/eclesial.

Quanto ao material da pesquisa, as fontes foram praticamente todas primárias, em especial no que diz respeito à teologia pentecostal. Foram consultadas as obras publicadas pela CPAD, a partir de autores brasileiros. Alguns escritos fundamentais e sistematizadores foram publicados há poucos anos (2007 e 2008) e serviram de base para a análise da teologia pentecostal da AD: o **Dicionário do Movimento Pentecostal**⁸, de Isael de Araújo, e a **Teologia Sistemática Pentecostal**⁹, editada por Antônio Gilberto, um dos maiores nomes da teologia pentecostal nacional. Esta última constitui-se numa obra de vários teólogos da denominação. Não traz grandes novidades, tampouco examina exaustivamente os temas pentecostais, deixando de seguir parâmetros acadêmicos de discussão. A abordagem do assunto lembra o estilo de manuais mais antigos de “Doutrinas Bíblicas”, onde se resumem as principais doutrinas aceitas pela igreja. Em alguns casos, copiaram-se trechos inteiros de livros já publicados por alguns dos autores¹⁰. Contudo, o aspecto relevante da obra é que, no âmbito da CPAD, ela é a primeira do gênero a comentar alguns aspectos da responsabilidade social dos cristãos enquanto igreja.

Para a primeira parte do trabalho, além da leitura dessas obras básicas, foi realizado um levantamento da teologia constante nas Revistas de Escola Bíblica Dominical (EBD) a partir de 1987, coincidindo com o momento em que a AD passou a participar do espaço público de forma mais ostensiva, motivada pela Assembleia Nacional Constituinte. Esse material constituiu-se em importante fonte de pesquisa, visto que, numa linguagem mais acessível, reflete o pensamento teológico oficial da AD. Todas as revistas pesquisadas foram escritas por autores brasileiros vinculados à denominação. Assim, pode-se concluir com razoável segurança que as ideias exaradas nessas publicações refletem ou ao menos refletiam na época em que foram publicadas as concepções dominantes das lideranças e dos teólogos vinculados à AD.

⁸ ARAÚJO, 2007.

⁹ GILBERTO, 2008.

¹⁰ Como exemplo, menciona-se a seguinte obra, a qual possui vários trechos transcritos para a Teologia Sistemática Pentecostal mencionada na nota anterior: GILBERTO, Antônio. **Verdades Pentecostais**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006a.

Por fim, dada a influência que teve e ainda tem nos seminários e para o estudo da teologia pentecostal, a obra **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal**¹¹, editada por Stanley M. Horton (para muitos ainda a melhor teologia sistemática pentecostal publicada em português) também foi utilizada neste trabalho. Pequenos livros publicados por autores consagrados na AD também serviram como fonte, sempre que dessem alguma ênfase para o movimento pentecostal ou para assuntos sociais/políticos.

Quanto à teologia pública, as obras básicas utilizadas foram aquelas de autores recomendados pelo orientador desta pesquisa ou de alguma forma discutidas no grupo de pesquisa Ética Teológica e Sociedade, do qual este pesquisador participou, ou ainda no Simpósio Internacional de Teologia Pública, realizado na EST em julho de 2008: Max Stackhouse, Ronald Thiemann, Dirkie Smit, Linnel Cady, Nico Koopman, David Tracy, entre outros. A partir desses referenciais teóricos se procurou definir de forma breve o que se entende por teologia pública, assim como a forma de exercê-la, para então, de posse desses conceitos, se promover o diálogo com alguns dos temas da teologia pentecostal. Outrossim, uma série de livros e artigos de autores que investigaram as relações entre pentecostais e a sociedade, especialmente entre pentecostais e política, fizeram parte do quadro teórico, entre eles Paul Freston, Ricardo Mariano, Francisco Cartaxo Rolim, Bernardo de Campos.

Partindo-se da teologia pentecostal assembleiana, esta pesquisa está pautada por duas perguntas básicas: 1) Qual o mandato do crente para além dos muros da igreja? 2) O que a teologia pentecostal tem a dizer sobre a relação do crente com a sociedade?

A partir desses questionamentos, e dentro do discurso teológico pentecostal, pretende-se apontar alguns temas que, direta ou indiretamente, possam ajudar a entender o papel do crente pentecostal diante da sociedade, fundamentando ou motivando condutas pautadas pelo bem comum diante do espaço público. Tais assuntos foram retirados desta bibliografia supramencionada, e a princípio seriam os seguintes: o poder do Espírito (poder de Deus) e os milagres, a noção de guerra espiritual e toda a cosmologia pentecostal (a crença em anjos, demônios e sua influência sobre indivíduos, sociedade e realidade), a escatologia e sua crença no retorno iminente de Cristo, a santificação e a ética pentecostal, com sua ênfase na separação do “mundo”.

¹¹ HORTON, Stanley M. (ed.). **Teologia Sistemática: uma perspectiva Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.

Para analisar essas questões, cabe deixar algumas palavras sobre o que se entende por teologia pública. A teologia tem como tarefa não somente compreender a natureza da verdade bíblica, mas também refletir sobre como essa verdade trata as questões da atualidade. Isso significa que a igreja deve estar envolvida não só com as questões teológicas *internas*, que são indispensáveis e fundacionais (interpretação bíblica, evolução histórica dos dogmas, etc.), mas também com questões *externas*, ou seja, como as suas crenças estão relacionadas com seu contexto cultural, como elas influenciam o engajamento do crente no mundo em que vive, ou, em outras palavras, como comunicar o evangelho em uma sociedade pós-moderna, multiétnica e multirreligiosa¹². Estender as reflexões teológicas para este nível de questionamento significa adentrar no campo da teologia pública.

De qualquer forma, é importante esclarecer que não existe um sentido unívoco para o termo “teologia pública”¹³. A teologia é naturalmente pública no sentido de que não se trata de mero conhecimento esotérico, para poucos iniciados ou restrita a pequenos grupos ou classes sociais. Além disso, supõe-se que as questões propostas pela teologia são do interesse de toda sociedade, como por exemplo, a tentativa de responder à pergunta pelo sentido da existência humana. Por outro lado, uma vez que formam o caráter de uma pessoa e sua postura na sociedade, a religião e a teologia mostram seus potenciais de influenciar o espaço público, sendo certo que moldam o espaço e o tempo da sociedade na medida em que as manifestações de fé são por ela assimiladas com o passar do tempo¹⁴.

Nico Koopman, em artigo bastante didático sobre a teologia pública, afirma que existem duas tendências nesse campo de estudos teológicos. A primeira enfatiza o aspecto da busca de um discurso racional e comunicável aos de fora da igreja, que não compartilham da mesma fé, visando ao estabelecimento de uma base de consenso a respeito de questões de justiça na esfera pública. Em outras palavras, pretende “tratar de questões que afetam a sociedade como um todo e de lidar com essas questões de uma maneira acessível a todos na esfera pública.”¹⁵ A segunda enfatiza que fazer teologia pública é refletir sobre como ser igreja no espaço público, mantendo-se fiel às suas próprias convicções de fé, de forma que os

¹² WELLS, David. A Supremacia de Cristo em um Mundo Pós Moderno. In PIPER, John; TAYLOR, Justin (Orgs.). **A Supremacia de Cristo em um Mundo Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007, p. 19-51, à p. 23.

¹³ SMIT, Dirkie. Notions of the Public and Doing Theology. **International Journal of Public Theology**, Leiden, ano 1, n. 1, p. 431-454, 2007, à p. 443.

¹⁴ STACKHOUSE, Max. Reflection on How and Why we go Public. **International Journal of Public Theology**. Leiden, ano 1, n. 1, p. 421-430, 2007, à p. 423.

¹⁵ KOOPMAN, Nico. Apontamentos sobre a teologia pública hoje. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 22, mai.-ago. 2010 (no prelo), p. 02.

teólogos deveriam se preocupar mais em como ser boas testemunhas de sua fé diante dos que não compartilham as mesmas convicções religiosas, manifestando sua ética social de serviço¹⁶.

Para este trabalho, propõe-se adotar um conceito que leve em conta as duas perspectivas: por um lado, parte-se de uma determinada confissão religiosa (no caso o cristianismo pentecostal), procurando ser igreja no espaço público, testemunhando suas convicções de fé, agindo em consonância com seus princípios religiosos. Por outro lado, defende-se também que as manifestações pentecostais na esfera pública se deem através de um discurso teológico apologético, razoável e fundamentado, apto a participar das discussões públicas, dialogando com a academia, sociedade, economia, cultura, etc., sempre em busca de uma base para a convivência em comum com os que não compartilham a mesma fé.

Assim, temos que uma teologia pública também buscará entender a relação entre as convicções cristãs e o contexto social e cultural mais amplo¹⁷. Estará, portanto, atenta aos temas em pauta na sociedade, abordando-os desde uma perspectiva teológica. Estará presente no espaço público, manifestando-se através de um discurso teológico e racional, comunicável¹⁸, pretendendo ser ouvida por toda a sociedade, e se propondo a colaborar para o seu bem, com valores que possam estabelecer uma base para convivência razoável, mesmo para os cidadãos de outras confissões religiosas ou ateus. Diante disso, é possível afirmar que a teologia pública é apologética, pois objetiva interagir com a cultura e sociedade e expressar-se de uma forma inteligível àqueles que não compartilham das mesmas crenças, tentando demonstrar a razoabilidade de suas posições. Também se poderia afirmar, com base nessa

¹⁶ KOOPMAN, 2010, p. 3s.

¹⁷ THIEMANN, Ronald. **Constructing a Public Theology**: the Church in a Pluralistic Culture. Louisville: Westminster/John Knox Press, 1991, p. 19.

¹⁸ É certo que o que venha a ser um “discurso ou argumentação propriamente público” não é uma questão simples. Linell Cady entende, por exemplo que as manifestações da direita evangelical americana e das teologias da libertação latino americanas não seriam genuinamente públicos, pois seriam confessionais, sempre apelando para autoridades confessionais na defesa de suas posições. Max Stackhouse defende que o modelo mais adequado de argumentação seria o “apologético”, por oposição ao confessional. Esta proposta, ainda que não renegue totalmente a perspectiva confessional, defende que as propostas mais profundas da fé podem ser demonstradas de maneira razoável, como alternativa viável para um compromisso autêntico e autorizado, dialogando e debatendo com outras posições de fé. Percebe-se que as distinções são bastantes sutis, abstratamente falando. CADY, Linell. **Religion, Theology and American Public Life**. Albany: State University of New York, 1993, p. 25, 26; STACKHOUSE, Max. Public Theology and Political Economy in a Globalizing Era. In: STORRAR, Wiliam; MORTON, Andrew (Ed.) **Public Theology for the 21 Century**: Essays in honor of Duncan B. Forrester. London; New York: T&T Clark, p. 179-194, 2004, à p. 191.

conceituação, que os padres da igreja fizeram teologia pública, pois tentaram integrar a teologia cristã com a cultura greco-romana de sua época¹⁹.

Neste sentido, como proposta de conteúdo para uma teologia pública, convém mencionar o professor Max Stackhouse, segundo o qual as tradições Católica e Reformada nos Estados Unidos participam ativamente do espaço público e

veem o engajamento e a reforma dos recalcitrantes aspectos da alma humana e a ação por um governo justo, mas acima de tudo a formação e a sustentação da ecologia social da vida em comum para o bem-estar de todos, como uma parte da tarefa do Cristianismo. E em suas formas modernas, isto significa promover democracia, direitos humanos, economia aberta e a liberdade de transformar e organizar.²⁰

Isso significa também adotar uma postura crítica diante da sociedade e das formas pelas quais o cristianismo se relacionou com a mesma no decorrer da história. Como afirmou Tim Keller, “nós [os cristãos] experimentamos uma sociedade cristã que não foi tão boa assim. Já estivemos ali. Já fizemos isso”²¹.

A pergunta que fica é se o pentecostalismo, da mesma forma, pode defender contribuições semelhantes para o cenário brasileiro, em especial no que se refere à busca do bem estar de todos. Seu discurso teológico, se bem interpretado, possui aspectos suficientes para fundamentar a participação responsável e consciente dos cristãos vinculados a esse movimento nos assuntos públicos? Ou será que justifica e motiva o afastamento do fiel em relação às questões sociais e culturais, levando-o a uma *fuga mundi*? Ou ainda que não o afaste da esfera pública, fundamenta uma participação de uma maneira alienada, interesseira ou antidemocrática? Esta dissertação buscará dar ao menos uma resposta preliminar a essas questões.

O trabalho foi dividido em três capítulos, além da introdução e conclusão.

No primeiro, será apresentado o discurso popular da denominação, manifesto nas revistas de escola dominical publicadas pela CPAD. Esse discurso tem grande penetração

¹⁹ Sobre as tentativas de diálogo entre a tradição cristã e a cultura greco-romana, em especial na obra de Justino Mártir, Clemente de Alexandria, Orígenes e os Padres Capadócijs, vide JAEGER, Werner. **Cristianismo Primitivo e Paideia Grega**. Lisboa: Edições 70, 2002, p. 45, 58-65, 73-90, 94, 97.

²⁰ STACKHOUSE, Max. **Sociedade Civil, Teologia Pública, e a Configuração Ética da Organização Política em uma Era Global**. Apresentação no Simpósio Internacional de Teologia Pública na América Latina. São Leopoldo: EST, 2008, p. 11.

²¹ KELLER, Tim. O evangelho e a supremacia de Cristo em um Mundo Pós-Moderno. In: PIPER, 2007, p. 111-134, à p. 103.

entre todos os segmentos da denominação, sejam eles cultos ou não, uma vez que a escola dominical muitas vezes é o único estudo teológico da maioria dos membros e até de alguns líderes da AD. Ao final, esta primeira análise demonstrará que houve um progressivo interesse da instituição com relação às questões sociais e políticas, ampliando gradativamente (ainda que não maciçamente) o espaço dedicado a essa temática e realizando um aprimoramento constante da fundamentação teológica.

No segundo capítulo deste trabalho, serão explicados de forma resumida alguns temas relevantes da teologia pentecostal assembleiana, já mencionados acima, os quais, do ponto de vista deste pesquisador, são relevantes e enriquecedores para a fundamentação da relação entre crente/igreja e sociedade. Os temas foram selecionados tendo em vista a especificidade do discurso pentecostal (a diferença específica em relação às demais correntes e práticas teológicas evangélicas) e suas possíveis consequências públicas, na medida em que poderiam justificar e motivar condutas dos crentes no espaço público.

O terceiro capítulo tem como objetivo demonstrar quais consequências públicas poderiam ser extraídas desses itens específicos da teologia pentecostal. Neste ponto, a análise está dividida em duas partes, contando sempre com o suporte da teologia pública. Primeiramente, serão sopesadas as consequências indesejáveis para uma possível “teologia pública pentecostal” a partir daqueles temas teológicos selecionados previamente, ou seja, será analisado como não deveriam ser interpretados estes pontos, os quais poderiam levar um cristão a condutas inadequadas no espaço público, ao menos inadequadas sob o ponto de vista de uma teologia pública.

Num segundo momento, serão apontadas algumas leituras que parecem mais apropriadas para os temas teológicos pentecostais. Delas será possível extrair consequências desejáveis e em consonância com o que alguns teólogos públicos propõem, o que facilitaria o diálogo com a sociedade e geraria uma participação mais efetiva e a busca do bem comum por parte do crente pentecostal e da própria AD enquanto instituição.

Cabe mencionar que por ocasião das reuniões do grupo de pesquisa, a partir das longas discussões travadas em cada encontro, uma série de dúvidas conceituais foram levantadas, sendo que aos poucos foi possível formar uma certa ideia do que se pode entender por “teologia pública”, como já mencionado acima. A partir dessas reflexões, somadas a outras feitas a partir da leitura de outros livros publicados pela CPAD, ainda que não de

autores pentecostais²², pretende-se tecer os comentários e críticas sobre como a teologia pentecostal pode interagir com os diversos públicos ouvintes hoje disponíveis.

Não se pretende nesta pesquisa analisar todos os aspectos da teologia pentecostal que tenham alguma relação direta ou indireta com a teologia pública, tampouco exaurir a questão ou apresentar soluções definitivas para os problemas levantados a partir da teologia assembleiana. O que se propõe é manter o cerne da pesquisa: uma análise teológica do discurso pentecostal assembleiano no que o mesmo estabelecer relações com o espaço público.

²² PIPER, John; TAYLOR, Justin (Orgs.). **A Supremacia de Cristo em um Mundo Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

1. A TEOLOGIA POPULAR DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL - AS REVISTAS DE ESCOLA BÍBLICA DOMINICAL

Não estamos falando de um evangelho meramente social, mas do evangelho que transforma e reabilita o ser humano por completo. Este é um dos maiores desafios do amor²³.

O discurso teológico popular da AD está expresso nas revistas de Escola Bíblica Dominical, também chamadas de “Lições Bíblicas”. Neste capítulo apresentar-se-á a evolução temática da teologia manifesta nessas publicações nos últimos 23 anos, a qual, de uma pequena ênfase aos assuntos relacionados com questões de interesse público, passou a manifestar uma crescente, ainda que não predominante, preocupação com tais matérias.

A primeira constatação após o levantamento do conteúdo das lições das revistas de escola dominical dos últimos 23 anos é que, estatisticamente, os temas relacionados com a igreja/cristão e sociedade estão presentes, ainda que de forma esparsa e ocasional, no final da década de 1980 e primeira metade da década de 1990, e de forma mais constante, frequente e desenvolvida, nos últimos cinco anos. Por outro lado, comparadas com o número de lições anuais (52, uma para cada domingo), são poucas as que de algum modo fazem menção ao aspecto social ou ecológico e não se limitam à abordagem mais focada no transcendente ou na comunhão individual com Deus e com o próximo. Os temas mais comuns, trabalhados de diversas formas, são os seguintes: a busca do “batismo com o Espírito Santo”, sendo a glossolalia sua evidência inicial; a busca e uso dos “dons do Espírito” para a edificação da comunidade; santificação (muitas vezes com ênfase na separação ou diferenciação moral e ética radical em relação ao mundo); escatologia milenarista (o Reino de Deus será

²³ RENOVATO, Elinaldo. **Lições Bíblicas. Tempos trabalhosos: Como enfrentar os desafios desse século**, Rio de Janeiro: CPAD, 2007, p. 88.

estabelecido em breve, exclusivamente pelo poder de Jesus Cristo, e o cristão deve “estar preparado”, com uma vida santificada, para este acontecimento); a evangelização dos perdidos; doutrinas bíblicas fundamentais²⁴.

1.1 Rápidas abordagens aos temas sociais: 1987-2004

Entre 1987 e 1997 se passam onze anos, ocorrendo, eventualmente, uma ou outra lição dentro de algumas revistas nas quais se veem indícios que apontam para alguma preocupação social como consequência de reflexões teológicas e bíblicas. Na revista sobre as “parábolas de Jesus”, de 1990, por exemplo, há uma lição (de treze no total) que enfoca a parábola do bom samaritano. Nela encontramos o seguinte comentário:

Segundo o ensino de Jesus no corpo desta parábola, o nosso próximo é qualquer ser humano, principalmente os carentes, os fracos, os necessitados, os desprezados, os sofredores, os inimigos. A todos estes precisamos atender em lugar de Cristo – o verdadeiro bom samaritano, que ao retornar ao céu disse: “ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda a criatura”.²⁵

Por outro lado, de todos os temas estudados²⁶ nesse período, destaca-se o da revista do segundo trimestre de 1987, “Mordomia Cristã”²⁷. Ensino bastante comum nas Assembleias

²⁴ Essa constatação se fez por meio da análise do tema de cada uma das revistas de escola dominical nos últimos 23anos, bem como do conteúdo de cada lição. Para maiores detalhes sobre o tema de cada revista, vide o anexo deste trabalho.

²⁵ GILBERTO, Antônio. **Lições Bíblicas**. Lição 6: A parábola do bom samaritano, Rio de Janeiro: CPAD, 1990, p. 25.

²⁶ Para um sumário dos assuntos de cada uma das revistas, vide o apêndice.

²⁷ CABRAL, Elienai. **Lições Bíblicas**. Rio de Janeiro: CPAD, 1987. Lições importantes: 1- “O que é mordomia cristã: O estudo da mordomia cristã leva-nos à verdadeira filosofia de vida cristã. Os princípios básicos da vivência cotidiana do crente estão expostos na doutrina da mordomia. Esse estudo, sem dúvida, será capaz de oferecer uma atitude nova e positiva para com a vida em relação com o mundo em que vivemos. ... O conhecimento da mordomia cristã dá ao crente uma perspectiva mais global do significado da vida. Responde claramente à indagação: por que estou no mundo? Como viver sabiamente num mundo corrompido? (p. 03) Creio que este estudo acerca da mordomia cristã possa promover uma total revolução social e espiritual, e restaurar a consciência do dever de cada crente perante Deus e o mundo. Ao entendermos o significado dessa doutrina, estaremos aptos a fazer a obra de Deus em todas as suas dimensões. A doutrina bíblica da mordomia centraliza seus princípios na soberania de Deus sobre todas as coisas. Nós somos apenas seus mordomos (p. 04); 5 – Mordomia do dinheiro. Aprendemos aqui que a mordomia cristã nos ensina a usar recursos naturais na medida do necessário, controlando-os e conservando-os, a fim de que possa tirar o melhor proveito possível para si próprio e também para os demais. Deverá também zelar para que estes recursos naturais não se esgotem de uma vez só. Muitas vezes as devastações inconscientes das matas empobrecem a terra, e a exploração desordenada dos recursos minerais trazem consequências drásticas ao que precisam dos mesmos, posteriormente (p. 19); 12- Mordomia do amor cristão: **A mordomia do amor cristão aos necessitados**. Quando o amor divino nos domina, ele se torna poderoso em seus efeitos. Faz-nos preocupar com os necessitados e leva-nos a agir altruisticamente. Ele não vê barreiras, não faz fronteiras e vai além dos limites humano. É um fato incontestável, o de que o mundo está dominado pela ambição desenfreada, pela avareza, pela degenerescência física e moral do homem. Só o amor é capaz soerguer essa sociedade do seu egoísmo”. (p. 44, grifos do autor);

de Deus do Brasil, tendo inclusive um livro publicado pela CPAD²⁸, é o que mais se aproxima, no período, de uma fundamentação teológica da vida em sociedade, com possíveis implicações ecológicas²⁹. Nessa revista, a despeito se estar evidente que as principais preocupações tinham um cunho mais individual e moralista (santificação), vemos um ensino positivo a respeito do corpo, um chamado à prática da boa administração dos bens materiais, que pertencem a Deus, e não a nós, de forma que o dinheiro, os recursos materiais, devem ser usados com sabedoria, para o proveito de todos, em amor, o qual se manifesta em obras filantrópicas, sendo certo, citando as palavras do autor, que a ação do Espírito Santo não se dá somente “na esfera espiritual, mas também na social. A igreja tem uma responsabilidade social e não pode fugir à sua missão (Tg 1.27)”³⁰. Assim, verifica-se neste ensino que a AD não adotou uma visão gnóstica, docética ou negativista do corpo e da matéria, apesar de sua ênfase no “espiritual”, pois o material é visto como criação boa de Deus, e deve ser bem administrado pelo ser humano, e não destruído, ignorado ou negado³¹.

Outras lições que tiveram alguma relação com a temática social apareceram em 1989 (“A riqueza e os seus problemas”³²), e em 1990, quando houve lições sobre a relação entre Igreja e sociedade e Igreja e Estado³³. Em 1993 (no trimestre chamado “década da colheita”, em que se trabalhou o projeto evangelização e crescimento da AD em nível mundial), houve uma lição específica sobre “evangelização de grupos discriminados”³⁴; e em 1994, quando ao estudar os evangelhos sinóticos, lições sobre o amor cristão e novamente sobre a relação entre Igreja e Estado.³⁵

²⁸ CABRAL, Elienai. **Mordomia Cristã**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.

²⁹ A questão ecológica, porém, foi trabalhada explicitamente apenas em 2003, quando foi inserida novamente a questão da mordomia cristã nas revistas de escola dominical, através da lição “Cuidando da terra”. Ao mesmo tempo, editou-se o livro retro mencionado, lançado juntamente com a revista como fonte de subsídios para aprofundamento, tendo igualmente um capítulo sobre o meio ambiente.

³⁰ CABRAL, Elienai. 1987, Lição 13 – A mordomia da cooperação. p. 47.

³¹ As causas práticas que apontam um possível rebaixamento do corpo e do material devem ser buscadas em outros fatores, ao que tudo indica, que não a fundamentação teológica propriamente dita, mas talvez em um dualismo exacerbado a partir da má interpretação no que se refere à distinção, feita na teologia assembleiana, entre espírito, alma, e corpo.

³² OLIVEIRA, Raimundo de. **Lições Bíblicas**. Rio de Janeiro: CPAD, 1989, p. 37 e 39. Essa lição trata das preocupações que as riquezas trazem, e o risco de se afastar de Deus. Além disso, trabalha o julgamento dos ricos que oprimem os pobres, em especial aqueles que retém o salário ou pagam muito mal seus funcionários, ou aqueles que são indiferentes ao sofrimento dos necessitados.

³³ FERREIRA, Tulio Barros. **Lições Bíblicas. A igreja e a obra missionária**. Rio de Janeiro: CPAD, 1990, p. 12, 28.

³⁴ “Manter determinados grupos sociais à margem da evangelização é fruto de preconceito e nega, pela discriminação, o caráter universal do Evangelho”. COUTO, Geremias do. **Lições Bíblicas. A década da colheita**. Rio de Janeiro: CPAD, 1993, p. 32.

³⁵ SILVA, Ezequias Soares da Silva. **Lições Bíblicas. Evangelhos Sinóticos: a perfeita harmonia**. Rio de Janeiro: CPAD, 1994. Temos um comentário interessante a respeito do fundamentalismo violento: “Entretanto, o

Em 1996 constata-se uma maior presença da temática social, ainda que de forma sucinta. No primeiro trimestre, trabalhando o tema “discipulado”, menciona-se que o cristão não deve se isolar da sociedade³⁶. No segundo semestre, sob o tema “biografias bíblicas”, encontramos uma interessante lição a respeito de Débora e Jael, a qual enfatiza que para Deus inexistem distinções entre sexos, havendo na igreja primitiva várias mulheres que ajudam no trabalho cristão, como Priscila e Febe³⁷. No terceiro trimestre, nos estudos sobre Atos dos apóstolos, fala-se da comunhão primitiva da igreja, e rejeita-se o comunismo, como “demoníaco e materialista”, ao mesmo tempo em que se fazem críticas às igrejas que “não atentam para este lado social”.³⁸ Por fim, no quarto trimestre, com o título “Sal e Luz”, surge uma revista que, primeiramente, aconselha os ricos a perguntarem pela origem legítima de sua riqueza³⁹; em seguida, a abordagem é sobre a participação do cristão em organizações sociais, lamentando o conformismo com o mundo. Passa-se então às relações do cristão com a política sendo enfatizados os deveres (e somente os deveres) do membro como cidadão deste mundo. Além disso, o autor do estudo reconhece a legitimidade dos sindicatos, da importância da ajuda para o melhoramento do meio ambiente e menciona o termo *cidadania*, para criticar aqueles que só pensam nos seus direitos como cidadãos e se esquecem dos seus deveres “para com o Estado, o próximo e o alheio, quando a Palavra [de Deus] preceitua claro sobre isso”⁴⁰. Por último, trabalhando o tema da “justiça social”, fala-se em “evangelho pleno” e do cuidado das necessidades materiais do ser humano, como educação, saúde, vestuário, etc., ressaltando, porém, que “a pregação do evangelho, para a salvação do pecador, vem primeiro”. O autor da lição também condena a Teologia da Libertação, porque esta acreditaria que, ao se satisfazer as necessidades materiais das pessoas, estas melhorariam a si e ao seu ambiente, chegando assim à prática do real cristianismo. Isso seria impossível, pois o homem é mau e não pode mudar a si mesmo. Finalizada a revista, ainda sob este ponto, vê-se também um estímulo para

mundo está cheio de seitas e religiões que ensinam a matar e odiar os que não receberem suas crenças. Apresentam um amor ao próximo, ao ponto de desobedecerem as autoridades e à Palavra de Deus... e odeiam as pessoas que não pertencem ao seu grupo religioso, ao passo que Jesus manda amar até mesmo os seus inimigos. Alguns pregam o amor somente aos que amam aos seus deuses. Quem se recusar a isto, deve morrer”. p. 25. Vemos nessa passagem, além de uma importante rejeição ao fundamentalismo violento, também uma demonstração de que, a despeito das acusações (em alguns aspectos justas) de proselitismo, jamais a AD legítima o uso da violência ou o ódio aqueles que são “de fora” e não “se convertem”, pois isto contraria o amor cristão ensinado por Jesus.

³⁶ COUTO, Geremias do. **Lições Bíblicas. Discipulado e integração: o segredo para o crescimento da igreja.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 28.

³⁷ BÍCEGO, Valdir. **Lições Bíblicas. Aprendendo com os erros e acertos dos servos de Deus.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 25.

³⁸ SOARES Esequias. **Lições Bíblicas. Atos: o padrão para a igreja da última hora.** Lição 5 – Comunhão, a marca da igreja primitiva. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 24.

³⁹ GILBERTO, Antonio. **Lições Bíblicas. Sal e Luz: as marcas do cristão atual.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 11s.

⁴⁰ GILBERTO, 1996, p. 16, 17, 21.

as obras sociais, mas se ressalta que primeiro deveria haver a pregação do evangelho, única solução para os problemas sociais, através das conversões⁴¹.

Aqui, portanto, temos a manifestação mais forte da AD, nas suas revistas de escola dominical, a respeito das questões sociais. Nenhuma outra revista, até então, abriu tanto espaço (quatro lições, de treze) para trabalhar esses assuntos. A forma como eles foram apresentados também demonstra maior tomada de consciência dessa igreja frente aos problemas sociais, inclusive mencionando a teologia da libertação (ainda que para rejeitá-la) e não apenas admitindo, mas estimulando a participação do cristão em obras assistenciais e até seculares. Emblemática também é a utilização da expressão “evangelho pleno” para designar uma evangelização que não desconsidera as necessidades materiais dos evangelizados, o que parece aproximar a denominação da ideia de “evangelho integral”⁴².

A partir dessa época, portanto, a abordagem que trata de questões sociais começa a se tornar mais comum e frequente. No estudo sobre a carta do apóstolo Paulo aos Romanos, de 1998, após trabalhar mais uma vez a relação do cristão e da igreja com o Estado, a lição 13 apresenta como tema: “As obras sociais na igreja”. Nelas há um incentivo à ajuda aos irmãos necessitados bem como aos pobres e necessitados em geral, sendo que a omissão acerca desse assunto é pecado e “pode resultar em graves consequências”. Igrejas que dão muita ênfase à guerra espiritual e ao mundo invisível e não dão importância ao mundo visível são criticadas, pois tornam-se insensíveis às necessidades dos pobres e ao serviço social⁴³. O trecho abaixo é representativo:

A atividade da Igreja se direciona em dois sentidos: vertical – adoração, atividades espirituais; horizontal – servir ao próximo, atividades filantrópicas e sociais.⁴⁴

O assunto “igreja” voltou a ser tratado em revistas de escola dominical, com observações importantes a respeito da participação política dos cristãos e da instituição

⁴¹ GILBERTO, 1996, p. 63s.

⁴² Entende-se por evangelho integral aquele que não está restrito a preocupações espirituais, mas também tem algo a dizer sobre todas as dimensões da humanidade, inclusive a material, social e ecológica, buscando promover a justiça e paz do Reino de Deus, reconciliando o pecador com Deus, com o próximo e com toda a criação através do discipulado. Tal concepção está ligada ao modelo de “missão integral”, expressão criada pela Fraternidade Teológica Latino-americana durante a guerra fria. Sobre o assunto, vide PADILLA, C. René. **O que é missão integral?** Viçosa: Ultmato, 2009, 136 p.

⁴³ SOARES, Esequias. **Lições Bíblicas. Romanos: o evangelho da justiça de Deus.** Rio de Janeiro: CPAD, 1998, p. 61-64

⁴⁴ SOARES, 1998, p. 62.

eclesial⁴⁵. Em outros temas trabalhados, como a epístola de Tiago⁴⁶ e o livro de Malaquias⁴⁷, novamente são levantadas observações a respeito da responsabilidade social do cristão, o qual não deve ser egoísta, deve se importar com os mais pobres, procurar melhorar suas condições, não ficar preso a um discurso meramente espiritual, etc. Sob o tema da “idolatria”, consta também uma lição específica sobre o culto ao dinheiro. A ênfase é que esse deve ser evitado, aplicando-se parte do que se ganha em excesso em filantropia⁴⁸. As mesmas conclusões voltam a ser expostas em “Lições Bíblicas: O sermão do monte”, reconhecendo-se que o sistema do mundo, consumista, gera ansiedade e problemas sociais⁴⁹. Outro diferencial é a revista sobre o livro do profeta Oséias, que menciona a questão ecológica, afirmando ser a destruição do meio ambiente uma possível consequência da falta de conhecimento sobre Deus⁵⁰.

No estudo sobre “ética cristã”, há uma perspectiva conservadora a respeito de vários assuntos atuais, de forma bem fundamentada, para que os membros saibam como manter seu posicionamento frente a essas questões, sem qualquer “fuga”. As lições da revista analisam, por exemplo, questões como aborto, eutanásia, drogas, a importância de uma participação política consciente do cristão (sem venda de votos ou troca de favores), doação de órgãos,

⁴⁵ COUTO, Geremias do. **Lições Bíblicas. Igreja: projeto de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998 p. 57-60: Lição 12- “igreja e o poder político”, onde se defende que esta deve influenciar a sociedade para o bem, com uma presença atuante, sem jamais exercer, porém, o poder temporal. A igreja tem voz profética por meio de seus líderes, devendo atingir com essa voz todos os setores sociais, cabendo aos políticos cristãos agirem de acordo com estes princípios, para o bem comum e leis justas e cristãs. “É dever da igreja conscientizar os crentes sobre o seu papel na sociedade e lhes oferecer, através do ensino bíblico, a oportunidade de obter formação cristã e sadia para o exercício da cidadania. Mas participar de projetos que tenham por fim a conquista do poder político foge aos seus objetivos. É postura condenável, envolver a igreja, como instituição divina e universal, na luta partidária, que gera facciosismos e chega até mesmo a transformar indivíduos em inimigos mortais”.

⁴⁶ LIMA, Elinaldo Renovato de. **Lições Bíblicas. Mestre. Tiago: a prática da vida cristã**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999, p. 73-77. O autor critica o comunismo, por seus assassinatos em massa, com a exploração de todos pelo Estado, e o capitalismo, pela miséria que gera; defende que a igreja tem um “papel profético ante as injustiças” (p. 76), devendo defender os necessitados “dos ímpios ou dos crentes opressores” (p. 77), além de fazer algumas declarações interessantes, como esta: “Não adianta combater usos e costumes, quando se fecha os olhos e fica em silêncio quanto às injustiças e à opressão dos ricos sobre os pobres. Que Deus nos faça pregoeiros da justiça”. (p. 77). Temos aqui, portanto, outra manifestação teológica da igreja inédita, criticando até mesmo “os de dentro” que oprimem os mais pobres, bem como a indiferença da igreja, que se preocupa demais com o legalismo moralista dos “usos e costumes” e se esquece da realidade social.

⁴⁷ ANDRADE, Claudionor Corrêa. **Lições Bíblicas. Malaquias: contra o formalismo e as iniquidades na Casa de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999, p. 34.

⁴⁸ ANDRADE, Claudionor Corrêa. **Lições Bíblicas. Não terás outros deuses diante de mim**. Rio de Janeiro: CPAD, 2000, p. 14-16.

⁴⁹ COUTO, Geremias do. **Lições Bíblicas. Sermão do Monte: a transparência da vida cristã**. Rio de Janeiro: CPAD, 2001, p. 42,42.

⁵⁰ SOARES, Esequias. **Lições Bíblicas Oséias: A restauração dos filhos de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 30.

guerras, finanças e planejamento familiar⁵¹. Em outras revistas, é discutida também a importância do cuidado do corpo para uma vida saudável e feliz⁵².

1.2 Maior ênfase à relação entre igreja e mundo: 2005-2009

A partir de 2005, nota-se um aumento de lições que trabalham assuntos atuais, que tenham a ver com a temática social. Seria necessário muito espaço para apresentar com detalhes o conteúdo de todas as revistas ou fazer citações diretas delas. Vale destacar o seguinte:

Sob o título de “E agora, como viveremos”, a revista faz uma crítica severa à pós-modernidade, por seu relativismo, antropocentrismo, etc., pois estaria camuflando um paganismo e a conseqüente negação de valores divinos por trás dela. Contudo, enfatiza “ter sabedoria” para saber como agir nesse meio, já que tal realidade não pode ser negada, e deve ser encarada com padrões bíblicos⁵³. O estudo discute também acerca das influências dos formadores de opinião, do sistema político, do estado laico, concluindo que se deve estimular a vocação cristã para a vida pública, para que, guiados pela palavra de Deus, os vocacionados “tornem-se agentes de transformação da sociedade em lugares estratégicos”⁵⁴. Isso inclui universidades, meios de comunicação, parlamentos, funcionalismo, militares, judiciário, etc.⁵⁵ Na conclusão da lição, o autor critica certa visão apocalipsista que existe dentro da igreja:

Muitos utilizam os sinais dos tempos como pretexto para justificar uma vida cristã apática e indiferente ao que está ocorrendo. “O mundo vai de mal a pior, não adianta fazer nada”, afirmam. Isto é omissão culposa. É verdade que não nos compete interferir na soberania divina. Deus está agindo através da história e vai conduzi-la até o final. Contudo, também é verdade, mediante repetidas referências nas Escrituras, que nos cabe reagir, no poder do Espírito que em nós habita, contra o avanço do mal no mundo.⁵⁶

⁵¹ LIMA, Elinaldo Renovato de. **Lições Bíblicas. Ética Cristã: confrontando as questões morais**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 13-54; 60-64.

⁵² LIMA, Elinando Renovato de. **Lições Bíblicas. Aprendendo diariamente com Cristo**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 39-43.

⁵³ COUTO, Geremias do. **Lições Bíblicas. E agora, como viveremos?** Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2005, p. 08.

⁵⁴ O autor da lição não deixa claro o que significaria o tornar-se “agentes de transformação da sociedade em lugares estratégicos”, ou seja, se um mero projeto de tomada de poder ou a construção de algo mais amplo por meio da política. Pelo contexto da revista, contudo, intui-se que se está falando na importância do cristão influenciar a sociedade, tendo posições de poder e influência na mídia, na política e na academia, trazendo valores cristãos para dentro dela e impedindo a degeneração moral causada pelo relativismo pós-moderno, naquilo em que ele se volta contra a tradição cristã.

⁵⁵ COUTO, 2005, p. 24.

⁵⁶ COUTO, 2005, p. 24, 25.

E para escapar dos males da pós-modernidade (Lição 13 – “Como escapar dos males ideológicos dos últimos dias”), é necessário um aprofundamento de nossas convicções cristãs, baseados na Palavra, fugindo da superficialidade e desenvolvendo uma capacidade de discernir entre o bem e o mal, o útil e o nocivo para a vida cristã, bem como uma visão apologética (defesa da ortodoxia frente aos “falsos ensinamentos”) e uma contracultura cristã, que “não implica em alienação social” ou cultural, pois “é possível ser fiel em um mundo pagão e secularizado”.⁵⁷

Em outro trimestre, a epístola aos Romanos foi estudada novamente. Nessa revista foi explicado que os cristãos não devem se insurgir contra o estado, afirmação baseada em Rm 13. De acordo com o autor, o texto bíblico “não trata a respeito da legitimidade ou não do governo instituído”.⁵⁸ Essa última explicação, importante ressaltar, não consta na revista do aluno, mas somente na revista do mestre, nos suplementos e subsídios para auxiliar o professor em suas aulas. De qualquer forma, abre-se a porta para que a obediência devida às autoridades não seja aplicada a governos que não possuem legitimidade popular, pois o escritor, ao dizer que o ensino de Paulo sobre submissão nada tem a ver com questionamentos sobre a legitimidade do poder constituído, distingue entre o dever de obediência a que se refere Rm 13, que seria o princípio geral, e a aceitação de todo e qualquer governo estabelecido, que não seria legitimada incondicionalmente em decorrência do texto paulino. Em outras palavras: o dever de obediência às autoridades não é absoluto, não se aplica a toda e qualquer situação. Isso significaria que o texto de Romanos não poderia ser utilizado, por exemplo, para legitimar a obediência a governos anticristãos ou opressores (ressalte-se que o autor não se manifesta de forma explícita neste ponto).

Na revista sobre “Heresias e modismos” são tecidas várias críticas à teologia da prosperidade⁵⁹ e ao “triumfalismo”⁶⁰, os quais são identificados com o consumismo.

Outras três revistas são importantes, editadas a partir do novo currículo⁶¹ da escola dominical, surgido em 2007. A primeira, “A igreja e sua missão”, na qual se fala da “missão profética” desta. A lição mais importante para esta pesquisa é “A missão social da igreja”

⁵⁷ COUTO, 2005, p. 92.

⁵⁸ LIRA, Eliezer. **Lições Bíblicas. Salvação e Justificação: Os pilares da fé cristã**. Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 69.

⁵⁹ SOARES, Esequias. **Lições Bíblicas. Heresias e Modismos: combatendo os erros doutrinários**. Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 70-75.

⁶⁰ SOARES, 2006, p. 77-82.

⁶¹ As mudanças de ênfase e de assuntos a partir do novo currículo das revistas de escola dominical demandariam um estudo mais detalhado que não foi possível trazer à baila.

(número oito), a qual apresenta detalhadamente a responsabilidade da igreja e do cristão diante da sociedade e dos que sofrem. Já nos subsídios para os professores, essa missão está relacionada à função profética da igreja:

Mas é o momento de a igreja assumir a sua função profética, não apenas lutando contra a injustiça social, mas agindo reflexivamente de acordo com as escrituras. Procure mobilizar, sob a responsabilidade da Escola Dominical, uma ação social.⁶²

Mais adiante, ainda nos subsídios ao professor, consta que

...a evangelização e a responsabilidade social cristã são dois temas imprescindíveis ao contexto social e religioso brasileiro. O serviço social e a evangelização fazem parte da missão integral da igreja – somos chamados à evangelização pessoal, mas também ao serviço social, pois Jesus andava por toda parte “...pregando e anunciando o evangelho” e “andava fazendo o bem”. No entanto, é necessário que o professor distinga entre serviço social e ação social.⁶³

No corpo da lição, logo de início se menciona que atender o pobre é um preceito bíblico e que “a missão assistencial da igreja no mundo é a continuação da obra iniciada por Jesus”⁶⁴, sendo que o imperativo da grande comissão (Mt 28.19s.) inclui, na essência da mensagem do evangelho, o atendimento às pessoas necessitadas. Após apresentar os fundamentos bíblicos da responsabilidade social (AT e NT), o autor faz referência à igreja primitiva, onde perseveravam “na doutrina, na comunhão e no partir do pão e nas orações” (At 2.42), na qual então havia uma igreja que praticava a solidariedade e ajudava os necessitados (At 11.27-30)⁶⁵. A partir de outros textos bíblicos, ensina-se que os princípios do serviço social da igreja devem ser: mutualidade (ser generoso, recíproco, solidário: 2Co 8.3,4), responsabilidade (o serviço é um privilégio, não obrigação: 2Co 9.7) e proporcionalidade (contribuição de acordo com as possibilidades individuais: 2Co 9.6). A conclusão é incisiva:

A missão da igreja inclui não apenas a proclamação do evangelho, mas também a assistência aos pobres, a cura dos enfermos e a libertação dos oprimidos pelo diabo (Mc 16.15-18).⁶⁶

Por fim, consta na segunda parte dos subsídios aos professores a distinção entre serviço social e ação social. O primeiro, filantrópico, de caridade e mais assistencial, atendendo famílias e indivíduos. O segundo, político e econômico, buscando a justiça social e a transformação de estruturas da sociedade, atuando em nível mais macro. Não se fala sobre

⁶² GILBERTO, Antonio. **Lições Bíblicas. A igreja e a sua missão**. Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2007, p. 53.

⁶³ GILBERTO, 2007, p. 53.

⁶⁴ GILBERTO, 2007, p. 54.

⁶⁵ GILBERTO, 2007, p. 56.

⁶⁶ GILBERTO, 2007, p. 56.

ação social no corpo da lição, acessível aos alunos; apenas nos subsídios e se menciona também o livro de Armando Címaco, **Um grito pela vida da igreja**⁶⁷. Nos trechos transcritos, a ação social da igreja é

...sem dúvida, uma das manifestações mais convincentes de que a vida de Deus está no meio de seu povo. Avivamento e ação social: equilíbrio... não se pode falar de um avivamento que priorize apenas um aspecto da totalidade do ser humano como, por exemplo, o destino de sua alma, em detrimento de seu bem estar físico e social. Não nos interessa uma comunidade apenas voltada para o futuro, em prejuízo do hoje, pois isso implica em negligenciar as necessidades imediatas e urgentes do ser humano. O homem vive na dimensão do aqui e agora... Um verdadeiro avivamento trará de volta ao crente brasileiro o amor pelos quase 50 milhões de irmãos pátrios que vivem na pobreza absoluta.⁶⁸

Vemos nessa lição, portanto, que a AD começa a trabalhar diretamente a questão da “ação social” como parte importante na vida da igreja, ainda que de forma tímida, pois trata sobre o assunto apenas nos “subsídios ao professor”, nada abordando no corpo da lição, acessível a todos os alunos. Observe-se, porém, que o livro mencionado é da própria CPAD, de autor brasileiro, foi lançado em 1996, e encontra-se disponível a todos os membros. Outra constatação é que nos “subsídios ao professor”, a ênfase é estimular os alunos a uma “ação social” e distinguir entre *serviço social* e *ação social*⁶⁹. Não fica claro se o estímulo à “ação social” foi usado no sentido técnico sugerido ou meramente como sinônimo de serviço social. Outrossim, talvez a timidez em tratar o assunto da ação social se deva ao fato de possivelmente existirem setores resistentes à ideia de uma atuação de cunho político da igreja enquanto tal, com medo de com isso se perder a ênfase na transcendência e no poder do Espírito Santo, transformando a instituição eclesiástica numa mera ONG humanista ou partido político, que ao se misturar com o mundo, perderia a ênfase na santidade e no poder divino manifestado através dos dons espirituais⁷⁰.

A segunda revista a ser destacada é do segundo trimestre de 2008: “As disciplinas da vida cristã”. A lição 6 - “O serviço cristão”- trabalha a questão do sacerdócio universal de todos os crentes, que inclui a adoração, pregação, magistério eclesiástico e *visitar os santos*

⁶⁷ CÍMACO, J. Armando. **Um grito pela vida da igreja**. Rio de Janeiro, CPAD, 1996, p. 87-88.

⁶⁸ GILBERTO, 2007, p. 57.

⁶⁹ GILBERTO, 2007, p. 53.

⁷⁰ Neste sentido, ALENCAR, Gedeon Freire: **Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo e todo louvor a Deus. Assembleia de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)**. Dissertação de mestrado. São Bernardo do Campo: UMEESP, 2000, p. 22-25. O autor conta que para pesquisar a história das origens da AD no Brasil precisou ouvir pastores idosos, que viveram durante os primórdios da denominação no país. Menciona que em todas as entrevistas que fez, os pastores ou suas esposas, saudosisticamente louvaram seu tempo como ideal, verdadeiro, correto, quando a igreja dependia do Espírito Santo somente, enquanto a igreja atual estaria muito “burocratizada, preocupada em agradar o mundo e querendo parecer com as igrejas tradicionais”.

*em suas necessidades*⁷¹. Neste último ponto, na mesma página, lê-se que os cristãos têm “responsabilidades sociais”, mas o autor parece limitar-se, nessa lição, aos “domésticos da fé”. De qualquer forma, fica um chamado de toda a igreja para a expansão do reino, não só dos pastores e diáconos.

Talvez seja essa a grande diferença da AD em relação às denominações do protestantismo histórico: a ênfase maior no sacerdócio universal de todos os santos, Ainda que as igrejas sejam pouco democráticas na sua forma de governo, todos participam e são estimulados a participar, na teoria e na prática, dos ministérios exercidos pela igreja, principalmente da evangelização, ou seja, do anúncio da reconciliação do ser humano com Deus e com o próximo.

Na lição 10 – “A beleza do testemunho cristão”, vemos a ênfase ao bom procedimento na sociedade: “não há como dissociar a vida espiritual da social; o que somos na igreja tem de refletir-se fora dela”⁷², bem como no Estado: “Não somos apenas cidadãos da pátria celeste; também o somos da terrenal. Como tais, temos direitos e deveres a serem cumpridos”⁷³. Este assunto continua a ser trabalhado na lição seguinte: “Oração e jejum pela pátria”, na qual existe um forte estímulo à participação dos assuntos político-sociais⁷⁴.

⁷¹ ANDRADE, Claudionor. **Lições Bíblicas. As Disciplinas da Vida Cristã: trabalhando em busca da perfeição**. Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 47.

⁷² ANDRADE, 2008, p. 77.

⁷³ ANDRADE, 2008, p. 77.

⁷⁴ ANDRADE, 2008, p. 79-84. No suplemento do professor, p. 80, estimula-se a reflexão e discussão desse assunto entre os alunos: “Até que ponto deve o cristão envolver-se nas questões políticas e sociais de seu país? Pode ele fazer alguma coisa no sentido de mudar o curso da história de sua nação? O que pode então fazer para que sua pátria seja sacudida por um portentoso avivamento espiritual? Questione seus alunos no início da aula. Desafie-os com a responsabilidade de intercederem pelo Brasil diante de uma sociedade cada vez mais descrente. Orientação pedagógica. Deus instituiu os governos para garantir a ordem e a justiça social, por isso deve o crente submeter-se a eles. Todavia, se tais governos deixarem de exercer sua devida função, e passarem a agir no sentido contrário à Palavra de Deus, o cristão deverá obedecer a Deus e não mais aos homens. Com base no ponto II da lição, ‘A postura do crente como cidadão dos céus’, e na afirmativa acima, promova um debate na classe sobre até que ponto devem os cristãos obedecer a seus governantes. Para incrementar a discussão compare os seguintes textos: 1 Pe 2.13-17 e Rm 13.1 com At 4.1-19”. Após o autor mencionar nossas raízes históricas em comparação com os EUA (a nossa nação nasceu sob o signo de uma religiosidade supersticiosa, enquanto os EUA sob o esplendor da Bíblia), trabalha a questão da postura do crente enquanto cidadão dos céus. Aqui se aconselha a fugir do “ativismo político”, definido como “utilização de medidas extremas, visando mudar a ordem estabelecida”, sendo este comportamento “condenado pela Bíblia Sagrada”, pois devemos obedecer as autoridades (p. 81-82). Contudo, sempre resta a possibilidade de não cumprirmos este dever de obediência em caso de atitudes ilegais das autoridades que “coagem-nos a negar a fé em Cristo”. Ao mesmo tempo, devemos evitar o “conformismo escatológico”, que seria “a atitude inerte e alienada das quais muitos crentes, interpretando erroneamente certas passagens da Bíblia, utilizam-se para alegar: “nada podemos fazer para melhorar a nação porquanto estamos no final dos tempos. E se Cristo está às portas, por que nos preocuparmos com o que ocorre ao nosso redor” (p. 82). Ao invés destas condutas, devemos lembrar que temos, como igreja, uma missão profética, pela qual devemos “conscientizar este mundo não apenas do poder do evangelho, mas também da justiça de Deus... atuar profeticamente significa pregar a Palavra de Deus em toda a sua plenitude na unção do Espírito Santo”. Por fim, são trabalhados os motivos de intercessão pela pátria: a valorização da vida

Vemos nessa revista uma situação interessante: um assunto que aparentemente seria meramente “espiritual” (disciplinas da vida cristã, tema este que parece indicar um asceticismo ou misticismo, com total separação do mundo), trata da questão da responsabilidade social pelos irmãos e do testemunho social (este último de forma tímida), além da relação entre o cristão e o estado.

Por fim, temos a revista do terceiro trimestre de 2008, na qual novamente assuntos atuais e com implicações sociais são tratados, tais como ansiedade (lição 2 – “Vencendo a ansiedade”- tema identificado também com o consumismo materialista⁷⁵), depressão, consumismo (Lição 5 – “Os males do consumismo” - cujo conteúdo explica que pobreza não é necessariamente maldição de Deus, como na teologia da prosperidade⁷⁶), ambição, falta de paz, males do corpo (seja através do culto ou desprezo ao corpo, seja através da imoralidade sexual⁷⁷), drogas (inclusive álcool, mas sem procurar encontrar causas macros para o tráfico nem estimular o seu combate na sociedade⁷⁸), inversão de valores (novamente o problema do relativismo pós-moderno, que atua na família, no casamento e na igreja, criticado sob a perspectiva conservadora, sendo importante destacar que “a verdadeira mensagem do evangelho não se conforma com discursos politicamente corretos, mas aos elevados padrões da santidade divina”⁷⁹), neopaganismo⁸⁰ (nova era, culto aos anjos, Wicca, etc.), mundanismo. A conclusão apresenta, na lição 13, “Cristo, a única esperança desta geração”, cuja abordagem são as “pretensas esperanças desta geração”: riquezas, fraternidade humana, desenvolvimento sustentável:

De fato, esses valores são elogiáveis e necessários a qualquer civilização. Os homens devem buscar esse ideal, assim como o faz a igreja de Cristo através do poder do evangelho. Porém, a esperança por uma sociedade mais justa e menos violenta, mais humana e menos individualista não pode ser sustentada na crença de que o homem por si mesmo seja capaz de criar um paraíso terrestre, como inutilmente creem os humanistas...o erro destes projetos está em colocar o homem como o centro de todas as coisas, em vez de sujeitá-lo a Deus, como o transformador da vida humana. ...quando o homem conserva e administra os recursos naturais, está obedecendo a um mandamento divino (Gn 1.28-30; 2.20; 3.17,18). Nós, cristãos,

contra aborto, eutanásia, preservação de valores cristãos, contra a união civil entre homossexuais, conservação das liberdades democráticas, combatendo-se a corrupção, promovendo o bem comum e mantendo as liberdades individuais e civis e a vinda de um grande avivamento (p. 82, 83). Na conclusão, o autor defende que melhor que criticar as autoridades é orar por elas, o que obviamente não impediria a missão profética da igreja, nem tampouco a crítica séria, mas provavelmente se refere a um criticismo inconsequente e sem motivos.

⁷⁵ GILBERTO, Antonio. **Lições Bíblicas. As doenças do nosso século: as curas que a Bíblia oferece**. Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2008a, p. 14, 15.

⁷⁶ GILBERTO, 2008a, p. 34-41.

⁷⁷ GILBERTO, 2008a, p. 57-63.

⁷⁸ GILBERTO, 2008a, p. 64-70.

⁷⁹ GILBERTO, 2008a, p. 76.

⁸⁰ GILBERTO, 2008a, p. 78-83.

compreendemos e aceitamos nossas responsabilidades pessoais e coletivas quanto ao cuidado do planeta. Todavia, tudo isso entendemos como um mandamento divino, não como razão de nossa esperança. Nossa esperança está em Cristo, que em breve redimirá, não apenas os filhos de Deus, mas toda a criação (Rm 8.19-23)⁸¹.

Assim, essa revista apresenta uma ênfase final que nos parece ser também a ênfase da igreja AD no Brasil, ou seja, o cristianismo não é, nem pode se tornar, um mero humanismo, filosofia de vida ou um padrão de ética social. Existe uma preocupação e trabalho constante nessa denominação para que ela não corra riscos de ser reduzida a isso. Portanto, ao mesmo tempo em que começa a prestar atenção a assuntos relacionados à ética social, tem sempre o cuidado de não perder a dimensão do transcendente, abrangida pela chamada identidade do movimento pentecostal⁸².

Conclui-se da análise feita acima, que na teologia popular assembleiana, a tensão entre “material” e “espiritual” existe, na medida em que o discurso de rejeição e separação do mundo continua⁸³, ao mesmo tempo em que se enfatiza a necessidade de uma presença ativa e positiva dos cristãos na sociedade, de forma que se procura, através das lições de escola dominical, passar-se uma visão teológica equilibrada, que não resulte em um extremismo antiespiritual, por um lado, ou docético, por outro.

Por outro lado, a AD também demonstra ser bastante cética quanto à possibilidade da instalação - seja através de cristãos transformados, seja pela sociedade humana em geral - do reino de Deus aqui na terra com base no nosso esforço somente, ou com a “ajuda” divina. A AD tem como certo que o Reino só se consumará por obra exclusiva de Jesus Cristo, nos últimos dias. Nessa concepção assembleiana, cabe à igreja favorecer o “melhoramento” da sociedade e das condições de vida de todos, em nome de um evangelho integral, sem utopias quanto a uma sociedade perfeita, justa e igual. Isso só ocorrerá quando acontecer o tão aguardado *escaton*, que transformará o ser humano e toda a criação verdadeira e definitivamente.

⁸¹ GILBERTO, 2008a, p. 93, 94.

⁸² O *Dicionário do Movimento Pentecostal* apresenta dez pontos que resumiriam esta identidade: 1- ênfase na espiritualidade e poder na vida dos crentes, por meio dos dons espirituais e glossolalia; 2- resistência ao sistema mundano e afastamento das coisas do mundo, expressos em um rigorismo ético-moral; 3- mudança social de seus adeptos pela transformação decorrente do evangelho; 4- ênfase na autoridade da Bíblia e no sacerdócio universal dos crentes. Os outros itens estariam abrangidos por estes, como a ênfase no derramamento do Espírito Santo, abominação ao pecado, a expectativa da vinda iminente de Cristo, a separação do pecado, ênfase no sobrenatural e forte identificação com os pobres, sofredores e marginalizados. ARAÚJO, Isael, 2007, p. 357.

⁸³ GILBERTO, Antonio. *Lições Bíblicas. As doutrinas Bíblicas pentecostais*. Rio de Janeiro, CPAD, 2006, p. 30, 31.

2. TEMAS DA TEOLOGIA PENTECOSTAL DE POSSÍVEL RELEVÂNCIA PÚBLICA

Este capítulo se propõe a analisar alguns pontos da teologia da AD, atualmente a maior igreja evangélica do Brasil, e verificar suas possíveis dimensões e consequências públicas. Quando se fala em dimensões públicas, entendem-se aquelas que transcendem os interesses eclesiais e pessoais e/ou “espirituais” e privados de seus membros. Os temas da teologia pentecostal selecionados poderiam ter alguma implicância, ao menos em tese, na atuação e discurso públicos dessa igreja e de seus filiados⁸⁴.

Tradicionalmente, as igrejas pentecostais são identificadas pela ênfase que dão às manifestações de poder de Deus (glossolalia, milagres, exorcismos, etc.), por intermédio do Espírito Santo. Em virtude disso, poder-se-ia entender que a teologia pentecostal não seria "cristocêntrica", mas "pneumatocêntrica". Porém, a realidade não é esta. No lema da AD, onde se podem encontrar as ênfases principais desta corrente teológica, fica evidente, logo de início, seu cristocentrismo: "*Jesus salva, cura, batiza com o Espírito Santo e em breve voltará!*".⁸⁵

Jesus - A pequena e resumida profissão de fé começa por colocar Cristo como o autor da salvação, das curas, do batismo com o Espírito Santo, e termina com a esperança de que Ele volte em breve. Assim, antes de qualquer ênfase em sinais, maravilhas, dons, etc., vem a fé no Deus Filho, presente em todas as pregações pentecostais. Neste sentido, alguns dos, por assim dizer, "chavões" pentecostais mais conhecidos são "o sangue de Jesus tem poder!", ou "em nome de Jesus", pronunciados a todo instante, em especial nos exorcismos ou

⁸⁴ Neste sentido, Max Stackhouse leciona que a religião, mesmo tendo uma dimensão privada, forma o caráter de uma pessoa e influencia a maneira como ela atuará na sociedade. STACKHOUSE, 2007, p. 423.

⁸⁵ Este, inclusive, é o lema que consta na capa do órgão oficial de comunicação da Convenção Geral das Assembleias de Deus (CGADB), o jornal Mensageiro da Paz.

orações.

Salva - neste ponto, a AD mantém a teologia clássica do protestantismo, mas talvez com alguma peculiaridade na ênfase dada à transformação do indivíduo (regeneração ou “novo nascimento”) e à sua santificação (numa espécie de puritanismo com peculiaridades bem brasileiras, manifestas através dos “usos e costumes”) como consequência da salvação.

Cura - Ênfase na atualidade dos dons do Espírito, milagres e exorcismos, como sinais do poder e da presença de Deus entre o povo. A cura envolve todas as dimensões humanas: física, espiritual, emocional.

Batiza com o Espírito Santo - Glossolalia (falar em línguas estranhas) como sinal (a “evidência inicial”) do Batismo com o Espírito Santo, além da ênfase nos dons deste mesmo Espírito para edificação da igreja.

Breve voltará - A expectativa da volta iminente de Cristo para o arrebatamento dos santos e o julgamento dos ímpios, a qual leva a uma forte ênfase na missão (evangelização do mundo) para salvação das almas e na santificação, como preparo individual e separação do mundo para que o crente se apresente dignamente diante de Deus, sem ser pego de surpresa.

A partir das ênfases apresentadas acima, é possível extrair algumas doutrinas pentecostais que estão intimamente relacionadas com o que chamaríamos de “identidade pentecostal”. Se for possível afirmar que o movimento pentecostal possui uma identidade teológica própria, a qual transcenderia as diversas denominações, certamente os pontos que serão analisados nesta dissertação fazem parte dela, estando presentes em boa parte das igrejas pentecostais “clássicas”.

Entre as principais crenças e práticas que configuram a identidade pentecostal, temos as seguintes: ênfase na espiritualidade espontânea; resistência e afastamento do sistema mundano; transformação e mudança social dos fiéis; ênfase no Poder do Espírito Santo, com o falar em novas línguas; ênfase na santificação; ênfase em práticas como jejum, oração e louvor; forte identificação com os pobres, marginalizados e sofredores; ênfase no sobrenatural; ênfase no sacerdócio universal de todos os crentes; ênfase na centralidade da Bíblia. Outra sistematização é oferecida por Gabriel Vaccaro. Segundo este autor, cinco pontos são fundamentais na identidade pentecostal: evangelização e conversão; Batismo com

o Espírito Santo, acompanhado da glossolalia; igreja como comunidade carismática e curadora; mundo espiritual; espiritualidade espontânea e criativa⁸⁶.

Os temas de teologia pentecostal a serem analisados a seguir são os seguintes: poder de Deus, eclesiologia, santificação, guerra espiritual, e escatologia. A escolha se justifica por três motivos: primeiramente, a aparente relevância pública dessas doutrinas, na medida em que procuram ajudar a responder questões existenciais que são de interesse de um público mais amplo que o eclesial. Em segundo lugar, essas doutrinas criariam uma cosmovisão que, inspirando os pentecostais quando no espaço público, poderia gerar consequências que afetassem toda a sociedade, e não apenas determinados membros de uma denominação religiosa. Em terceiro lugar, as pregações, estudos bíblicos, práticas e manifestações da AD se concentram principalmente, mas não só⁸⁷, nesses temas. Assim, esperamos fazer justiça à AD e a Teologia Pública na escolha desses assuntos.

Praticamente todos esses tópicos estão teologicamente inter-relacionados, de forma que, no pentecostalismo, uma determinada ênfase leva à outra. Uma demonstração dessa relação é dada por Israel de Araújo, no tópico “identidade pentecostal” em seu Dicionário do Movimento Pentecostal, o qual explica um dos fundamentos desta identidade:

Ênfase no derramamento do Espírito Santo sobre a igreja como um revestimento de **poder (batismo no Espírito Santo)** para a **evangelização**, diante da **iminente volta de Jesus Cristo** para arrebatá-los todos os salvos.⁸⁸ (grifou-se).

Aqui cabe uma observação: nem todos estes temas podem ser considerados uma "exclusividade" do pentecostalismo, tampouco da AD. A simples análise da confissão de fé⁸⁹ desta denominação nos mostra que sua teologia é praticamente idêntica às teologias

⁸⁶ ARAÚJO, 2007, p. 357. VACCARO, Gabriel. **Identidad Pentecostal**. 2. ed. Quito: CLAI, 1998, p. 12.

⁸⁷ A centralidade desses temas se pode constatar pela própria análise das ênfases pentecostais já descritas acima, quando da análise do lema da igreja, bem como pelos temas que se considera compor a identidade pentecostal. Outro tema bastante abordado na teologia pentecostal e não trabalhado neste ensaio é a centralidade e significado da obra de salvífica de Jesus Cristo, além da ênfase na “conversão” do ser humano. GILBERTO, Antônio. Soteriologia: a doutrina da salvação. In: ID, 2008b, p. 331-378, à p. 353s e 361.

⁸⁸ ARAÚJO, 2007, p. 357. Em outro tópico, afirma que “O derramamento do Espírito Santo é visto pelos pentecostais como um importante sinal do fim dos tempos. Um sentido de urgência tem sido uma motivação importante para o empreendimento missionário e evangelístico das igrejas, tornando o pentecostal o segmento de mais rápido crescimento do cristianismo, o que atribuem à obra do Espírito Santo. O medo do Dia do Juízo e a iminente segunda vinda de Cristo, a anelada e bem-aventurada esperança do crente, estão no centro do ímpeto evangelístico.” p. 596.

⁸⁹ A Confissão de Fé da AD pode ser encontrada em todas as edições do jornal Mensageiro da Paz, assim como no site da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil: http://cgadb.org.br/home/index.php?option=com_content&task=view&id=36&Itemid=34. Acessado em 01 de outubro de 2009.

evangélicas, em especial à batista⁹⁰, com exceção da ênfase na atualidade e literalidade das manifestações do poder de Deus, através do Batismo com o Espírito Santo, glossolalia, dons espirituais, exorcismos, etc. Os demais pontos, como a expectativa do retorno iminente de Cristo, a ênfase em missões e na santificação, a eclesiologia, já são bastante conhecidos nos meios acadêmicos e tem sua origem em períodos anteriores ao surgimento do pentecostalismo moderno⁹¹. De qualquer forma, se pudéssemos falar numa "identidade pentecostal" ou, mais especificamente, numa identidade da AD, tais temas teológicos não poderiam faltar, pois estão de tal forma presentes no discurso, pregação e reflexão teológica dessa denominação que é quase impossível pensar nela sem lembrar-se deles⁹². Além disso, pode-se afirmar que essas doutrinas têm uma hermenêutica bastante particular no pentecostalismo, por estarem inter-relacionadas com a ênfase no batismo com o Espírito Santo, como já explicado acima. Por fim, assuntos como escatologia, santificação e guerra espiritual, dada a forte ênfase que possuem no imaginário pentecostal⁹³, podem servir como pontes fundamentais para a fundamentação de um discurso, teologia e atividade pública da AD e do crente assembleiano.

Passa-se agora à apresentação dos temas selecionados.

⁹⁰ O que pode ser confirmado pela análise da declaração doutrinária da Convenção Batista Brasileira, disponível em http://www.batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=15&limitstart=8. Acessado em 15/07/2010.

⁹¹ ARAÚJO, 2007, p. 586-596.

⁹² É comum encontrar artigos no Mensageiro da Paz criticando os movimentos neopentecostais e suas práticas, na medida em que estes abandonariam estas doutrinas básicas, em especial as ênfases na santificação e na segunda vinda de Cristo, trocadas por modismos e pelo materialismo da teologia da prosperidade. MENSAGEIRO DA PAZ. **Deturpações do pentecostalismo se popularizam e preocupam**. Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1487, abril de 2009, p. 04, 05; CABRAL, Elienai. Pseudopentecostalismo (1ª parte). **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1490, julho de 2009, p. 21; GONÇALVES, José. Cuidado com o pós-pentecostalismo. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1491, agosto de 2009, p. 21; ALVES, Ailton José. Crise de comportamento no pentecostalismo. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1492, setembro de 2009, p. 21.

⁹³ Neste sentido, cita-se alguns artigos do Mensageiro da Paz: CABRAL, Elienai. A autenticidade do testemunho cristão. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1487, abril de 2009, p. 25; SANTOS, José Antonio dos. O arrebatamento da igreja, a ressurreição dos justos e o milênio. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1490, julho de 2009, p. 25; ALVES, Eduardo Leandro. Não nos deixemos levar pelos padrões comportamentais do mundo. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, CPAD, ano 79, n. 1489, junho de 2009, p. 25; MENSAGEIRO DA PAZ. **Ênfase no ensino dos valores bíblicos contra a flexibilização moral**. Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1491, agosto de 2009; MENSAGEIRO DA PAZ. **O evangelho é o poder de Deus para a salvação e para realizar milagres**. Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1492, setembro de 2009, p. 11.

2.1 O poder do Espírito Santo: batismo, dons, milagres

Na AD, a doutrina do Espírito Santo é altamente “prioritária e indispensável”⁹⁴, pois se entende que é a terceira pessoa da trindade que regenera, vivifica, dinamiza e desenvolve a espiritualidade do crente, a partir da fé em Jesus Cristo.⁹⁵ A espiritualidade, por outro lado, é fortemente enfatizada nos meios pentecostais, onde é vista como uma espécie de “prova” de devoção do cristão, manifestando-se na forma de experiências individuais, sobrenaturais, com forte dose de emoção e espontaneidade⁹⁶.

A especificidade da teologia pentecostal, neste ponto, é a ênfase no batismo com o Espírito Santo, que tem como evidência inicial o falar em línguas estranhas (glossolalia) (At 1.4,5, 8; 2.1-4), bem como os dons espirituais, que manifestam o poder de Deus diante dos crentes e dos incrédulos, servindo como sinais da chegada do Reino de Deus.

Resumidamente, porém, podemos definir o batismo com o Espírito como

[...] um revestimento e derramamento de poder do Alto, com a evidência física inicial de línguas estranhas, conforme o Espírito Santo concede, pela instrumentalidade do Senhor Jesus, para o ingresso do crente numa vida de mais profunda adoração e eficiente serviço para Deus (Lc 24.49; At 1.8; 10.46; ICo 14.15,26)⁹⁷

Assim, esse batismo seria um revestimento de poder, distinto da experiência de salvação e regeneração⁹⁸, e estaria disponível para todos os crentes, ainda hoje, tendo como

⁹⁴ GILBERTO, Antônio. Pneumatologia – a Doutrina do Espírito Santo. In: ID., 2008c, p. 173-224, à p. 174. Reginaldo Plácido de Castro destaca que a AD sempre viu como motivo do seu rápido crescimento e fortalecimento justamente a ação do Espírito Santo através do batismo, cura, língua e dons, de forma que a manutenção desta crença devia ser defendida e propagada prioritariamente. CASTRO, Reginaldo Plácido de. **Na dimensão do Espírito: uma leitura da teologia pentecostal em interface com a Teologia Sistemática de Paul Tillich**. São Leopoldo: EST, 2008. Dissertação de mestrado, p. 85.

⁹⁵ GILBERTO, 2008c, p. 175.

⁹⁶ ARAUJO, 2007, p. 287. Concretamente, é comum se entender como manifestação de espiritualidade inspirada pelo Espírito Santo as exclamações do tipo “aleluia”, “glória a Deus”, etc., quando espontâneas, as orações e louvores fervorosos, o jejum e o levantar/apontar as mãos.

⁹⁷ GILBERTO, 2008c, p. 191.

⁹⁸ A distinção entre batismo com o Espírito Santo e a experiência de salvação, com a regeneração e o recebimento do Espírito Santo, não implica que sejam acontecimentos *subsequentes*. No caso de Cornélio, parecem ter ocorrido simultaneamente, e antes mesmo do batismo em águas. O texto de At 8.14-17, porém, parece deixar bem claro o recebimento do Espírito Santo (batismo com o Espírito Santo para os pentecostais) é uma experiência distinta da salvação e regeneração daquele que tem fé em Jesus Cristo. Sobre a questão da distinção entre regeneração e batismo com o Espírito Santo, cf. WYCKOFF, John W. O Batismo no Espírito Santo. In: HORTON, 1996, p. 431-464, à p. 435-440.

evidência inicial, sempre, a glossolalia, ou seja, o falar em línguas estranhas. Tal concepção é que diferencia os pentecostais dos carismáticos: enquanto estes últimos tendem a aceitar que a glossolalia *pode ser uma das* evidências do batismo com o Espírito Santo, os primeiros dizem que *é a evidência necessária* de tal experiência. Sem ela não há batismo com o Espírito Santo⁹⁹.

Esse ensinamento pentecostal baseia-se nos relatos de Atos dos Apóstolos, os quais, ainda que não sejam exposições doutrinárias, refletem uma visão teológica específica de Lucas, o qual não escreveu o evangelho que leva seu nome e o livro de Atos na condição de mero historiador, mas também na de teólogo. Lucas parece querer introduzir temas-chaves teológicos através de suas narrativas, de forma que faz bem a igreja em aceitar os relatos de Atos como parâmetros para sua doutrina e prática¹⁰⁰.

Seriam três casos em que o escritor de Atos dá maiores detalhes desse batismo, mencionando as línguas estranhas faladas pelos batizados: o dia de pentecostes, quando 120 pessoas falaram em outras línguas (At 2.4); o caso de Cornélio e sua família (At 10.44-46); e o caso dos discípulos de João Batista em Éfeso (At 19.1-6)¹⁰¹. Os demais casos em que se menciona o batismo com o Espírito Santo também teriam vindo acompanhados da evidência inicial, mas defende-se que o autor não registrou as línguas estranhas porque o fenômeno era comum na igreja primitiva. Portanto, é pertinente pressupor que os primeiros leitores sabiam que era assim, não havendo necessidade de entrar sempre em pormenores descritivos. O caso de Samaria (At 8.4-24), inclusive, pelo contexto da passagem, permite supor que os batizados com o Espírito Santo falaram em outras línguas, já que houve algum sinal visível de tal ato, ao ponto de Simão o mago também querer receber o poder do Espírito mediante pagamento (At 8.18s)¹⁰².

Cabe também deixar claro que este batismo com o Espírito, porém, é para o **serviço**. Não é oferecido para mera edificação individual, nem para exaltação de quem o recebe. Serve para edificar a igreja como um todo, num espírito fraternal e amoroso. Também não reflete um merecimento de quem o possui, ou qualquer tipo de superioridade espiritual mas é graça livre de Deus, que se manifesta onde, quando e por meio de quem Ele quiser (At 2. 38, 39)¹⁰³.

⁹⁹ WYCKOFF, 1996, p. 447.

¹⁰⁰ WYCKOFF, 1996, p. 442-444.

¹⁰¹ WYCKOFF, 1996, p. 448.

¹⁰² WYCKOFF, 1996, p. 448-450.

¹⁰³ GILBERTO, 2008c, p. 191.

Sendo o batismo com o Espírito Santo uma livre operação da graça de Deus, seria tecnicamente incorreto falar em “condições” para o seu recebimento além daquelas necessárias para a salvação, no caso, a fé. Os pentecostais, porém, costumam dizer que existem certas “condições” específicas para o seu recebimento, as quais estariam implícitas nos relatos de batismo do livro de Atos dos Apóstolos. Esses requisitos seriam: a pessoa já ser salva e ter o Espírito Santo habitando nela, a fé na promessa desse batismo e sua busca em oração, santidade e unidade fraternal¹⁰⁴. Essas condições foram resumidas na teologia sistemática norte americana como “fé ativa e obediente”, ou seja, uma fé que implica uma vida em constante busca de comunhão com Deus, através da santificação e oração e expectativa pelo recebimento do dom¹⁰⁵.

Também se costuma ensinar que o ideal é o batismo com o Espírito Santo ocorrer de forma imediata à conversão ou oração nesse sentido, como em alguns casos narrados em Atos dos Apóstolos¹⁰⁶.

O “derramamento do Espírito” sobre toda a carne é uma promessa de Deus que remonta ao Antigo Testamento (Jl 2.28-32), reiterada por João Batista e Jesus (Mt 3.11, Mc 1.8, Jo 1.32,33, Mc 16.17 e Lc 24.49) e que se cumpriu no dia de pentecostes (At 2.14-36). O cumprimento desta promessa é visto como sinal dos tempos¹⁰⁷, de forma que a esperança escatológica da volta de Cristo foi retomada pelo movimento pentecostal moderno quando da sua eclosão no início do século XX¹⁰⁸.

Ainda sobre o batismo com o Espírito Santo, cabe trazer à baila uma importante passagem que resume a concepção assembleiana:

Os pentecostais, ao insistirem que a experiência de um batismo distintivo no Espírito Santo está à disposição dos crentes hoje, não estão sugerindo que os cristãos que não falam em línguas não tem o Espírito. O batismo no Espírito Santo é apenas uma das várias obras do Consolador. Convicção, justificação, regeneração, santificação: todas estas são obras do mesmo Espírito Santo. Cada uma dessas obras é distintiva, com uma única natureza e propósito. Se o indivíduo corresponde de modo positivo à obra do Espírito na convicção, ocorrem então a justificação e a regeneração. Naquele momento, o Espírito Santo passa habitar no crente, e dali em diante é correto dizer que essa pessoa tem o Espírito. O batismo no Espírito Santo com a evidência inicial de falar em línguas pode ocorrer naquele mesmo momento ou em ocasião posterior – de conformidade com o padrão revelado em Atos dos Apóstolos.

¹⁰⁴ GILBERTO, 2008c, p. 193.

¹⁰⁵ WYCKOFF, 1996, p. 459.

¹⁰⁶ WYCKOFF, 1996, p. 461.

¹⁰⁷ GILBERTO, 2006a, p. 147.

¹⁰⁸ ARAÚJO, 2007, p. 596.

Em qualquer desses casos, a pessoa tem o Espírito habitando nela desde o momento da regeneração¹⁰⁹.

Os dons do Espírito (cujos termos gregos utilizados no NT são *charismata*, *pneumatica*, *diakonai* e *energemata*¹¹⁰) viriam após o recebimento do batismo com o Espírito Santo, segundo a teologia sistemática brasileira¹¹¹. Neste ponto, não parece haver clareza de posições na teologia da AD quanto à necessidade ou não de prévio batismo com o Espírito Santo para o recebimento dos dons espirituais. No “Manual de Doutrinas das Assembleias de Deus no Brasil”, o capítulo que trata sobre o Espírito Santo traz longas considerações acerca deste batismo e esses dons, sem, porém, esclarecer se o primeiro é condição para o recebimento do segundo¹¹². A teologia sistemática americana ensina que o batismo com o Espírito Santo é “a entrada para os numerosos ministérios no Espírito, chamados dons do Espírito, inclusive muitos ministérios espirituais”¹¹³, porém não afirma expressamente que é necessário estar batizado com o Espírito Santo previamente para ser agraciado com um dom espiritual. Assim, parece que a questão permanece em aberto dentro do pentecostalismo assembleiano.

De qualquer forma, os dons seriam uma concessão especial e sobrenatural do Espírito Santo, capacitando o crente de forma especial para execução dos propósitos divinos para e através da igreja. Não podem ser confundidos com talento natural ou com o aprimoramento de faculdades humanas. Fala-se na “natureza encarnacional” dos dons, no sentido de que o crente que os recebe na verdade está tendo uma operação de Deus através de si, mas ao mesmo tempo o exerce através de sua experiência de vida, vocabulário, nível cultural, personalidade, etc. Isso significa que não há infalibilidade no exercício dos dons, tampouco uma “possessão” divina quando do recebimento deles, mas sim que o exercício de cada dom deve ser fiscalizado pela igreja em amor, sempre à luz das escrituras¹¹⁴.

Assim como o batismo, deve-se ressaltar que os dons não são recebidos por merecimento da pessoa e não implicam a ideia de salvação por obras. Aliás, exercer os dons

¹⁰⁹ WYCKOFF, 1996, p. 454.

¹¹⁰ GILBERTO, 2008c, p. 196. David Lim, na teologia sistemática norte-americana também pontifica: “Em 1 Coríntios 12.4-6, Paulo ensina que há dons (gr. *Charismaton*) diferentes ministérios (gr. *Diakonion*) diferentes resultados (gr. *Energêmaton*) diferentes. Isto é, cada dom pode ser exercido através de ministérios diferentes e produzir resultados diferentes, sendo que todos honrarão a Deus”. LIM, David. Os Dons Espirituais. In: HORTON, 1996, p. 465-500, à p. 477.

¹¹¹ GILBERTO, 2008c, p. 191.

¹¹² CONSELHO DE DOCTRINA DA CGADB. **Manual de Doutrina das Assembleias de Deus no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 48-55.

¹¹³ WYCKOFF, 1996, p. 458.

¹¹⁴ LIM, 1996, p. 470.

espirituais ou ser batizado com o Espírito Santo em nada altera a situação da pessoa diante de Deus para efeitos de salvação¹¹⁵. Tem sido enfatizado também que os dons não servem para formar pessoas “supercrentes” ou para criar diversas hierarquias espirituais na igreja. Portanto, para evitar que eventual orgulho espiritual que venha a surgir pelo recebimento do Espírito Santo, seja no batismo seja nos dons, é enfatizado que todos os crentes também foram batizados nas águas, no Corpo de Cristo, o que coloca cada cristão numa situação de igualdade com os demais membros desse Corpo. Dessa forma, corrige-se com outra ênfase teológica (a teologia batismal tradicional) uma eventual distorção teológica que possa surgir em decorrência da ênfase pentecostal, restabelecendo-se o ideal de igualdade entre os membros da igreja¹¹⁶.

Diversas classificações para os dons espirituais são propostas pelos autores pentecostais. Em geral, os principais dons, mas não os únicos, são aqueles apresentados em 1Co 12.7-11. Por uma questão didática, apresentamos aqui duas classificações: na primeira, temos os dons de ensino (palavra da sabedoria e palavra do conhecimento), dons do ministério à igreja e ao mundo (fé, dons de curar, operação de maravilhas, profecia, discernimento de espírito) e dons de adoração (variedade e interpretação de línguas)¹¹⁷. A teologia sistemática brasileira classifica os dons de maneira um pouco distinta: dons que manifestam o saber de Deus (palavra de sabedoria e palavra de ciência e dom de discernir espíritos), dons que manifestam o poder de Deus (fé, dons de curar, operação de maravilhas) e dons que manifestam a vontade de Deus (profecia, variedade de línguas e interpretação de línguas)¹¹⁸. Desse modo, verifica-se uma pequena diferença de concepção entre norte-americanos e brasileiros: os últimos consideram a variedade e interpretação de línguas como dons que manifestam a vontade de Deus, tendo assim um objetivo de edificação coletiva, muito mais que individual, devendo a variedade de línguas, enquanto dom, ser interpretada para proveito da igreja¹¹⁹. Já os primeiros consideram os dons de línguas como dons de adoração. Assim, ao invés de enfatizar a comunicação da vontade de Deus para a edificação de toda a comunidade, os norte-americanos propõem que esse dom serve para edificar o que fala línguas, não havendo necessidade de interpretação para edificação individual, pois simplesmente ao falar em línguas o crente vai sendo edificado. De qualquer forma, também se

¹¹⁵ GILBERTO, 2008c, p. 194.

¹¹⁶ CONSELHO DE DOCTRINA DA CGADB, 2006, p. 52.

¹¹⁷ LIM, 1996, p. 472.

¹¹⁸ GILBERTO, 2008c, p. 197-199.

¹¹⁹ GILBERTO, 2008c, p. 198s. O autor também enfatiza que a interpretação de língua não se resume a mera tradução, mas envolve a interpretação da mensagem como um todo, assemelhando-se este dom, assim, com o de profecia.

defende a interpretação para que a igreja como um todo seja edificada, mas a ênfase, de qualquer forma, é mais a adoração do que a mensagem recebida por meio destes dons¹²⁰.

Fala-se também em “dons de ministério práticos” que também teriam relação com o serviço: ensinar, exortar, repartir, presidir, exercitar misericórdia, socorros, governos (Rm 12.7, 8; ICo 12.28). Não menos importantes seriam os “dons na área do ministério”, que seriam os enumerados em Efésios 4.11 e I Coríntios 12.28,29: apóstolos, profetas, evangelistas, pastores, doutores ou mestres¹²¹. Ao final, se ressalta que não se deve restringir ou absolutizar o número de dons espirituais, sendo possível que existam mais do que aqueles indicados no Novo Testamento¹²².

Cabe destacar que todos os dons espirituais devem ser exercidos em amor, para a edificação coletiva, sem negligência quanto à edificação individual. Através deles, o crente encontra seu lugar no corpo de Cristo, de forma que, exercendo seus dons com caridade, testemunhando e servindo, cumprirá assim a vocação da igreja. O poder de Deus deve ser aplicado às situações da vida, no ministério da igreja diante do mundo¹²³.

Dentre os dons espirituais, três se manifestam com maior frequência nos meios pentecostais: o falar em línguas estranhas, o dom de curar e o dom de profecia.

O dom de falar em línguas estranhas seria distinto da experiência de falar línguas estranhas por ocasião do batismo com o Espírito Santo. No batismo, todos falam em línguas, pois esse fenômeno é a evidência inicial deste. Já o dom de línguas é, poder-se-ia dizer, um “plus” que só alguns crentes recebem, e consiste em falar línguas estranhas para a própria edificação (se não houver tradução) ou para a edificação de toda a igreja, quando há tradução e alguma mensagem da parte de Deus é transmitida, como já foi explicado acima¹²⁴.

Quanto ao dom de profecia, entende-se como uma manifestação sobrenatural de uma mensagem dada por Deus, porém de nível inferior àquela contida nos escritos sagrados. O profeta está sujeito a erros, pois a sua subjetividade pode distorcer a mensagem recebida. Por edificar toda a igreja, a profecia é vista como o dom supremo, o qual não pode ser reduzido à

¹²⁰ LIM, 1996, p. 475s.

¹²¹ GILBERTO, 2008c, p. 199s.

¹²² CONSELHO DE DOCTRINA DA CGADB, 2006, p. 51.

¹²³ LIM, 1996, p. 483.

¹²⁴ GILBERTO, 2008c, p. 198.

mera predição do futuro, tampouco a preparação de um sermão, consistindo numa mensagem divina para edificação, consolo, advertência e julgamento¹²⁵.

A chamada “cura divina” traduz a expectativa pentecostal pelos milagres. Todos podem recebê-la, crentes ou descrentes¹²⁶. Trata-se de outra manifestação sobrenatural do Espírito, que não pode ser reduzida a mero efeito simbólico ou placebo causado pela fé de quem é curado. Para o pentecostal, negar a existência de milagre é negar a ação de Deus no mundo conforme descrita na Bíblia. É absolutamente impossível se dizer pentecostal e não acreditar em milagres operados por Deus.

Também está presente na teologia pentecostal a ênfase no avivamento, o qual é produzido pelo Espírito Santo. Uma igreja insensível espiritualmente precisa ser reavivada para que tenha uma fé mais dinâmica, viva, de forma que desapareça a insensibilidade espiritual, moral e social (Pv 23. 35, ITm 4.2, Ef. 4.19)¹²⁷. Surge então um ponto que poderia ser bem mais trabalhado (porém não o foi, ao menos nas teologias sistemáticas utilizadas como base para esta dissertação): a relação entre avivamento e ética social. Um autor pentecostal ressaltou o aspecto social do avivamento da seguinte forma:

[...] a ação social da igreja é, sem dúvida, uma das manifestações mais convincentes de que a vida de Deus está no meio de seu povo. Avivamento e ação social: equilíbrio [...] Não se pode falar de um avivamento que priorize apenas um aspecto da totalidade do ser humano como, por exemplo, o destino de sua alma, em detrimento de seu bem estar físico e social. Não nos interessa uma comunidade apenas voltada para o futuro, em prejuízo do hoje, pois isso implica em negligenciar as necessidades imediatas e urgentes do ser humano. O homem vive na dimensão do aqui e agora [...] Um verdadeiro avivamento trará de volta ao crente brasileiro o amor pelos quase 50 milhões de irmãos pátrios que vivem na pobreza absoluta.¹²⁸

Assim, o questionamento é inevitável: como o poder de Deus, manifesto pelo batismo e pelos dons do Espírito, se relaciona com a dimensão pública da fé pentecostal? Esta questão será respondida no próximo capítulo.

¹²⁵ GILBERTO, 2006a, p. 72. **BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Ed. rev. e corrigida. Comentários de Donald C. Stamps. Rio de Janeiro, CPAD, 1997, p. 1756.

¹²⁶ GILBERTO, 2006a, p. 71.

¹²⁷ GILBERTO, 2008c, p. 214.

¹²⁸ Cf. 67, p. 24s.

2.2 A eclesiologia pentecostal: missão da igreja e sua relação com a sociedade

Pode-se afirmar que a eclesiologia pentecostal foi profundamente influenciada pela sua pneumatologia¹²⁹. O poder de Deus que vem através do batismo com o Espírito Santo tem um propósito bastante específico: capacitar a igreja para desempenhar a sua missão, dando-lhe força, motivação, coragem e inspiração para levar o evangelho a toda a criatura. Assim, sem este poder, a igreja não está totalmente preparada para o desempenho de sua missão.

Neste tópico, serão apresentados dois pontos específicos da eclesiologia pentecostal: os ministérios e a missão da igreja.

Ao contrário da Igreja Católica, que desenvolveu robusta eclesiologia fundamentada na ideia da sucessão apostólica, o pentecostalismo ainda não refletiu suficientemente sobre a legitimidade e autoridade de seus ministros e lideranças eclesiais. Normalmente as reflexões ficam no nível genérico de que Jesus fundou a igreja, sendo o seu fundamento, e o Espírito Santo a mantém unida em torno da verdade. O mesmo Espírito é quem confere legitimidade e autoridade para os pastores, e demais lideranças, os quais, devem ser respeitados e pastorear adequadamente o rebanho tendo como exemplo Jesus, o supremo pastor¹³⁰.

Por outro lado, pode-se afirmar que a ideia do “sacerdócio universal de todos os crentes” é vivenciada de uma forma bastante especial, ao menos enquanto serviço leigo¹³¹. Todo o crente tem sua responsabilidade para com a causa do evangelho. Todo crente é um potencial “ganhador de almas”. Todo o crente é útil, de alguma forma e de acordo com as suas capacidades, para o corpo místico de Cristo. Na prática, isso significa que tão logo demonstre seu engajamento e compromisso com a causa evangélica, o crente já pode ser chamado para algum tipo de serviço na igreja que frequenta.

Como consequência, encontramos uma igreja engajada, motivada, militante. Poder-se-ia talvez falar em “ativismo pentecostal”. Todos são chamados a participar da obra em favor do Reino de Deus. Ninguém deve ficar parado. Nada mais condenável que o “crente de

¹²⁹ KLAUS, Byron D. A missão da igreja. In: HORTON, 1996, p. 579-608, à p. 579.

¹³⁰ DUSING, Michael L. A Igreja do Novo Testamento. In: HORTON, 1996, p. 535-578, à p. 557-567; COUTO, Geremias. Eclesiologia – a Doutrina da Igreja. In: GILBERTO, 2008, p. 379-440, à p. 386-397.

¹³¹ Neste sentido, sugestivo o título da dissertação de mestrado de Gedeon Freire de Alencar sobre as origens da AD no Brasil: “**Todo o poder aos pastores, todo trabalho ao povo e todo louvor a Deus: Assembleia de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)**”. ALENCAR, 2000.

banco”, ou seja, o membro que apenas frequenta e ouve, mas não participa mais efetivamente do trabalho¹³².

Dessa forma, todos têm o seu valor. O trabalho dignifica e poder oferecer algo para Deus é uma motivação tão forte na vida do crente que ele dedica boa parte dos seus esforços naquilo que seus líderes espirituais entendem como importante para o Reino. A dignidade de cada membro, por mais humilde, ignorante ou pobre que seja, não é negligenciada. Trata-se uma alma resgatada do pecado por um alto preço, o sangue do filho de Deus. Em sendo assim, cada pessoa possui valor imensurável, e pode colocar seus talentos a serviço da igreja.

No que diz respeito aos objetivos e missão da igreja, as reflexões procuram situar-se numa visão equilibrada entre ênfase no espiritual e atenção ao mundo material, à vida física e social. Na concepção da AD norte-americana, a missão da igreja passa por evangelizar o mundo e fazer discípulos, adorar a Deus, edificar os seus membros e, por último, mas não menos importante, ter solicitude e responsabilidade social¹³³. Em outras palavras: uma das dimensões da missão da igreja é o serviço, no qual, além de levar a mensagem da salvação eterna, procura “alcançar de modo prático os marginalizados da comunidade”. É o ministério do servo, cujo exemplo é Jesus. Mas sendo testemunhas do senhorio de Cristo, os pentecostais também demonstrarão o poder do Espírito, através dos dons, ajudando assim a anunciar o Reino de Deus¹³⁴.

A teologia sistemática da AD brasileira, neste tópico, parece destoar das explicações eclesiológicas tradicionais e da abordagem feita nos demais pontos doutrinários do pentecostalismo, procurando relacionar diretamente a vida da igreja com o espaço público. Neste ponto, é uma abordagem inédita até o momento, sendo mais direta e específica na explicação da questão do relacionamento entre crente/igreja e sociedade do que o discurso simplificado manifesto nas revistas de escola dominical, analisados no primeiro capítulo. Nenhum outro capítulo desta teologia sistemática aborda a questão do relacionamento da igreja com o espaço público, o que, numa obra teológica, torna essas reflexões as mais importantes já feitas no âmbito do pentecostalismo assembleiano.

Assim, na teologia sistemática brasileira se destaca a igreja como peregrina, e neste aspecto ela teria como propósito resgatar os pecadores para Cristo, torná-los compromissados

¹³² GILBERTO, 2006a, p 78.

¹³³ DUSING, 1996, p. 554s.

¹³⁴ KLAUS, 1996, p. 604s.

com a causa do evangelho e preparados para seu futuro eterno¹³⁵. Por outro lado, esta peregrinação deve ser consciente, ou seja, não alienada e meramente contemplativa, aguardando a vitória final passivamente. O exemplo de Israel em sua peregrinação no deserto, que mesmo estando apenas de passagem naquele lugar, em busca da terra prometida, não deixou de se organizar socialmente, é defendido como paradigma para a igreja moderna. Sua espiritualidade deve estar consciente dos seus reflexos e relevância no mundo através do serviço. Deve-se evitar o extremo de restringir o evangelho às questões da alma, de um lado, e o outro extremo do evangelho social por outro. A prioridade da igreja continua sendo a salvação do indivíduo, integrando-o no Reino de Deus. Contudo, como consequência da redenção, surge uma mentalidade que não se conforma com toda sorte de injustiças. Só dessa forma a igreja vivenciará uma espiritualidade plena. De qualquer modo, se o cristão e a igreja produzem frutos aqui na terra, de certa forma antecipando aspectos do reino de Deus, por outro lado é importante ter em conta que a esperança final é estar com Cristo, pois somente através da ação dele, no fim dos tempos, as injustiças, sofrimentos, guerras, etc., cessarão verdadeiramente¹³⁶.

Em sua peregrinação histórica, a igreja expressa a realidade presente do reino de Deus e aponta para a era vindoura, na qual Ele se concretizará em toda sua glória e esplendor, ocasião na qual o mal será aniquilado. Aguarda-se o reino, portanto, vivenciando com antecipação sua ética, ainda que imperfeitamente, expressa principalmente no sermão do monte¹³⁷.

A ausência de equilíbrio entre a esperança do mundo vindouro e a vida aqui e agora gera graves desequilíbrios na vivência da espiritualidade pentecostal. A verdadeira espiritualidade deve fugir do estereótipo pentecostal, que enfatiza unilateralmente a emoção e supostas manifestações do poder do Espírito como sinônimo da espiritualidade. Mas também deve fugir da visão meramente “estruturalista”, que pressupõe que o espiritual é interessar-se pelas transformações de estruturas sociais, assim como da visão “tradicionalista”, que valoriza o temor reverente e a piedade. A teologia pentecostal defende que a espiritualidade, não sendo estanque ou compartimentada, abrange toda a vida, e não está limitada ao espiritual, à vida eclesial, etc. É uma entrega de todo o ser (espírito, alma e corpo) a serviço de Deus, com a adoração consciente em todas as coisas. “Todas as coisas” envolve a realidade material, e

¹³⁵ COUTO, 2008, p. 390.

¹³⁶ COUTO, 2008, p. 391s.

¹³⁷ COUTO, 2008, p. 398, 400.

consequentemente a busca da justiça social. Logo, a propriedade privada, os bens materiais, tem seu valor, mas a posse de riquezas tem que reconhecer sua função social, e isso acontece no uso do que se tem para o bem-estar do próximo. A não conformação com o mundo (Rm 12.2) não tem implicações apenas quanto aos valores morais, mas abarca também o inconformismo com toda a sorte de injustiças, as quais são, em última instância, consequências da entrada do pecado no mundo e, portanto, atentam contra o reino de Deus¹³⁸.

A proposta pentecostal, na sua teologia sistemática, portanto, é a de uma igreja equilibrada. Ainda que tal expressão não seja utilizada, é possível falar em “evangelho integral”¹³⁹, ou seja, um evangelho que trabalha e liberta todas as dimensões do indivíduo, e não só a espiritual. Como consequência, a igreja e os cristãos têm um compromisso com o mundo em que vivem, lutando contra a injustiça, em todas as formas que ela se manifestar. A defesa disso, contudo, não significa tomar partido nem da teologia da libertação, nem do socialismo, nem do liberalismo econômico, nem do *welfare state*, etc. O conteúdo ideológico, a concretização da luta contra o mal permanece em aberto, sujeito à crítica e renovação, conforme o momento histórico e a consciência de cada um.

Na luta contra o mal e as injustiças, surge o desafio da perda de valores. Em geral, a AD tem uma postura de preservar os valores cristãos tradicionais no espaço público. Nesse sentido, o autor defende que:

Todavia, não cabe à igreja fazer como o avestruz e enterrar a cabeça na areia enquanto as horas passam. Muitos há que entregam o tempo presente ao Diabo e se esquecem de que este tempo pertence à igreja. Haverá, sim, uma época futura, conhecida como a Grande Tribulação, em que o mundo experimentará a ira de Deus, a ira do Cordeiro, em que Satanás terá permissão divina para dominar as ações na terra.

Mas a história ainda não chegou lá. A igreja tem, hoje, a oportunidade ímpar de influir em todos os segmentos para que se preservem as condições de vida, sob todos os aspectos, até que todas as intervenções históricas de Deus se realizem.¹⁴⁰

Ou seja, aos cristãos cabe “fazer a história”¹⁴¹ e defender publicamente valores cristãos que preservem as condições de vida. Certamente tem-se em mente, mas não só, a

¹³⁸ COUTO, 2008, p. 404-406.

¹³⁹ Sobre o conceito de evangelho integral, vide capítulo 1, nota n. 42.

¹⁴⁰ COUTO, 2008, p. 408.

¹⁴¹ COUTO, 2008, p. 409.

vigilância quanto a assuntos polêmicos, como aborto, eutanásia, bioética em geral, família, entre outros.¹⁴²

No que diz respeito ao poder político, o fator ressaltado é que não cabe à igreja buscar o poder temporal, ainda que não deva ficar alienada de questões seculares. O exercício do poder temporal pela igreja a fará perder sua identidade¹⁴³. Cabe ao cristão, porém, andar na justiça e denunciar o pecado, em qualquer de suas esferas, proclamando as virtudes do reino ao mesmo tempo em que combate o mal. A igreja deve “conscientizar os crentes sobre o seu papel na sociedade e lhes oferecer, através de ensino bíblico, a oportunidade de obter formação cristã e sadia para o exercício da cidadania”.¹⁴⁴ Mas deve fugir da participação em projetos que tenham como fim a conquista do poder político para si. Também não deve se envolver na luta partidária e deve evitar prometer votos do rebanho em troca de benefícios pessoais ou coletivos, pois isso é corrupção¹⁴⁵.

A igreja, na medida em que proclama as virtudes do Reino de Deus, procura influenciar todos os setores da sociedade, inclusive o político, a fim de que seja ouvida nas decisões que são tomadas. Os líderes eclesiais, por outro lado, não devem se comprometer com o sistema, seja ele qual for, mas manifestar sua voz profética¹⁴⁶. Neste ponto, parece que temos um chamado à igreja nos moldes da teologia pública: uma igreja que se manifesta mas não se compromete com as diversas ideologias existentes.

Por fim, quando o assunto é missão, a Teologia Sistemática brasileira não trabalha o conceito de missão integral, mas este fica subentendido pelo que foi exposto acima. Outrossim, defende uma presença efetiva da igreja entre os marginalizados, assim como em todos os segmentos sociais. Reconhece, porém, que de nada adianta evangelizar drogados, prostitutas, mendigos se não estivermos dispostos a recuperá-los, integrá-los na vida social¹⁴⁷. Por outro lado, a ênfase em “ganhar almas”, através de conversões, para o Reino de Deus¹⁴⁸ (leia-se aqui “fé evangélica”) está sempre presente no discurso pentecostal. O chamado da

¹⁴² Neste sentido, recente editorial do Mensageiro da Paz defende que os cristãos não devem lutar para tomar conta de todos os espaços da sociedade, com a imposição do evangelho (“visão constantina” do engajamento cristão), mas não podem se omitir diante de questões como aborto e projetos que possam minar a liberdade religiosa e de expressão. MENSAGEIRO DA PAZ. **O cristão e as questões do seu tempo**. Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1492, setembro de 2009, p. 02.

¹⁴³ COUTO, 2008, p. 433.

¹⁴⁴ COUTO, 2008, p. 434.

¹⁴⁵ COUTO, 2008, p. 434.

¹⁴⁶ COUTO, 2008, p. 435.

¹⁴⁷ COUTO, 2008, p. 438.

¹⁴⁸ COUTO, 2008, p. 436.

grande comissão (Mt 28.19) é para fazer discípulos. A obra missionária é tarefa urgente, pois a vinda de Jesus está próxima. De qualquer forma, é o Espírito Santo quem capacita a igreja e o crente nesta tarefa, sendo importante o revestimento de poder (batismo com o Espírito Santo) para o seu desempenho adequado¹⁴⁹. Este revestimento é que enche o crente da coragem necessária para não esmorecer na sua tarefa¹⁵⁰.

2.3 Santificação: a vontade de Deus para o Cristão

Uma vez justificado pela fé em Jesus Cristo, o crente passa a ter um relacionamento mais profundo com Deus. Uma vida santificada seria a comprovação da salvação já obtida, a consequência imediata e inevitável da justificação, tornada realidade a partir da regeneração (novo nascimento)¹⁵¹.

Para a AD, é correto falar de santificação no sentido posicional (passado: diante de Deus fomos declarados santos quando fomos justificados: Hb 10.10, Cl 2.10, ICo 6.11), progressivo (presente: diariamente o crente deve aperfeiçoar-se, praticando boas obras e fugindo do pecado. IPe 1.15, Hb 12.14) e futuro (quando formos transformados, não mais pecaremos, a perfeição será atingida. IJo 3.2. Isso só pode acontecer no porvir, nunca no presente)¹⁵². Neste trabalho, a ênfase recairá sobre o aspecto presente da santificação.

Na teologia assembleiana, o aspecto presente da santificação implica a cooperação humana. Deus é quem opera a santificação, mas o ser humano deve agir, deve se consagrar, deve buscar. Aqui identificamos uma aproximação do arminianismo¹⁵³. De qualquer forma,

¹⁴⁹ COUTO, 2008, p. 221-223.

¹⁵⁰ BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL, 1997, p. 1627.

¹⁵¹ “Os filhos de Deus devem buscar a santificação, que, segundo as Escrituras, é decorrente de uma nova natureza”. LIRA E SILVA, Eliezer de. **Lições Bíblicas. 1 João: Os fundamentos da fé cristã e a perfeita comunhão com o pai**. Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, p. 94.

¹⁵² GILBERTO, 2006a, p. 140, 141.

¹⁵³ GILBERTO, 2006a, p. 141. O arminianismo origina-se das concepções do teólogo holandês Jacob Arminius, o qual entendia que o decreto da predestinação deveria ser entendido no sentido de que Deus predestinou Jesus Cristo para ser o mediador entre Deus e os seres humanos, mas não o destino eterno de cada pessoa. Os seres humanos só poderiam ser considerados predestinados por Deus em virtude da presciência deste, ou seja, Deus predestinou para a salvação aqueles que de antemão sabia que iriam aceitar a fé cristã. Desenvolvimentos posteriores dessas ideias concluíram que Jesus morreu por toda a humanidade, ainda que só os que vierem a crer receberão os benefícios de sua paixão. A graça salvífica, por sua vez, não seria irresistível, abrindo espaço para o livre-arbítrio do ser humano, ao menos para aceitar ou não a salvação graciosamente oferecida por Deus, e para se manter na graça, uma vez que a impossibilidade de se perder a salvação não pareceria ter provas suficientes nas Escrituras Sagradas. GONZALEZ, Justo. **História Ilustrada do Cristianismo**. A era dos dogmas e das dúvidas. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1990, p. 114-118.

santificar-se implica duas coisas: separação do pecado, do que desagrada a Deus (mundo) e consagração a Deus¹⁵⁴. Essa consagração tem como resultado a prática de boas obras, portanto não é meramente passiva, mas também ativa:

A santificação é dúplice. Ser santo não é somente evitar o pecado, mas também servir ao Senhor, com a vida; com os talentos; com os dons; com os bens; com a casa; com o tempo; com as finanças; com os serviços, inclusive mão de obra. Por isso, muitos crentes não conseguem viver uma vida santa; eles não vivem pecando continuamente, mas não querem nada com as coisas do Senhor, nem com a sua obra, nem com a igreja para zelar por ela e promovê-la¹⁵⁵.

Assim, contribuir para o Reino de Deus e praticar boas obras é fundamental para que possa haver uma verdadeira santificação.

A comunhão com o mundo é rejeitada. Quem ama o mundo não ama a Deus. Assim, o crente deve separar-se do mundo e não comungar com as obras das trevas. A interpretação deste ensino da Bíblia, porém, é controversa. “Não comungar com o mundo” e “não amar o mundo” muitas vezes implica um radicalismo sectário, como por vezes ocorreu (e quiçá ainda ocorra) nas origens da AD. O apoliticismo, o desinteresse pelas coisas deste mundo, certamente, eram consequência de uma interpretação radical da ênfase na santificação presente¹⁵⁶.

Atualmente, há uma indefinição quanto ao significado desta separação, de forma que as teologias sistemáticas e obras do gênero evitam conceituar com maior precisão o significado destes conceitos. Isso permite ao pregador e à igreja local preencher com conteúdo que achar mais adequado de acordo com os parâmetros bíblicos, o que não significa, evidentemente, uma postura “liberal” da denominação, que continua a defender uma conduta rígida moralmente¹⁵⁷.

A santificação é possível graças à obra do Espírito Santo. O crente que se santifica demonstra isso através do fruto do Espírito (Gl. 5.22). Também não se deve exercer os dons espirituais sem os frutos do Espírito, do contrário teremos uma igreja como a de Corinto,

¹⁵⁴ GILBERTO, 2006a, P. 140.

¹⁵⁵ GILBERTO, 2008b, p. 364.

¹⁵⁶ PIRES, Anderson Clayton. **A Hermenêutica Política da Esperança de Jurgen Moltmann em Diálogo com a Espiritualidade Neoprotestante Brasileira: O Binômio Saúde e Doença como Novo Paradigma de Teologicidade**. Tese de doutorado. São Leopoldo: EST, 2007, p. 146, 147.

¹⁵⁷ Neste sentido, a questão dos “usos e costumes”, como a forma de se trajar, ou abstinência de determinados eventos sociais (futebol, festas, etc.) continua sendo um tabu em alguns setores da igreja, não obstante as sucessivas discussões presentes na pauta das últimas convenções gerais da AD do Brasil. ARAÚJO, 2007, p. 890. O fato é que até hoje não existe uma posição clara da igreja dizendo: “isso não é importante”, ou “isso é fundamental”, provavelmente no intuito de evitar rachas e divisões na instituição.

cheia de intrigas, divisões, imoralidades e infantilidade espiritual¹⁵⁸. Não é pelos dons ou pelo batismo com o Espírito Santo que se pode afirmar que alguém é servo de Deus, e sim pelo fruto do Espírito. Ter o fruto é ser cheio do Espírito¹⁵⁹.

De qualquer forma, a percepção da dimensão ativa da santificação como essencial na vida do cristão pode ser a porta de entrada para uma ética pentecostal comprometida com o bem comum, em diálogo com a sociedade, como se verá mais adiante.

2.4 Escatologia pentecostal: o retorno iminente de Jesus Cristo

A AD possui uma concepção monolítica, fechada e detalhista a respeito do significado do “breve voltará”, traduzida na “doutrina das últimas coisas”, a qual se expressa resumidamente no seu credo:

Cremos na segunda vinda pré-milenial de Cristo, em duas fases distintas. A primeira, invisível ao mundo, para arrebatá-la sua Igreja da terra, antes da grande tribulação; a segunda, visível e corporal, com sua igreja glorificada, para reinar sobre o mundo durante mil anos¹⁶⁰.

Portanto, ao contrário do credo apostólico, que no que diz respeito à *parousia* se limita a afirmar a volta de Cristo para julgar vivos e mortos, a teologia da AD desce a minúcias que são praticamente incontestáveis dentro da denominação.

A origem desta visão também chamada de “pré-milenial” remonta ao dispensacionalismo norte-americano, popularizado no Brasil, na década de 1950, com a publicação do livro “O plano divino através dos séculos”, do missionário escandinavo no Brasil Lawrence Olson¹⁶¹. De acordo com esta corrente teológica, Deus lida com a humanidade em dispensações sucessivas. Em cada uma delas, o ser humano é provado e cobrado de maneira diferente. Existiriam sete dispensações, sendo que no momento estaríamos na dispensação da graça. Israel e a Igreja devem ser distinguidos como dois povos escolhidos por Deus, com promessas próprias, sendo que ao final da dispensação da graça, com a vinda de Jesus, será estabelecido o reino milenial, com a restauração de Israel nos moldes das profecias do Antigo Testamento, interpretadas literalmente. Atualmente, também

¹⁵⁸ GILBERTO, 2008c, p. 202s.

¹⁵⁹ GILBERTO, 2008c, p. 204, 208, 229.

¹⁶⁰ CONSELHO DE DOCTRINA DA CGADB, 2006, p. 57.

¹⁶¹ OLSON, Lawrence. **O Plano Divino Através dos Séculos**. 25. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

por influência da AD norte-americana, o dispensacionalismo já não é tão forte, de forma que existem obras teológicas que mantêm a visão escatológica pentecostal tradicional sem se fundamentar na corrente dispensacional¹⁶².

Basicamente, a concepção pentecostal sobre as últimas coisas se fundamenta na interpretação literal dos livros de Daniel e Apocalipse, além dos capítulos 24 e 25 do evangelho de Mateus. Entende-se que o assunto da vinda de Cristo “é parte inerente da pregação do evangelho (Mt 24.14)”¹⁶³, sendo portanto a grande esperança e motivação do crente e, uma vez com ela, as promessas bíblicas, em especial a de vida eterna com Deus, sem o mal, a morte, a dor e o sofrimento, se cumprirão.

A AD entende que o retorno de Jesus Cristo é iminente e se dará em duas fases: primeiramente, Jesus voltará *para* a igreja, ou seja, os santos, aqueles que estiverem preparados. É o chamado “arrebamento da igreja”. Nesta ocasião os salvos que já morreram ressuscitarão e os salvos vivos serão transformados. Todos irão para céu, onde se celebrará as “bodas do cordeiro”. Após um período de sete anos, no qual os que ficaram na terra passarão pelo tormento da “grande tribulação”, com a ascensão do Anticristo e do Falso Profeta e os juízos descritos no Apocalipse, Jesus voltará *com* os seus santos para livrar Israel (que estaria na iminência de ser destruído pelo Anticristo), aprisionar satanás, destruir o Anticristo, julgar as nações e estabelecer o seu reino milenial, no qual reinará com o seu povo. É neste milênio que teriam cumprimento as profecias do Antigo Testamento a respeito do reino de paz e prosperidade sem precedentes do povo de Israel em benefício de toda a humanidade. Assim, a ideia de um reino de paz e prosperidade é tida como literal, futurista e sobrenatural, ou seja, a vinda deste reino é aguardada, e apenas por intervenção divina direta (a segunda fase da segunda vinda de Jesus) é que este poderá ser implantado, portanto jamais pelo esforço humano¹⁶⁴.

Após um período de mil anos, conforme Apocalipse 20.7,8, satanás será solto e promoverá uma rebelião contra o reinado de Jesus Cristo e do seu povo. Porém será derrotado, sobrevivendo então o Juízo Final, com a ressurreição de todos os que ainda estão mortos, para o julgamento final diante do Grande Trono Branco (Ap 20.11-15). Os salvos,

¹⁶² Neste sentido, Isael de Araújo menciona obras norte-americanas que sequer mencionam o termo “dispensação”: ARAÚJO, 2007, p. 610. No Brasil, alguns livros sobre a doutrina das últimas coisas, como o de MESQUITA, Antonio. **Fronteira Final**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, também evitam o uso do termo.

¹⁶³ GILBERTO, 2006a, p. 146.

¹⁶⁴ GILBERTO, 2006a, p. 146s; MESQUITA, 2008, p. 173-189

que tiveram parte na “primeira ressurreição”, já foram julgados na cruz, livrando-se da condenação e obtendo a vida eterna no novo céu e na nova terra, portanto não passarão por este julgamento. Os demais, condenados, irão para o tormento eterno¹⁶⁵.

A expectativa do retorno iminente de Cristo está fortemente presente nos meios pentecostais, com reflexos sobre o cotidiano dos crentes. Os sinais da segunda já podem ser percebidos. O mundo caminha apressadamente para a sua destruição, indo de mal a pior. Tragédias naturais, problemas ecológicos, o aumento da maldade, da criminalidade, da pobreza, da tecnologia, entre outros, demonstram que Jesus está voltando¹⁶⁶. É necessário manter uma vida santa para estar entre os que serão arrebatados na “primeira fase” da segunda vinda de Cristo. O crente que não vigiar será deixado, tendo que passar pela grande tribulação. Somente os que se mantiverem afastados do pecado vão “subir”. Também é necessário pregar o evangelho a todas as nações, para que o máximo de pessoas possam ser salvas antes do juízo final¹⁶⁷. O avivamento pentecostal também é um sinal de que a vinda de Jesus está próxima.

A AD enfatiza muito que “o dia da vinda de Jesus não foi revelado a ninguém. É um mistério oculto em Deus que será revelado somente quando Jesus vier”.¹⁶⁸ Contudo, a busca de “sinais da vinda de Cristo” é grande nos meios pentecostais. Em geral, a restauração de Israel, a partir de 1948, é percebida como um importante sinal do fim dos tempos, uma vez que, segundo a Bíblia, o Anticristo, no período da grande tribulação, fará um acordo com a nação israelita, e depois passará a persegui-la¹⁶⁹. Ora, se não houver um estado de Israel, torna-se impossível o cumprimento literal desta profecia.

Da mesma forma, questões ecológicas, como o aquecimento global, ou mesmo desastres naturais reiterados são interpretados como o “princípio das dores”, indicando a proximidade da vinda de Jesus. O surgimento da União Europeia e a formação de blocos econômicos normalmente são vistos como o ressurgimento do império romano, também

¹⁶⁵ CONSELHO DE DOCTRINA DA CGADB, 2006, p. 61-65; MESQUITA, 2008, p. 188-189.

¹⁶⁶ Exemplo deste tipo de análise pode ser encontrada em MESQUITA, 2008.

¹⁶⁷ ARAÚJO, 2007, p. 290.

¹⁶⁸ CONSELHO DE DOCTRINA DA CGADB, 2006, p. 59.

¹⁶⁹ ZIBORDI, Ciro Sanches. Escatologia – a Doutrina das Últimas Coisas. In: GILBERTO, 2008, p. 483-560, à p. 499s. A importância de Israel como sinal do fim dos tempos na escatologia pentecostal é tão grande que o jornal Mensageiro da Paz criou uma coluna mensal chamada “Em dia com Israel”, onde notícias da terra santa são interpretadas no ponto de vista do fim dos tempos.

necessário para o cumprimento das profecias¹⁷⁰. Muitos outros acontecimentos são interpretados nos termos “Jesus está voltando”, “as profecias bíblicas estão se cumprindo”¹⁷¹.

Não obstante essas concepções e interpretações soem bastante estranhas fora dos meios evangélicos, pode-se afirmar que o essencial da concepção defendida está bem fundamentado, na medida em que compartilha com a teologia cristã mais ampla a esperança do retorno de Cristo, como previsto nos textos bíblicos, e o consequente estabelecimento definitivo e perfeito do Reino de Deus de forma sobrenatural, assim como o juízo final. É uma espécie de milenarismo, mas não milenarismo revolucionário, visto que a consumação do Reino depende apenas da vontade de Deus, e não do esforço humano, permanecendo um mistério a data e a forma como se dará. Sutilezas à parte, o fundamento da conduta do crente no presente sempre tem em vista esta consumação, onde a morte, o mal e a injustiça não mais existirão. Resta saber como, na prática, se pode viver esta esperança. Esse é o assunto do próximo capítulo.

2.5 Guerra Espiritual

A cosmovisão pentecostal é dominada pelo sobrenatural. Existe um único Deus, mas para além do universo material existe o mundo espiritual. Anjos, demônios e Satanás são as principais criaturas espirituais mencionadas na Bíblia e aceitas pelos pentecostais como reais e atuantes¹⁷².

Bernardo Campos, fazendo observações sobre concepções neopentecostais de guerra espiritual, as quais também podem se aplicar ao pentecostalismo clássico até certo ponto, assim escreve:

O que nos últimos 7 anos se conheceu pelo nome de “guerra espiritual” é uma articulação teológica sobre demonologia aplicada à doutrina e prática da missão da igreja, ou missiologia. Trata-se, por tanto, de um conjunto de crenças acerca de como está constituído o universo, quem o habita e que entidades o dominam.

[...]

O que chamo de “teoria da guerra espiritual” está ante um nível de conhecimento que não se julga pelos cânones da racionalidade científica positivista, mas sim por

¹⁷⁰ MESQUITA, 2008, p. 21-32; 82-93.

¹⁷¹ Recente matéria de capa do Mensageiro da Paz ilustra esta forma de interpretar os acontecimentos mundiais: MENSAGEIRO DA PAZ. **Catástrofes preparam para o governo mundial. Crise fortalece poder do Estado no mundo e ideia de moeda única.** Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1493, outubro de 2009, p. 01, 04 e 05.

¹⁷² GABY, Wagner. Angelologia – a Doutrina dos Anjos. In: GILBERTO, 2008, p. 441-482, à p. 468-471.

seu poder simbólico, metafórico, quer dizer, por sua capacidade de remetermos a realidades ou âmbitos da nossa realidade que intuímos que estão ali, mas que nossos instrumentos físicos de observação, por suas limitações e seus reduccionismos, não nos permitem “ver” e nos impedem aceitá-las como reais.¹⁷³ (tradução própria).

Na teologia da AD, ao mesmo tempo em que ocorre uma espécie de racionalização da visão do mundo sobrenatural, as concepções básicas da cosmovisão antiga são mantidas. Explica-se. Ainda que se entenda que simpatias, horóscopo, “trabalhos”, amuletos, imagens, encantamentos, adivinhações, etc., nada mais sejam, para os pentecostais, do que vãs superstições, sem qualquer efeito real em si mesmas, há também a crença de que doenças, guerras, vícios, desgraças, desastres naturais, milagres, etc., e até mesmo alguns dos itens retro mencionados que tiverem alguma eficácia, *podem* ter sido causados por seres espirituais como anjos (bons) ou Satanás e seus demônios (maus)¹⁷⁴. O grau de crença nessa ação demoníaca varia de pessoa para pessoa, não havendo uma teologia fechada a respeito do assunto, como ocorre em relação à escatologia.

Conforme a crença da AD, Satanás é o príncipe dos anjos caídos e desse mundo. Criado por Deus, rebelou-se contra ele e levou consigo outros seres espirituais, os quais seriam os demônios. Satanás e os demônios se opõem a tudo o que vem de Deus, e em decorrência disso são inimigos dos seres humanos e da própria criação. Muitas coisas ruins que acontecem no mundo foram causadas ou motivadas pelas forças demoníacas, sendo certo, porém, que os seres espirituais não são responsáveis por todos os males. São conhecidos os casos de exorcismos, em virtude de possessão demoníaca, e de curas de doenças atribuídas a maus espíritos. A fundamentação dessas práticas e crenças sempre é a Bíblia, em especial os Evangelhos¹⁷⁵.

¹⁷³ “Lo que en los últimos 7 años se ha conocido con el nombre de “guerra espiritual” o «victoria espiritual» es una articulación teológica sobre “demonología” aplicada a la doctrina y práctica de la misión de la iglesia o misiología. Se trata, por tanto, de un con junto de creencias acerca de cómo está constituido el universo, quiénes lo pueblan y qué entidades lo dominan.

Con lo que yo llamo la «teoría de la guerra espiritual» estamos ante un “nivel” de conocimiento, que no se juzga por los canones de la racionalidad científica positivista, sino por su poder simbólico, metafórico, es decir, por su capacidad de remitirnos a realidades o ámbitos de nuestra “realidad” que intuímos que están allí, pero que nuestros instrumentos físicos de observación, por sus limitaciones y por sus reduccionismos, no nos permiten “ver” y nos impiden aceptarlas como reales”. CAMPOS, Bernardo. **La Teoría de La Guerra Espiritual, desafío de La Misiología**. Disponível em: http://www.relep.org/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=46. Acesso em 22/10/2009.

¹⁷⁴ GABY, 2008, p. 470.

¹⁷⁵ GABY, 2008, p. 475-477.

É importante enfatizar que a concepção teológica pentecostal mais antiga, adotada oficialmente pela AD¹⁷⁶, em nada se assemelha ao movimento de “guerra espiritual” presente no neopentecostalismo¹⁷⁷. No pentecostalismo, simplesmente se aceita a existência de realidades espirituais tais como descritas na Bíblia, e se admite que elas possam exercer alguma influência sobre a vida de indivíduos e da sociedade. Mas nem todos os males são causados por Satanás e seus lacaios. Sempre resta a responsabilidade do ser humano e a total supremacia de Deus. Não há dualismo maniqueísta entre Deus e o Diabo¹⁷⁸. Satanás e demônios são meras criaturas, Deus está no comando e ele apenas tolera que o mal e essas criaturas existam ainda hoje¹⁷⁹. Porque as coisas são assim a teologia pentecostal não responde, pois isto está oculto aos seres humanos.

Já foi demonstrado no primeiro capítulo que a AD tece críticas às igrejas que enfatizam demais o mundo espiritual e a noção de batalha espiritual e se esquecem do social. Esta crítica, ainda que feita apenas de passagem, no corpo de algumas lições, se deu, por exemplo, nas revistas de escola dominical sobre a epístola aos Romanos¹⁸⁰ e sobre o livro de Malaquias¹⁸¹. A partir desses ensinamentos, fica demonstrado que a AD tem se preocupado com o excesso de espiritualização da vida cristã, ao mesmo tempo em que busca uma espiritualidade mais equilibrada¹⁸², que não negligencie nem a existência de um mundo espiritual, nem o mundo material em que vive o ser humano.

De qualquer forma, cabe a pergunta: até que ponto o mal é causado por seres espirituais que oprimem ou influenciam o ser humano ou pelo próprio ser humano? Acreditar que os demônios podem causar o mal não seria uma perigosa mitigação da responsabilidade humana? Sobre isso, as teologias sistemáticas e livros utilizados nesta pesquisa não oferecem uma resposta final, e nem o poderiam. A questão fica em aberto, sendo certo, porém, que alguma responsabilidade o ser humano sempre vai ter, visto que se deixou influenciar ou possuir pelo demônio. A questão que se coloca é se uma teologia que aceite como real esta

¹⁷⁶ Não se ignora que, na prática, muitos pastores assembleianos adotam concepções de mundo espiritual e batalha espiritual semelhantes às do neopentecostalismo. Nesta dissertação, porém, a ênfase recai sobre a concepção teológica oficial da denominação.

¹⁷⁷ Sobre algumas das concepções neopentecostais de guerra espiritual, vide ARAÚJO, 2007, p. 627, 628. No caso do Brasil, MARIANO, 1999, p. 112-117.

¹⁷⁸ GABY, 2008, p. 467.

¹⁷⁹ GABY, 2008, p. 468.

¹⁸⁰ SOARES, 1998, p. 62.

¹⁸¹ ANDRADE, 1999, p. 34.

¹⁸² COUTO, 2008, p. 404-406.

cosmovisão pode ser prejudicial no debate público de ideias. No próximo capítulo o objetivo será lançar alguns questionamentos neste sentido.

3. CONSEQUÊNCIAS PÚBLICAS DA TEOLOGIA PENTECOSTAL

Este capítulo apresentará possíveis consequências públicas de uma teologia pentecostal, levando sempre em conta o que a teologia pública poderia dizer a respeito do assunto. Para tanto, será retomado o discurso teológico popular exposto no primeiro e os pontos da teologia assembleiana apresentados no segundo capítulo desta dissertação. Ao final, poderá ser verificada também que contribuição o pentecostalismo poderia trazer para a teologia pública.

3.1 Possíveis Consequências Públicas Indesejáveis da Teologia Pentecostal

A teologia pentecostal, assim como qualquer teologia, sempre terá uma dimensão pública. Do ponto de vista assembleiano, porém, essa dimensão poderá significar certos tipos de posturas e discursos bastante peculiares. No primeiro capítulo observou-se como o discurso teológico popular da AD foi gradativamente se abrindo para os assuntos públicos, de forma cautelosa e constante. Agora, será visto em que sentidos não desejáveis podem acabar sendo compreendidos os temas pentecostais percorridos no segundo capítulo.

Não são poucos os equívocos ou interpretações alternativas (legítimas ou não) que podem surgir como consequência lógica da teologia proposta nos capítulos anteriores. É necessário, portanto, deixar claro o que não se deve extrair como corolário necessário da teologia pentecostal¹⁸³, a fim de que equívocos sejam evitados, bem como falsas imputações

¹⁸³ No sentido de que nem sempre as consequências lógicas teóricas de um dogma se efetivam na realidade: WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 17, 178 e 180 (notas 49, 66 e 37, respectivamente). Nesta obra o autor defende, em notas de rodapé, que a consequência lógica da doutrina da predestinação calvinista seria o fatalismo, como ocorreu no caso do islamismo. Porém, razões de ordem prática impediram que assim sucedesse entre os reformados. A busca a

de condutas, discursos e ideologias à fé assembleiana pura e simplesmente, como se ela fosse a raiz de todos os males. A crítica feita abaixo, evidentemente, também serve para a própria denominação, cujos membros, teólogos e pastores não estão imunes às posições a seguir combatidas. Esta pesquisa visa mostrar os equívocos mais comuns a serem evitados em uma possível teologia pública pentecostal.

As observações e análises a seguir foram feitas a partir das concepções básicas de teologia pública anteriormente expostas, assim como de outras literaturas, evangélicas ou não, que abordam a questão do cristão no espaço público.

3.1.1 Poder de Deus como justificativa para imposição ou como alienação do mundo

O Poder do Espírito ("poder de Deus"), manifesto através do batismo com o Espírito, glossolalia, milagres e dons, não deve ser interpretado como um poder inerente a certa denominação ou teologia. Não é algo que se possa possuir com exclusividade, mas graça livre de Deus.

Uma postura arrogante e exclusivista deve ser evitada pela AD e pelos pentecostais em geral. A ideia de que somente o poder de Deus manifesto pelo batismo com o Espírito Santo pode capacitar a igreja para o serviço no mundo não deve ser entendida no sentido de que as demais igrejas ou organizações não pentecostais seriam incapazes de desempenhar adequadamente a sua missão, sob pena de se inviabilizar qualquer atuação pública dialogal. Isso significa que a ênfase no poder do Espírito não deve impedir o diálogo com a academia, a ciência, a política, outras denominações, etc.

Não é pelo fato de alguém ser pentecostal que ele terá um conhecimento privilegiado da economia, política, questões sociais, entre outros assuntos de interesse público¹⁸⁴. É bem verdade que o Espírito Santo capacita o crente no desempenho da sua vocação cotidiana em prol do Reino de Deus, mas isso não significa que ele estará mais preparado que os não pentecostais ou não evangélicos para o exercício de funções públicas, como cargos políticos, por exemplo. Sem o devido preparo, não é possível participar das discussões públicas. Isso significa, em outras palavras, que ter o poder do Espírito não basta para fundamentar

todo custo pela certeza da salvação fez com que os calvinistas tivessem uma atitude construtiva no mundo em que viviam.

¹⁸⁴ Neste sentido, mas falando dos evangélicos em geral, FRESTON, Paul. **Religião e Política Sim, Igreja e Estado Não**. Viçosa: Ultimato, 2006, p. 45.

concepções pentecostais que se pretenda levar para toda a sociedade, transcendendo seus próprios interesses eclesiais. Os não cristãos e não pentecostais precisam da demonstração de que as propostas defendidas em prol de toda a sociedade podem trazer algum benefício real para ela, e não sejam apenas justificadas como “vontade de Deus”.

Outra postura inadequada seria a conhecida prática de espiritualizar toda a interpretação da realidade, utilizando para isso, e de forma abusiva, a teologia da inspiração pelo Espírito Santo, de modo a torná-la um pretexto para justificar convicções e interesses pessoais. Seria totalmente inadequado, por exemplo, defender a aprovação de uma lei, ou fundamentar a restrição de direitos e liberdades dos cidadãos apenas sob a alegação de que “Deus me revelou em uma visão” ou que “é a vontade de Deus, pois estou inspirado pelo Espírito Santo”. Não há lugar para o fanatismo ou triunfalismo em uma teologia **pública** pentecostal.

Neste ponto, é de fundamental importância uma reflexão mais profunda e madura sobre o dom de discernimento de espíritos, exercendo a teologia uma função crítica quanto às manifestações do sobrenatural, a fim de evitarem-se posturas radicais, intolerantes e irracionais no espaço público.

Além disso, a crença de que o enchimento de poder espiritual tem como finalidade preparar o cristão para o serviço não deve ter uma interpretação restritiva, no sentido de servir somente à igreja e aos irmãos de fé. Os dons espirituais, em especial os de “ministérios práticos”, por exemplo, não são úteis apenas para servir a igreja, os de dentro (os “irmãos”), mas também os de fora, ou seja, a sociedade. Se os carismas são entendidos como sinais do Reino de Deus que é chegado, certamente devem beneficiar, como consequência do testemunho cristão, os que não fazem parte da igreja.

Por outro lado, a expectativa pela manifestação do poder de Deus, através de milagres e outras manifestações sobrenaturais não deve degenerar em direção a uma espécie de “fé metastática”¹⁸⁵, ou seja, a fé que aguarda passivamente uma mudança na constituição do ser do mundo que resultaria na subversão total da realidade. O limite entre esse tipo de fé e a magia é bastante tênue ou inexistente. A realidade não pode ser manipulada a favor de quem quer que seja, tendo ou não o Poder do Espírito Santo. A postura de “esperar em Deus” não deve ser entendida como sinônimo de passividade ou alienação, ou mesmo inércia na

¹⁸⁵ VOEGELIN, Eric. **Ordem e História. Volume I: Israel e a Revelação**. São Paulo: Loyola, 2009. p. 507-512.

expectativa de um milagre salvador, mas, sim, calma, confiança e discernimento da vontade de Deus e sua ação no mundo.

Isso significa que a espera pelo milagre não deve ser a essência da mensagem pentecostal. O milagre é uma atuação especial de Deus na história, mas não uma constante à qual se poderá apelar sempre que for necessário, em especial quando o ser humano não age de acordo com as responsabilidades que lhe são inerentes.¹⁸⁶.

3.1.2 Igreja em busca de interesses próprios ou de uma hegemonia sobre o poder político

Reconhecer que a igreja possui um papel profético e que não pode ser omissa diante dos assuntos públicos não significa defender que cabe a ela penetrar no espaço público, em especial na política, apenas visando aos seus próprios interesses corporativos. A história recente registra exemplos de atitudes no mínimo questionáveis de parlamentares ligados a igrejas pentecostais no Congresso Nacional¹⁸⁷. Tal fato é exemplo do assim chamado “modelo corporativo”, na medida em que estes políticos pareciam mais interessados em receber verbas, concessões de rádios, TVs, etc., para suas denominações ou pastores amigos do que na discussão política no interesse de toda a sociedade. Denúncias de corrupção ou de venda de votos em troca de benefícios do gênero abundam desde a Constituinte de 1987¹⁸⁸.

Outra proposta equivocada seria a promoção da participação política com a finalidade de tomar o poder em favor dos evangélicos, ou seja, atingir uma espécie de hegemonia política evangélica¹⁸⁹. É equivocado imaginar que o fiel pentecostal possui uma ética firme que os não crentes não possuem, de forma que, uma vez no poder, surgirá um governo não corrupto, e, portanto, o país prosperará. A realidade é mais complexa do que isso.

O triunfalismo evangélico, pentecostal ou não, deve ser rejeitado. “Triunfalismo

¹⁸⁶ Neste sentido, os teólogos pentecostais entendem que a cura divina, uma das espécies de milagres, não pode servir para fundamentar um triunfalismo que pensa poder manipular o poder de Deus e assim realizar prodígios quando bem entender. Ainda que este tipo de milagre não seja concebido como um mero acontecimento excepcional e raro, não pode tampouco ser entendido como uma constante certa. PURDY, Vernon. A Cura Divina. In: HORTON, 1996, p. 501-534, à p. 526, 532.

¹⁸⁷ FRESTON, 1994b, p. 94-98.

¹⁸⁸ FRESTON, 1994b, p. 66, 67.

¹⁸⁹ Ao que parece, esta é a proposta do Bispo Edir Macedo, dono da Igreja Universal do Reino de Deus, que inclusive defende que os evangélicos deveriam se unir para decidir eleições e governar o Brasil: MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de Poder**: Deus, os cristãos e a política. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008, p. 53.

evangélico” na política pode ser entendido como a ideia de que os evangélicos são o povo escolhido por Deus para governar, e que quando isso acontecer todos os problemas do país serão solucionados, quiçá rápida e facilmente, de forma “espiritual”. Tal concepção está mais para magia do que fé cristã, e não pode prosperar. Trata-se de um messianismo evangélico, muito forte nos meios pentecostais, do qual também se pode dizer que é outro caso de fé metastática, na qual se atribui a um grupo a iluminação quase mágica para solucionar de forma simples todos os problemas sociais, políticos, econômicos, entre outros. A esperança, neste caso, é que resolvido um pequeno problema que supostamente seria a causa de todos os males nacionais (no caso, o fato de sermos governados por não crentes) tudo o mais estaria solucionado quase que automaticamente, ou magicamente, uma vez que Deus estaria orientando e abençoando os líderes evangélicos. Ao se adotar esta perspectiva, o risco de se terminar em um regime autoritário com fundamentação teocrática fica bastante evidente.

Ideias como as acima descritas se tornaram visíveis, no caso brasileiro, na década de 1980, sendo bastante difundidas através da proposta “irmão vota em irmão”, a qual se popularizou dentro da AD através do livro de Josué Sylvestre, sob este título, escrito por ocasião das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987. A fundamentação deste slogan era que os evangélicos, por terem uma ênfase ética bastante forte, não seriam corruptos. Assim, a maior esperança para o Brasil seria um governo de crentes. Não se perguntava muito sobre a conduta, capacidade ou experiência dos candidatos evangélicos, e mesmo suas ideologias eram deixadas para o segundo plano. O importante era que ele fosse crente. Os resultados, porém, não foram os desejados, como demonstra a história¹⁹⁰.

Importante ressaltar também que o senso comunitário bastante forte entre os membros da AD, que inclusive se chamam de “irmãos”, pode estimular, ainda que inocentemente, o desrespeito aos princípios republicanos que devem sempre reger as relações entre a máquina estatal e os administrados. Com isso se quer dizer que os princípios que regem a atuação da administração pública (Constituição Federal, art. 37), em especial os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade¹⁹¹, podem restar

¹⁹⁰ FRESTON, 1994b, p.62-67, 121.

¹⁹¹ O objetivo desses princípios é garantir a honestidade na gerência da coisa pública, possibilitando a responsabilização dos agentes públicos que se afastarem destas diretrizes obrigatórias. Pelo princípio da legalidade, o administrador só deve fazer o que a lei, que representa a vontade do povo, permitir. Pelo princípio da impessoalidade, o administrador deve sempre buscar o interesse público, previsto em lei, de forma que quando agir ele deve manifestar a vontade do órgão estatal, e não dele próprio. Assim, não pode utilizar o poder estatal para beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, de acordo com seus interesses pessoais. Pelo princípio da moralidade, o administrador deve evitar condutas que, ainda que não proibidas em lei, fujam do

negligenciados por políticos ou funcionários públicos pentecostais que poderiam privilegiar o atendimento de demandas de seus irmãos de fé, em detrimento do resto da sociedade. Esta conduta, extremamente nociva para o Estado Democrático de Direito, por implicar uma espécie de privatização da *res pública*, deve ser evitada a todo custo¹⁹².

A eclesiologia pentecostal, portanto, não deve estimular o surgimento de uma subcultura que vive em torno de si mesma, para onde o crente se volta quando quer fugir dos problemas seculares, ao invés de encará-los de frente pelo poder do Espírito. Falando sobre as igrejas evangélicas nos Estados Unidos, em geral, Tim Keller menciona um padrão bastante comum também nos meios evangélicos brasileiros:

Nós criamos a nossa subcultura, e convidamos as pessoas a se unirem a nós nessa subcultura, mas não dedicamos nosso tempo, nossos dons e nosso dinheiro, e não nos derramamos em obras, amor e serviço à nossa cidade. O mundo reconhece o nosso amor por eles?¹⁹³

Portanto, a busca do poder político, a formação de uma espécie de teocracia¹⁹⁴, o isolamento em relação à sociedade através da formação de uma subcultura ou propostas semelhantes não deve ser o objetivo da AD, assim como de qualquer igreja. A história mostra que um relacionamento muito íntimo entre igreja e estado não foi bom para ambos¹⁹⁵. O mais correto seria uma instituição eclesiástica disposta a contribuir para o bem de toda sociedade, e

padrão moral consagrado pela comunidade. A contratação de parentes para cargos de confiança, por exemplo, até pouco tempo atrás não era proibida por lei, mas em geral se entendia que violava a moralidade administrativa. Quanto ao princípio da publicidade, todos os atos praticados pelo administrador devem ser públicos, salvo exceções quando o interesse público assim o justificar. É o dever de transparência do administrador. MORAES, Alexandre. **Constituição do Brasil Interpretada**. São Paulo, Atlas 2007, p. 770-775.

¹⁹² O que não significa que não se deva atender os interesses de irmãos de fé, nem que seja ilegítima qualquer contato ou mobilização neste sentido. O que se propõe é que não se aja em desacordo com os procedimentos democrático-republicanos, em especial com o princípio da isonomia, priorizando-se injustificadamente determinados grupos em detrimento de outros.

¹⁹³ KELLER, 2007, p. 131.

¹⁹⁴ Valdemir Damiano, pastor e escritor assembleiano, entende que um regime teocrático é aquele em que o governo é orientado por conceitos bíblicos e religiosos em todas as questões civis, sendo exemplo disso o Israel antigo e parte da sociedade europeia durante certos períodos da idade média, através da igreja medieval. O crente não deve se iludir quanto a tentativas humanas de instaurar um regime teocrático: “Entretanto, somente quando for implantado o governo milenar do Senhor Jesus Cristo é que o governo teocrático autêntico será estabelecido. Antes disso, não há qualquer provisão divina e bíblica para ingerências cristãs nos sistemas governamentais.” Ou seja, a consumação do Reino de Deus, como realidade histórica, é um evento escatológico que foge completamente das possibilidades humanas. Não se deve especular sobre isso, tampouco querer implantar tal reino por esforço humano. No fim da história (ou no início de uma nova era), a partir da volta de Cristo, e como evento miraculoso (sem ilusões quanto a governos humanos que se dizem divinos), ter-se-á então um legítimo e justo reino teocrático. DAMIÃO, Valdemir. **Igreja no século XXI**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007, p. 228.

¹⁹⁵ Apenas para exemplificar, a “Santa” Inquisição foi um dos episódios mais lamentáveis de união do poder político e religioso.

não uma igreja que busca hegemonia política e religiosa através dos meios políticos¹⁹⁶. Crítica profética e estímulo à participação dos crentes no espaço público não podem ser confundidos com mistura de funções do Estado e da Igreja.

3.1.3 Santificação como moralismo radical

A ênfase na necessidade de santificação implica, por um lado, na abstinência do mal, e por outro, na prática do bem. O estímulo à prática do bem pode desencadear um processo de participação política com desdobramentos diversos.

Uma consequência bastante indesejada seria os pentecostais defenderem, quando no espaço público, um moralismo radical aplicável a toda a sociedade, na forma de leis. A ideia de que os valores cristãos são bons e aceitáveis à comunidade mais ampla não implica na sua imediata e automática imposição para toda a sociedade. Se a concepção pentecostal é justamente no sentido de que é o Espírito Santo quem convence do pecado, de nada adiantando leis, regras ou coação humana, a imposição de condutas não faz sentido.

Deve-se evitar o abandono da perspectiva escatológica em relação à santificação em favor de um ativismo militante. O fato é que neste mundo, o ser humano nunca atingirá a perfeição. O novo homem, formado desde já pelo poder do Espírito, além de aguardar a redenção final, está consciente de que de nada adianta tentar impor o cumprimento dos mandamentos bíblicos para aqueles que não foram regenerados¹⁹⁷.

Importante esclarecer também que a crítica às tentativas de imposição de um moralismo radical não implica entender que a igreja deva ser omissa diante do mal que permeia a sociedade, retirando-se para a esfera privada. A destruição progressiva dos valores cristãos é uma realidade que não se pode negar¹⁹⁸, e um pentecostal convicto de que certas

¹⁹⁶ SINNER, Rudolf von. **Teologia Pública no Brasil: contribuição sem imposição**. Texto apresentado em reunião do grupo de pesquisa Ética Teológica e Sociedade, do Programa de Pós Graduação do IEPG em setembro de 2009, p. 36-38.

¹⁹⁷ A AD criticou o milenarismo moralista através do editorial de recente edição do Mensageiro da Paz. Os cristãos que teriam uma visão “constantina” do cristianismo “São os que defendem uma Teologia do Domínio, que prega que os evangélicos devem tomar conta, estrategicamente, de todas as principais áreas de comando da sociedade para, então, empurrar o cristianismo ‘goela abaixo’ das pessoas. Não é isso que ensina a Bíblia. O evangelho deve ser pregado, não imposto.” MENSAGEIRO DA PAZ. **O cristão e as questões do seu tempo**. Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1492, setembro de 2009, p. 02.

¹⁹⁸ Na percepção da AD, os valores cristãos encontram-se em constante ameaça, o que se pode exemplificar por reportagens e editoriais do Mensageiro da Paz: MENSAGEIRO DA PAZ. **Luta para impor uma visão liberal do mundo**. Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1489, junho de 2009, p. 02. Neste editorial, a AD critica

condutas são absolutamente incompatíveis com uma sociedade que privilegie valores cristãos que permitam uma boa convivência pode lutar por normas que as restrinjam. Certamente, haverá espaço para a discussão sobre a conveniência e oportunidade dessa atuação ativa em favor de valores cristãos (assuntos como aborto e eutanásia, educação sexual, entre outros, são apenas alguns exemplos). Também se pode discutir o próprio significado de certas práticas e valores (por exemplo: ser sempre contra o aborto é a conduta cristã mais adequada?), mas em momento algum se deve questionar a legitimidade da participação do cristão enquanto tal na defesa e no debate sobre estes valores.

Outro ponto a destacar é que não é pelo simples fato de alguém ser evangélico, batizado com o Espírito Santo, membro frequente da AD ou de outra denominação evangélica, que estará capacitado para agir na vida pública de maneira exemplar, em especial quanto à conduta ética, evitando a corrupção. Trata-se de mera hipótese teórica que muitas vezes não se confirma¹⁹⁹. Assim, o fato de alguém ser evangélico não deveria gerar a crença inocente de que essa pessoa é “santa” e possua uma sólida conduta ética, nem ser o critério principal para definir se ela pode contar com o apoio da igreja ou de seus pares para a ação pública, em especial a política. Por outro lado, os elevados padrões morais defendidos pelos pentecostais, se praticados no espaço público, tem muito a contribuir para a moralização do Brasil.

É neste momento que se torna importante ressaltar que a ética pentecostal deveria ser menos a “ética passiva e legalista do bom funcionário, que segue fielmente as regras e fica desregrado onde não há regras”²⁰⁰ e mais a do bom cidadão, que transforma a realidade onde vive de acordo com seus valores cristãos (atitude esta que não deve ser confundida com “rebeldia”) sem necessariamente ter uma mentalidade revolucionária. Do contrário, teremos crentes passivos, prestes a cumprir ordens superiores quaisquer que sejam, mesmo que atentando contra os princípios maiores do Reino de Deus.

Por fim, a busca da santidade diante de Deus não deve significar a tentativa de transformação da sociedade nos termos de criação de um novo homem, ou de um povo

fortemente o Governo Lula, ao mesmo tempo em que elogia alguns aspectos de sua gestão, reconhecendo também que a onda liberalizante começou já no Governo de Fernando Henrique Cardoso. MENSAGEIRO DA PAZ. **Como será o esperado Brasil de maioria evangélica em 2020?**. Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1490, julho de 2009, p. 04, 05.

¹⁹⁹ Um exemplo clássico de não confirmação dessa hipótese foi a atuação dos políticos evangélicos durante a Assembleia Nacional Constituinte. FRESTON, 1994b, p.62-67, 121.

²⁰⁰ FRESTON, 2006, 41.

perfeito. Não se deve tentar implantar uma sociedade nos moldes propostos pelo puritanismo inglês do século XVII, o qual chegou a regulamentar atividades que atentariam contra os bons costumes, como corrida de cavalos, teatro e brigas de galo²⁰¹. A questão da perfeição e da ausência de pecado deve ser tratada como assunto que diz respeito à consciência individual de cada pessoa. Não se deve confundir a defesa dos valores cristãos, através de leis protetivas aos mesmos, com moralismo autoritário.

3.1.4 Escatologia como escapismo, alienação, fatalismo ou milenarismo revolucionário

A perspectiva escatológica pentecostal não deve servir de argumento para uma postura quietista, de fuga do mundo, de passividade ou fatalismo.

Com efeito, é comum ouvir de certos crentes que “o futuro está determinado”, logo, de nada adianta agir para tentar melhorar o mundo. Estimula-se assim uma conduta cínica (faz de conta que o mal não está acontecendo), passiva (não se age porque não é necessário), indiferente (pouco importa que o mal cresça, pois já está determinada a sua destruição quando Jesus voltar) e alienada (não se procuram as causas reais dos males que nos sobrevêm, mas se atribui tudo à vontade de Deus ou ao cumprimento de profecias apocalípticas), incapaz de entender que a realidade é muito complexa e que a interpretação dos “sinais da vinda” de Cristo está sujeita a muito equívocos.

Nessa perspectiva, todos os males que afligem a humanidade, sejam eles ecológicos, guerras, pobreza, epidemias e crescimento da criminalidade, são vistos como sinais da vinda de Cristo, logo, cabe ao cristão esperar que ela aconteça para que todos esses problemas sejam resolvidos “num abrir e fechar de olhos”. Novamente, temos a fé metastática em ação, em seu mais elevado grau.

Em alguns casos, a postura poderia se manifestar de forma ainda mais problemática: as desgraças são vistas com alegria, já que elas demonstram que a vinda de Jesus está próxima. Assim, não só se aguardaria a vinda de Jesus, como também se procuraria evitar ou prejudicar todo e qualquer esforço para melhorar a situação do mundo atual, já que qualquer medida neste sentido seria meramente paliativa e impediria ou retardaria a revolução sobrenatural, a vinda gloriosa do Messias. E nisso tudo, obviamente, a igreja estaria falhando

²⁰¹ GONZALEZ, 1993, p. 76.

na sua missão de servir ao próximo, em amor - o que inclui o mundo em que ele vive.

Por outro lado, a perspectiva de um milenarismo revolucionário, ou seja, o estabelecimento do Reino de Deus na terra através do esforço da igreja é praticamente incompatível com a teologia da AD, uma vez que a consumação do Reino de Deus é atividade totalmente sobrenatural, pertencente ao tempo divino. Contudo, dada a criatividade humana, não se descarta a emergência de alguma interpretação neste sentido, como, por exemplo, através da ideia de “preparar o caminho” por meio de situações em que se procura provocar e multiplicar o que se entende por “sinais da vinda de Cristo”, a fim de que a consumação do Reino de Deus possa se dar o mais rapidamente possível. Uma postura como esta deve ser rechaçada.

De qualquer forma, é importante ressaltar que a expectativa da volta de Jesus não deve ser utilizada como justificativa para a omissão no espaço público. Não convém ao cristão simplesmente dizer que o mundo “vai de mal a pior” porque está determinado assim, porque Deus assim quer, porque de nada adianta agir para melhorar a situação da sociedade já que só Jesus pode resolver os problemas existentes.

Nesse sentido, a crítica feita na teologia assembleiana através das revistas de escola dominical e das suas teologias sistemáticas tem sido sempre no sentido de evitarem-se posturas como essas²⁰², possivelmente porque em alguns lugares se percebia a tendência de alguns membros e pastores justificarem o apoliticismo e a omissão diante dos assuntos de interesse público.

O que se propõe é outra forma de leitura da doutrina das últimas coisas a ser apresentada mais detalhadamente nos próximos tópicos, e que segue a linha da Teologia da Esperança de Moltmann: a forte expectativa pela vinda do Reino de Deus (no caso pentecostal, o retorno iminente de Jesus Cristo) deve gerar no cristão a habilidade de resistir em meio às trevas que dominam este mundo²⁰³. Isso implica na rejeição de toda forma de mal e de injustiça.

²⁰² COUTO, 2008, p. 408; ANDRADE, 2008, p. 79-84.

²⁰³ MOLTSMANN, Jürgen. **Vida, Esperança e Justiça**: um testemunho para a América Latina. São Bernardo do Campo: Editeo, 2008, p. 25.

3.1.5 Guerra espiritual como paradigma explicativo da totalidade da realidade

Se entendida de forma incorreta, a noção de seres espirituais e guerra espiritual poderia desencadear uma série de ideias e condutas indevidas, como por exemplo, a demonização de quem pensa diferente²⁰⁴, ou a busca de soluções ritualísticas para os problemas estruturais, delegando para um nível místico questões que devem ser enfrentadas num nível ético²⁰⁵ e racional.

Assim, a tentativa de explicar a realidade apenas pelo paradigma da guerra espiritual é bastante problemática, na medida em que ignora a responsabilidade humana e os problemas estruturais, assim como as soluções apresentadas pela ciência. Acreditar que “a pobreza é um problema espiritual”, ou que “o Brasil é pobre porque está dominado por uma legião de demônios” em nada contribui para a busca da real solução dos problemas²⁰⁶. Admitir a existência e atuação de seres espirituais não significa adotar posturas como estas.

Exorcizar o “demônio da corrupção”, o “espírito da pobreza” etc., não terá valor algum se tal ato não for acompanhado de atitudes inspiradas em uma sólida ética cristã que privilegie a transformação das pessoas e da própria sociedade, por via reflexa. É importante enfatizar sempre a responsabilidade humana, de forma a evitar a crença em soluções mágicas via exorcismos (mais um exemplo de fé metastática). Neste sentido, o discurso teológico popular da AD, exposto no primeiro capítulo, parece reconhecer a necessidade de ensinar seus membros quanto às suas responsabilidades enquanto cidadãos, ou seja, conscientizar os crentes da importância da ética cristã na formação da sociedade, estimulando sua participação no espaço público, ao invés de dar ênfase excessiva à expulsão de demônios fictícios ou batalhas espirituais.

²⁰⁴ Nesse sentido, interessante a observação feita por BOBSIN, Oneide. **Correntes Religiosas e Globalização. Aspectos Políticos e Culturais**. São Leopoldo: CEBI, IEPG, PPL, 2002, p. 68s: “O movimento pentecostal brasileiro precisa se distinguir pela negação do outro, que é demonizado. A certeza da salvação por meio de uma experiência religiosa que estrutura rigidamente a vida e a realidade caóticas precisa de um forte inimigo.”. Ainda que não se concorde inteiramente com a observação, enquanto generalizada para o movimento pentecostal como um todo, a crítica deve ser aceita no mínimo como lembrete da ambiguidade do discurso de guerra espiritual.

²⁰⁵ FRESTON, 2006, p. 43.

²⁰⁶ Bernardo Campos menciona o risco de se cair no etnocentrismo, com a demonização de culturas tradicionais ou crenças e práticas populares. Mas o fato é que não há culturas nem nações santas, e os crentes devem estar atentos a isso. CAMPOS, Bernardo. **La Teoría de La Guerra Espiritual, desafío de La Misiología**. Disponível em: http://www.relep.org/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=46. Acesso em 22/10/2009.

De qualquer forma, convém admitir que a crença na existência e atuação de demônios pode, realmente, problematizar de forma insolúvel a interpretação da realidade. Isso porque, na busca de explicações, tal convicção representa uma variável incomensurável, talvez indemonstrável e irracional, e que está fora do alcance do que atualmente se chama de ciência. Porém, a limitação do método científico e a impossibilidade de um estudo nestes termos não significam que a crença em si deve ser abandonada ou simplesmente jogada na lata do lixo da história. Levá-la ao debate público de ideias, porém, é bastante problemático, de forma que resta reconhecer a necessidade de maiores aprofundamentos e estudos amplos a respeito do assunto.

3.2 Por uma teologia pentecostal comunicável: dimensões públicas desejáveis para a teologia pentecostal

O pentecostalismo, se bem interpretado, possui aspectos suficientes para fundamentar a participação responsável e consciente do cristão no espaço público.

Uma vez apresentadas algumas compreensões que devem ser evitadas no discurso pentecostal, urge demonstrar de que forma sua teologia pode ser interpretada no sentido de uma teologia pública, ou seja, como um discurso que parte de sua confissão de fé, mas que também procura se expressar em uma linguagem comunicável e mais acessível aos de fora, fundamentando a busca do bem comum.

Assim, o próximo tópico apresenta algumas propostas de leitura dos dogmas assembleianos como condições para que o discurso dessa denominação seja mais comunicável e inteligível no espaço público, podendo assim fundamentar práticas e reflexões em busca do bem comum a partir da perspectiva pentecostal.

3.2.1 O Poder de Deus: poder para o serviço

O batismo no Espírito Santo dinamiza a igreja e enche o crente de intrepidez (audácia) para anunciar o evangelho, para atuar na missão da igreja.

Como bem ressaltado por Reginaldo Plácido de Castro

A compreensão teológica da AD sobre a doutrina do Espírito Santo parte da premissa que o Espírito Santo é Deus e que se relaciona com o ser humano produzindo experiência espiritual. Esta experiência produz um sentimento de comunidade e de ruptura das barreiras culturais (idiomáticas) que separam os seres humanos. Assim, tal compreensão sobre a doutrina do Espírito Santo permite que o cristão, através da experiência do Espírito, possa se identificar com o Cristo na comunhão e no serviço.²⁰⁷

O senso de comunidade e a ruptura de barreiras culturais, estas últimas enormes num país como o Brasil, podem auxiliar no desenvolvimento de uma consciência cidadã que vá além do mero individualismo, aproximando pessoas que de outra forma jamais se comunicariam. Ricos e pobres, negros e brancos, universitários e analfabetos em geral vivenciam sua fé no mesmo espaço (igreja), e assim podem conhecer com maior nitidez e menos distorções os problemas reais que cada grupo enfrenta no seu dia-a-dia. Com isso, em tese, a busca de soluções para estes problemas teria maior êxito, de forma que a aproximação e a convivência de pessoas de todas as raças ou classes sociais poderiam servir de exemplo para um núcleo maior, a sociedade mais ampla²⁰⁸.

Por outro lado, o batismo com o Espírito Santo identifica o crente com Cristo não só na comunhão, mas também no serviço. Isso significa que ele capacita o cristão para servir, ou seja, para o desempenho de sua missão, em amor, juntamente com sua igreja²⁰⁹.

A missão da igreja envolve o anúncio do Reino de Deus, o qual possui implicações sociais e materiais, pois é o anúncio da justiça e da paz de Deus. Dessa forma, o "poder" para evangelizar, oriundo do batismo com o Espírito Santo para fazer missões, também pode ser entendido como poder de Deus para atuação profética da igreja, denunciando os males e iniquidades de governos, nações, sistemas, etc., que geram opressão, além de contribuir para a construção de um mundo melhor de se viver. Assim, a teologia pentecostal pode dar uma importante contribuição para a Teologia Pública, com a concepção da força do Espírito após o batismo com o Espírito Santo, capacitando o fiel para, humildemente e sem a pretensão de ser a “voz infalível de Deus”, agir sem medo no espaço público. Pelo poder de Deus, a igreja estará denunciando o mal e o pecado, onde quer que se encontrem, inclusive nos meios

²⁰⁷ CASTRO, 2008, p. 91.

²⁰⁸ O que não significa que o relacionamento entre negros, brancos, ricos, pobres, classe média, intelectuais, povo, etc., seja livre de tensões e ambiguidades dentro do pentecostalismo e da AD. De certa forma, a controvérsia em torno dos “usos e costumes” reflete bem os conflitos internos entre os diversos segmentos sociais presentes na AD. Sobre o assunto, vide o trabalho de ALMEIDA, Joéde Braga de. **O Sagrado e o Profano: construção e desconstrução dos usos e costumes nas Assembleias de Deus no Brasil**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Mackenzie, 2007, p. 86 e 97.

²⁰⁹ GILBERTO, 2008c, p. 191.

políticos/sociais/públicos.

A crítica profética, portanto, fica reforçada pelo poder de Deus que sobrevém a partir do batismo com o Espírito Santo, pois enche o crente de coragem para o desempenho da sua missão no corpo de Cristo.

De igual modo, o avivamento é necessário em uma igreja que se mostra indiferente não só espiritual, mas também socialmente. Em um avivamento genuíno, a dimensão prática da fé (e conseqüentemente social) não pode ser ignorada. Oportuno mencionar o exemplo de John Wesley, um dos pais do movimento avivalista. É conhecida a ética social metodista, a qual pode ser vista como consequência do avivamento que privilegiava a santificação pessoal e que se desenvolveu em direção à ideia de “santificação social”²¹⁰.

Segundo Antonio Gilberto, falar em avivamento é falar em contrição total, perdão e reconciliação, generosidade financeira, santidade, missões, louvor, renovação e batismo com Espírito Santo, além da destruição de ídolos, intercessão²¹¹. Ora, quando se fala em reconciliação, é preciso considerar o próximo e o mal que se lhe causou. Igualmente, generosidade financeira implica compadecer-se dos que sofrem e fazer o possível para ajudá-los. Missão acarreta o anúncio das boas novas do reino ao ser humano integral, inclusive na sua dimensão material²¹². E a destruição de ídolos pode ser vista como o combate ao egoísmo, ao amor ao poder, ao dinheiro e aos sistemas ideológicos.

No sentido de conjugar avivamento espiritual com transformação social, cabe mencionar a manifestação do presidente do então recém criado Conselho de Ação Social da Igreja, em 1997: “Nossa oração é para que a AD seja despertada por uma ação social correspondente ao crescimento deste grande avivamento pentecostal que Deus tem dado à nossa Pátria”²¹³.

Quanto aos dons do Espírito, assim como o batismo com o Espírito Santo, importante ressaltar, mais uma vez, que estes são para o serviço e não apenas para a edificação individual, ou comunhão pessoal com Deus. Por isso, podem ajudar a igreja no desempenho da sua dimensão pública, no serviço para com o ser humano, em especial através

²¹⁰ Sobre a ética social de John Wesley, vide artigo de WESTPHAL, Euler. A ética social na teologia de John Wesley. In: **Vox Scripturae**, n. 7, vol.1, dezembro de 1997, p. 83-97.

²¹¹ GILBERTO, 2006a, p. 85-91.

²¹² GILBERTO, 1996, p. 63,64.

²¹³ ARAÚJO, 2007, p. 02.

dos dons de "repartir", "exercitar misericórdia", "socorros", "governos", "presidir", "exortar", "ministrar" e "profetizar". Profetizar, inclusive, deve incluir a crítica profética da igreja em relação à sociedade em que está inserida.

Uma última observação deve ser feita quanto ao ensinamento sobre a cura divina: a Teologia Sistemática Pentecostal brasileira não desenvolve considerações detalhadas sobre esse assunto, mas apenas o cita e admite. Porém, a congênere norte-americana possui um estudo mais detalhado do tema, explicando que esta doutrina se fundamenta na negação do dualismo gnóstico e/ou platônico, o qual supostamente teria influenciado parte da teologia Agostiniana (depois ele teria se retratado) e Calvinista (a qual teria se baseado nas posições de Agostinho antes da retratação). Isso significaria que a expiação efetuada por Cristo tem a ver com o ser humano por inteiro, em todas as suas dimensões, sejam materiais, sejam espirituais. A mensagem do evangelho é para o homem integral. Não é apenas para salvar sua "alma", mas também para restaurar seu corpo nos últimos dias com a ressurreição. Entretanto, já aqui e agora temos a antecipação dessa restauração final, com o dom de cura dado por Deus. E os pentecostais, que compartilham este dom, têm uma responsabilidade de compartilhar este ministério²¹⁴.

Ora, sendo assim, abre-se uma porta para a responsabilidade da igreja diante do mundo, a partir da ideia pentecostal da cura divina. Se Deus não se agrada das enfermidades e se importa com o ser humano em sua integralidade, com sua situação material, a igreja possui o ministério de anunciar o Reino ajudando a melhorar a realidade das pessoas em situação de sofrimento físico, seja por doenças, pobreza ou fome, e pode fazer isso participando das questões públicas, defendendo princípios e práticas de inspiração cristã que se mostrem razoáveis e aceitáveis aos seres humanos.

O Deus dos pentecostais é o Deus que se compadece do sofrimento humano, e demonstra isso operando milagres em algumas situações, como sinal e antecipação do Seu Reino, onde não mais haverá dor, tristeza e morte. Se esse Deus revela seu ódio ao mal através dessas manifestações sobrenaturais, seguramente também desejará que os que o servem procurem acabar com todas as formas de sofrimento e opressão, por todos os meios possíveis, inclusive através de uma atuação político-social consistente. Neste sentido, a teologia pentecostal, ao pregar sobre um Deus que se compadece com o sofrimento humano operando milagres, pode servir como fundamento para uma teologia pública pentecostal que

²¹⁴ PURDY, 1996, p. 533.

estímulo a participação efetiva e consciente do crente no espaço público, como forma de agradar ao Deus que tem interesse pela situação integral do ser humano, e não só pela situação “espiritual”.

Assim, é justificada a manifestação e atuação pública da igreja e dos cristãos, os quais devem colaborar para que a anúncio do evangelho, pelo poder do Espírito, venha acompanhado da melhora das condições materiais do ser humano, com a atenuação do seu sofrimento, de forma que a melhora dessa situação possa refletir o Reino vindouro, restando assim o amor de Cristo plenamente demonstrado.

É importante evitar uma tensão indevida entre a ênfase no dom sobrenatural de cura divina e a luta pela melhora das condições de vida da humanidade por meios “não sobrenaturais”. Buscar melhorar a situação material das pessoas, inclusive sua saúde, através de meios considerados “naturais” não pode ser interpretado como “falta de fé” ou perda da ênfase no transcendente. Não se está negando, com uma conduta pública engajada, a importância do poder de Deus para curar milagrosamente, mas sim agindo em consonância com a verdade teológica que está por trás deste carisma, ou seja, de que Deus se importa com nossa situação material tanto quanto com a nossa situação espiritual. Com isso, se fundamenta a ajuda às pessoas que não forem abençoadas com algum milagre em sua situação de sofrimento extremo, e a igreja poderá servir a Deus e ao mundo pela prática do bem, e não apenas pelas manifestações sobrenaturais do poder divino.

3.2.2 Igreja em busca do bem comum

A possibilidade de fazer algo para Deus, de ser importante diante de uma comunidade e de Deus confere um senso de dignidade e realização ao ser humano que nem mesmo a transformação das suas condições materiais ou o recebimento de riquezas, podem dar. Nos meios pentecostais, todos querem participar na promoção do Reino de Deus, mesmo os mais excluídos e sofredores, ainda que isso seja muitas vezes entendido como promoção da igreja e da evangelização. Disso decorre que um engajamento diante das questões do interesse de toda a sociedade pode ser estimulado a partir da prática do sacerdócio universal de todos os crentes. Já não são apenas os pastores os responsáveis pelo evangelho, pelo anúncio do Reino, mas todos. Todos participam. Assim, todos se tornam protagonistas de mudanças.

A partir disso, todos os crentes consideram-se como responsáveis pela sociedade em que vivem, podendo ajudar a melhorá-la por meio do anúncio do Reino, desde que esse não seja meramente uma mensagem de expectativa pela vinda de Cristo, mas sim numa nova vida com Cristo, desde já, que transforma todas as coisas à luz do Reino vindouro.

Nesse sentido, a busca do bem comum deve ser a principal motivação da igreja quando participa do espaço público²¹⁵. A ação pública não deve servir para mera defesa de interesses corporativos, como concessões de rádio e TV, recursos financeiros, facilidades em trâmites burocráticos ou privilégios para instituições religiosas e obreiros. Mais ainda, não deve servir para mera promoção pessoal ou enriquecimento de pastores e seus protegidos. Também não deve se restringir à prática do bem exclusivamente em favor dos irmãos de fé, sejam eles da mesma denominação, sejam de outra denominação evangélica. Deve, isso sim, buscar o bem de todos, inclusive dos não cristãos. Assim, a concepção de Lutero, no sentido de que o amor ao próximo flui através dos cristãos, ou seja, da igreja, tem muito a ensinar²¹⁶. A igreja está a serviço do próximo, e este não se restringe aos irmãos de fé, mas abrange toda a humanidade²¹⁷.

As explicações teológicas apresentadas no segundo capítulo, em especial no tópico sobre eclesiologia, demonstram que a teologia assembleiana, manifesta na teologia sistemática brasileira, enfatiza a participação consciente do cristão no espaço público, através de uma espiritualidade equilibrada, que enfatize tanto os aspectos espirituais e morais como os materiais e sociais. A verdadeira espiritualidade, portanto, estimulará a cidadania, a qual não se limita ao exercício dos direitos políticos, mas vai além, começando pelas próprias ações sociais que a igreja promove, passando por associações de moradores, ONGs e outros movimentos sociais, nos quais a espiritualidade poderá ser exercida, sendo o cristão sal e luz nestas instâncias sociais²¹⁸.

É nesse sentido que pode ser citada passagem de Jeremias 29 (a carta escrita para os judeus cativos na Babilônia, estimulando-os a se inserirem naquela sociedade) para o contexto atual da AD no Brasil. Deus quer o seu povo viva junto com os incrédulos, amando-os. A igreja não deve retirar-se para um gueto, tampouco assimilar a cultura em derredor. Ela deve

²¹⁵ SINNER, 2009, p. 36-38.

²¹⁶ MUELLER, Enio R. **Teologia cristã em poucas palavras**. São Paulo: Editora Teológica; Leopoldo: EST, 2005, p. 83-86

²¹⁷ MUELLER, 2005, p. 104-106.

²¹⁸ COUTO, 2008, p. 407.

ser diferente, mas engajada. Deve servir e amar a sociedade em que está inserida, sabendo que o bem dela é o seu bem²¹⁹.

3.2.3 Santificação como conduta adequada no espaço público e a santificação social

A corrupção é uma das maiores chagas do Brasil e da América Latina há muitos séculos. Sobre ela, o professor de Direito Constitucional Manoel Gonçalves Ferreira Filho escreveu:

A corrupção, embora sua feição mude de época para época, é um fenômeno presente em todos os tempos. Dela não escapa regime algum. Igualmente, ela existe no mundo inteiro, conquanto em níveis diversos. É assim um mal que todo regime tem de estar preparado para enfrentar.

Por outro lado, ela é

particularmente grave numa democracia. Esta, com efeito, confia na representação para realizar o interesse geral. Se ela é corrupta e persegue o seu bem particular, o regime fica totalmente desfigurado. Além disso, na democracia, rapidamente a corrupção desmoraliza o Poder, além de ser um fator de ineficiência. Por isso, pode levar facilmente à perda da legitimidade do regime²²⁰.

A necessidade de maior transparência e probidade na condução da *res publica* foi um dos principais argumentos a fundamentar a participação dos pentecostais nos assuntos públicos, em especial na política, como já mencionado acima. Porém nem sempre o que se viu foi uma conduta ética adequada por parte dos pentecostais.

De qualquer forma, a proposta de santificação pentecostal, na medida em que defende elevados padrões morais para todos os cristãos, pode sim contribuir para o bem da coisa pública. Se os políticos pentecostais, por exemplo, levarem realmente a sério seus princípios éticos (em especial o amor ao próximo e o respeito pelo que não lhe pertence, além de uma vida equilibrada e sem escândalos), e procurarem adaptá-los com sabedoria às mais diversas situações em que agirem, o Estado brasileiro (e conseqüentemente o povo) só terá a ganhar. Assim, na América Latina, a ética pentecostal pode contribuir para a formação de um espaço público mais "ético" (menos corrupto e mais organizado de acordo com os padrões

²¹⁹ KELLER, 2007, p. 130.

²²⁰ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **A democracia no limiar do século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 87-88.

indispensáveis ao administrador público, em especial o princípio da moralidade administrativa).

Por outro lado, a dimensão ativa da santificação (prática do bem, e não apenas a fuga do pecado e do mundo) implica a dedicação a Deus e a sua causa, ou seja, disponibilização para o serviço. É comum ouvir nos meios pentecostais que o crente não deve ficar parado, mas deve fazer algo para Deus, pois só assim se manterá santo²²¹. O trabalho para Deus ajuda o crente a se manter firme na fé. Assim, a forte ênfase na santificação leva a um ativismo e engajamento na causa do Reino de Deus. Na AD, normalmente este engajamento se volta mais para assuntos "espirituais", ou seja, trabalho dentro da igreja, ou para a evangelização de não crentes, mas isso pode ser canalizado para o social, para o espaço público.

É nesse sentido que cabe trazer à baila a contribuição metodista a respeito da santificação. De acordo com John Wesley, a doutrina da santificação também pode ser desenvolvida em direção a uma dimensão "social"²²², relacionando-se o tão almejado e ensinado "avivamento" da igreja com uma consciência social forte. Wesley inclusive teria falado em "santificação social"²²³. Dessa forma, a transformação do indivíduo e sua consequente e progressiva santificação individual teriam como corolário a santificação social, ou seja, a progressiva transformação da sociedade em direção aos valores do Reino de Deus, com o combate à injustiça e a busca do estabelecimento da justiça e da paz.

Cabe também retomar a observação feita anteriormente, no sentido de que a ética pentecostal não deve se limitar à ética do "bom funcionário", submisso e passivo sempre, que não quer parecer rebelde, e que na ausência de regras age de maneira totalmente desregrada, por vezes causando escândalos. O ideal seria o estímulo a uma ética baseada mais nos princípios cristãos do que em regras, inspirada também naquilo que, segundo Paul Freston, ficou conhecido como "ética protestante", na qual se concebia o cristianismo como transformador da cultura, vendo também o trabalho secular como esfera do cumprimento da vontade de Deus, através de uma vida diligente e frugal²²⁴.

Uma conduta cristã que transforme a cultura significa uma ética não meramente

²²¹ Neste sentido, GILBERTO, 2008b, p. 364: "Por isso muitos crentes não conseguem viver uma vida santa; eles não vivem pecando continuamente, mas não querem nada com as coisas do Senhor, nem com a sua obra, nem com a igreja para zelar por ela e promovê-la."

²²² WESTPHAL, 1997, p. 88.

²²³ JOSGRILBERG, 1995, p. 67.

²²⁴ FRESTON, 2006, p. 40.

passiva, de obediência incondicional, mas também de atitudes transformadoras, que desafiam e contradizem situações anticristãs, ainda que aparentemente revestidas de autoridade, seja religiosa, seja secular. Obediência não é incondicional, e isso deve ficar mais claro nos meios assembleianos. Se assim for, parece evidente que o rigor ético pentecostal poderá ser muito bem utilizado em benefício de toda a sociedade, estimulando também a participação dos crentes em todas as discussões públicas de forma responsável, consciente e ativa.

Por outro lado, um possível moralismo legalista que possa surgir em decorrência da postura que o crente tem em relação à santificação pessoal pode ser corrigido por uma melhor “percepção do evangelho”: ao invés de se seguir o princípio “eu vou obedecer, por isso sou aceito por Deus”, dever-se-ia entender que o evangelho opera segundo o princípio “eu sou aceito por meio da preciosa graça de Deus, por isso vou obedecer”²²⁵. Praticando as boas obras e procurando dedicar-se a Deus por gratidão, e não por obrigação, a ênfase pentecostal na santificação pode produzir um discurso mais razoável no espaço público.

Mark Driscoll tece interessantes considerações sobre este assunto ao comentar a oração sacerdotal de Jesus no evangelho de João. Segundo este autor

Jesus orou para que nós não nos tornássemos liberais, que vão longe demais na cultura, e agem de maneira mundana, nem fundamentalistas, que não vão suficientemente longe na cultura, e agem de maneira farisaica²²⁶.

Sobre o assunto, uma ótima proposta de equilíbrio é dada por Tim Keller, que fala acerca da necessidade de contextualização do evangelho para os grandes centros urbanos, e sugere que as igrejas deveriam combinar “a criatividade, o amor pela diversidade e a paixão pela justiça (dos antigos boêmios) com a seriedade moral e a orientação familiar da burguesia”²²⁷, o que ajudaria os pentecostais a serem mais bem vistos pela sociedade em geral.

3.2.4 Escatologia como esperança e inspiração para uma ação realista e responsável

A primeira observação quanto à escatologia pentecostal é que a AD deve desenvolver a consciência cidadã nos seus membros, sem prejuízo da expectativa do retorno

²²⁵ KELLER, 2007, p. 121.

²²⁶ DRISCOLL, Mark. A igreja e a supremacia de Cristo em um mundo pós-moderno. In PIPER, 2007, p. 135-159, à p. 149.

²²⁷ KELLER, 2007, p. 123.

iminente de Cristo. A máxima de que “o mundo vai de mal a pior”, ou de que “só Jesus salva” e nada se pode fazer para mudar a situação social, não pode mais ser aceita. Observação interessante a ser feita quanto aos que seguem esses slogans é que embora digam que não devemos nos preocupar com este mundo, continuam trabalhando, prosperando, comprando, constituindo família. É uma atitude no mínimo contraditória, pois esses mesmos cristãos argumentam que não deve haver envolvimento com o mundo quando o assunto é política, problemas sociais, questões públicas. Entretanto, quando se trata da prosperidade pessoal, essa ideia é logo esquecida²²⁸. Portanto, a fim de evitar distorções indesejáveis decorrentes da escatologia pentecostal, os teólogos da AD devem sempre ressaltar o princípio de que enquanto a esperança cristã do reino não se consuma, cabe ao fiel “viver na presente era a espiritualidade do Reino e todo o seu ideal descrito no sermão do monte”²²⁹.

Já foi destacado no primeiro capítulo que o discurso teológico simplificado da AD crítica a visão apocalipsista de que o cristão nada pode fazer para melhorar o mundo, uma vez que tudo já está determinado por Deus, e a tendência é que tudo piore até o fim dos tempos. A correção que o pentecostalismo oferece para esta concepção teológica fatalista é que, de acordo com várias outras referências bíblicas, aos crentes cabe agir neste mundo impulsionados pelo poder do Espírito Santo, combatendo o avanço do mal no mundo.²³⁰

Por outro lado, as observações feitas no segundo capítulo desta dissertação sobre a eclesiologia pentecostal, manifesta na teologia sistemática brasileira, são bastante pertinentes: a igreja deve andar neste mundo como peregrina, mas não como alienada. Deve inspirar-se nos valores do Reino de Deus para pautar sua conduta e discursos públicos, não se omitindo nas várias esferas da sociedade. Isso implica uma visão não fatalista ou passiva, mas responsável, consciente e participativa.

Nesse sentido, a teologia da esperança de Moltmann pode ser um importante corretivo para as distorções apontadas em tópicos anteriores. De acordo com o famoso teólogo alemão, a forte expectativa pela vinda do Reino de Deus (no caso pentecostal, o retorno iminente de Jesus Cristo) deve gerar no cristão a habilidade de resistir em meio às trevas que dominam este mundo²³¹. Isso significa a rejeição toda forma de mal e de injustiça.

²²⁸ COUTO, 2008, p. 406.

²²⁹ COUTO, 2008, p. 406.

²³⁰ COUTO, 2005, p. 24, 25.

²³¹ MOLTSMANN, 2008, p. 25.

Inspirados no Cristo que viveu e voltará, o cristão se conduzirá perante a sociedade de forma a combater as injustiças.

É importante, do nosso ponto de vista, manter o significado de “combater as injustiças” em aberto, para evitar preenchimento ideológico. Combater injustiças não significa imediata filiação a determinados movimentos sociais, ou aceitação de ideologias sem uma crítica razoável, como se elas representassem o próprio ideal do Reino de Deus. O cristão deve ter liberdade neste ponto.

Moltmann propõe julgar o mundo atual à luz do Reino vindouro²³². Assim, se a forte e real esperança pentecostal pela volta de Jesus significar também a expectativa pela justiça, vida, paz e prosperidade do Reino vindouro, ela poderá servir como parâmetro de julgamento do presente século. O Reino de Deus “ainda não” se consumou, mas já mostra seus sinais. Enquanto não ocorre a consumação, os crentes são desafiados a contribuir para que este mundo não se afaste dos ideais do século vindouro; pelo contrário, aproxime-se deles. E nisso talvez se abra espaço para uma teologia pentecostal com relevância pública, presente em todos os assuntos de interesse público, fazendo análises teológicas em diálogo com a cultura e sociedade mais ampla.

De qualquer forma, a perspectiva pentecostal sobre as últimas coisas tem a nítida vantagem de impossibilitar que ilusões sejam alimentadas quanto ao estabelecimento do Reino de Deus na terra pelo poder secular, pelo esforço humano meramente. Trata-se da reserva escatológica. O ser humano não pode estabelecer o Reino de Deus sobre a terra ou se apropriar dele por esforços sociais. Se apenas um evento sobrenatural, por exclusiva iniciativa divina, e em dia e hora absolutamente desconhecidos de qualquer ser humano poderá implantar definitiva e perfeitamente o Reino de Deus, todo o esforço humano, todos os reinos, regimes e governos quedam-se imperfeitos, ambíguos, transitórios e sujeitos a críticas. A esperança não será colocada em determinado regime político, econômico ou cultural como solução de todos os males. Não se justificará matanças indiscriminadas como mal menor em favor do surgimento de um novo homem e uma nova sociedade, sem injustiça e conflitos, acreditando ser isso o cumprimento das profecias bíblicas. Não justificará alguém ou certo grupo que promova a aniquilação de parte da humanidade a fim de impor sua concepção de bem, a qual acredita inspirada por Deus.

²³² MOLTSMANN, Jürgen. A paixão de Cristo: por uma sociedade sem vítimas. Entrevista com Jürgen Moltmann. **Cadernos IHU em formação: Teologia Pública**. São Leopoldo, ano 2, n. 8, p. 78-82, 2006, à p. 81.

Assim, o risco de sacralização do poder constituído ou de uma revolução sangrenta resta bastante diminuído (ainda que não totalmente excluído²³³), possibilitando portanto uma teologia pública responsável, na medida em que não se omite frente aos problemas deste mundo, e consciente, na medida em que não se ilude com utopias passageiras ou propostas sedutoras do poder secular.

A escatologia pentecostal poderia, enfim, estar mais atenta ao fato de que o “século futuro” já está penetrando “neste século”, e que conseqüentemente o pecado e o mal já estão sendo transformados pela justiça do Reino de Deus, respeitada, evidentemente, a tensão entre o “já” e o “ainda não”, no sentido de que a transformação completa da realidade se dará somente na consumação dos séculos. Neste sentido, é correta a crítica de que

Por muito tempo, em teologias sistemáticas e tradicionais, a escatologia ocupou a parte final do trabalho, e preocupou-se com as “últimas coisas” ou os “últimos tempos”, com questões como o retorno de Cristo, o milênio, o juízo e a destruição do mal. No entanto, um dos maiores ganhos no estudo bíblico no último século foi perceber que a escatologia não é um acessório final ao corpo do conhecimento teológico, antes, é mais como um fio que é tecido ao longo de seus muitos temas. E foi a vinda de Cristo que a transformou radicalmente²³⁴.

Se levar em conta estas observações, a escatologia pentecostal servirá como fundamento para o engajamento público consciente do crente, e não para sua omissão, alienação ou desinteresse.

3.2.5 Guerra espiritual como humildade diante do inexplicável

Este tópico aborda tema de difícil solução para a teologia, em especial para uma teologia que se pretenda presente nas discussões públicas. Ainda não foi ofertada uma resposta prontamente aceita, o que revela o elevado risco de erro deste escrito, o qual, como todo equívoco, tende a ser maior quanto mais ousada for a tese.

Certos fatos fogem de qualquer explicação racional. A maldade de alguns sistemas, como o nazista e o comunista, por exemplo, foi tão extremada que até hoje os historiadores se

²³³ Não se ignora, evidentemente, que qualquer teologia, inclusive a pentecostal, pode ser utilizada para justificar regimes políticos antidemocráticos, assim com para qualquer outra bandeira. Como já foi mencionado anteriormente, Weber dizia que interesses práticos podem anular as conseqüências da lógica do dogma. O que se defende, contudo, é que a fundamentação teológica nestes casos poderá ser mais facilmente questionada e refutada, além de provavelmente não ser aceita por muito tempo com o entusiasmo cego que foi aceito em alguns regimes manifestamente desumanos, como o nazismo e o comunismo, em suas diversas formas.

²³⁴ WELLS, 2007, p. 47.

perguntam: como foi possível? Como o povo, os intelectuais, os governantes, etc., puderam se iludir a tal ponto de “não enxergar” (propositalmente, na maioria dos casos) todos os massacres perpetrados por estes regimes? Como um ser humano - Hitler, Stalin, Mao Tse-Tung, Pol Pot - pôde chegar a níveis tão profundos de perversidade?

Em situações extremas como estas, é quase inevitável pensar na ação demoníaca influenciando, inspirando, talvez manipulando os acontecimentos²³⁵. Nesses casos, uma postura de humildade e reconhecimento da existência um mal inexplicável não traria prejuízo a ninguém.

Uma teologia pública pentecostal talvez não precise se expressar, quando no espaço público, usando exatamente a linguagem tradicional de anjos e demônios utilizada nos seus cultos, mas necessita reconhecer a existência de fenômenos que transcendem o material e que podem de alguma forma influenciá-lo, inclusive negativamente. Isso porque nos parece que a negação da existência de uma realidade espiritual implicaria a negação da própria teologia pentecostal.

Paul Freston sugere que as ações de Satanás sejam vistas sob o prisma ético, ou seja, de agentes humanos e sistemas e instituições criados por estes. Desse modo, seria possível compreender as “potestades” demoníacas como estruturas sociais, econômicas, ideológicas, religiosas, políticas, etc., sem negar que os entes demoníacos possam agir de outra forma²³⁶.

Esta concepção é compatível com a leitura pentecostal tradicional, até certo ponto, ou seja, desde que se aceite que a atuação demoníaca não é apenas algo impessoal, estrutural e simbólico mas algo causado por seres espirituais reais e pessoais, que influenciam os seres humanos e as estruturas por eles criadas, atuando das formas mais diversas e imprevisíveis.

De qualquer forma, se a ideia de que existe uma batalha espiritual por trás dos acontecimentos do mundo material, com influências sobre este, for admitida, o ser humano

²³⁵ Em livro sobre o comunismo e o nazismo, Alain Besançon comenta que o possuidor de todos os poderes, numa perspectiva teológica que ficou subentendida por muitos filósofos que refletiram sobre os regimes, era o próprio diabo. Era ele quem comunicava a seus súditos sua “inumana impessoalidade”. Deveríamos manter uma reserva em relação ao centro misterioso chamado dessa maneira por pessoas que viveram e interpretaram a experiência do mal inexplicável destes regimes nestes termos. BESANÇON, Alain. **A Infelicidade do Século**: sobre o comunismo, o nazismo e a unicidade da shoah. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 87.

²³⁶ FRESTON, 2006, p. 43.

estará humildemente reconhecendo que existem realidades espirituais/metafísicas inexplicáveis²³⁷.

Permanecem, no entanto, questionamentos não respondidos, que merecem maiores reflexões e estudos aprofundados, os quais não poderão ser feitos neste trabalho. São eles: em se admitindo a existência de demônios, assim como a possessão demoníaca, como fica a responsabilidade individual do possuído pelos seus atos? Como provar que se trata de possessão demoníaca, inclusive para efeitos legais (por exemplo, responsabilização penal)? Como a crença na ação demoníaca sobre indivíduos e a sociedade pode ser conciliada com a política democrática? Como um político com a crença de que determinada religião ou prática é essencialmente demoníaca e nociva para o cristianismo pode conciliar sua convicção religiosa e teológica com o exercício de seu *munus* público, em especial se ele foi eleito por cidadãos que pensam como ele?

Uma abordagem a estes problemas pode levar em conta a proposta do professor Rudolf von Sinner para a criação de um paradigma de atuação de uma igreja no espaço público atual. Trata-se de uma ousadia humilde (*parrhesia* e *kenosis*)²³⁸. Ao mesmo tempo em que é necessário ousadia para propor coisas novas e não se deixar vencer pelo mal, também se deve desenvolver uma conduta humilde perante a sociedade. Trata-se, esta última, do “esvaziamento” ou auto-humilhação, que não significa servilidade ou fraqueza, mas humildade diante do próximo.

Neste sentido, talvez a postura pentecostal devesse ir em direção a um “autoesvaziamento” da sua concepção de guerra espiritual, pois este discurso, ao menos nos moldes propostos pelo neopentecostalismo (e praticado por alguns assembleianos), não é “comunicável” no espaço público. Com isso se quer dizer que a igreja e o crente pentecostal

²³⁷ Quanto à postura de humilde reconhecimento de realidades espirituais, Bernardo Campos comenta, com razão, que “No se puede entender la teoría de la GE a menos que nos despojemos de ciertos prejuicios cientificistas o de agnosticismos o incredulidades. Es inadmisibile, aunque comprensible, que pueda haber teólogos y misiólogos que no sean capaces de percibir las realidades espirituales al punto de poder desarrollar una práctica misionera que responda a las demandas de una población cautiva por el Diabolo. Que la maldad está extendiéndose en el mundo, lo está. Y por haberse multiplicado la maldad, el amor de muchos se enfriará, dice la Biblia. Eso se dijo en un contexto escatológico y vale para nuestros tiempos. Muchas veces nuestras presunciones científicas no son más que formas sutiles de incredulidad y hasta una falta de apertura, una falta de mentalidad científica como para estar abiertos y advertidos para no hablar categóricamente sobre misterios y sobre asuntos sobre los cuales no tenemos autoridad ni estamos autorizados por la Biblia para afirmarlos o negarlos.” CAMPOS, Bernardo. **La Teoría de La Guerra Espiritual, desafío de La Misiología**. Disponível em: . Acesso em 22/10/2009.

²³⁸ SINNER, Rudolf von. A dimensão pública da igreja. In: WACHHOLZ, Wilhelm (Org.). **Igreja e Ministério: perspectivas evangélico-luteranas**. São Leopoldo: Sinodal, 2009. p. 71-94, à p. 82-85.

podem manter suas convicções e práticas de exorcismos, mas não podem demonizar adversários no debate político, tampouco planejar ou apoiar/negar apoio a políticas públicas meramente por entender que isso é “coisa do demônio”. Também não devem fazer análise de conjuntura meramente através de concepções de guerra espiritual. Exorcizar demônios nacionais não resolverá os diversos problemas sociais do Brasil. Os demais caminhos não podem ser desprezados²³⁹. É necessário fundamentar mais racionalmente os seus discursos no espaço público, levando em conta todas as possibilidades, a fim de não se propor interpretações e soluções por demais reducionistas.

Demonizar culturas inteiras e jogá-las integralmente na lata do lixo da história também não é uma postura adequada²⁴⁰. Esse cuidado deve ser tomado não só pelos crentes em geral, quando no espaço público, mas especialmente pelos missionários.

Além disso, é preciso ter em conta a resposta que a própria teologia pentecostal fornece para o problema da ação demoníaca no mundo. Trata-se do dom de discernimento de espíritos. Ao adentrar no difícil tema da batalha espiritual, só pelo exercício deste dom é que se poderá fugir do erro de achar demônios em qualquer acontecimento ruim. O exercício desse carisma evita tanto o extremo de negligenciar a existência do mundo espiritual, com sua negação (seja por convicção, seja por conveniência, de forma cínica) como o extremo de não buscar as causas naturais ou humanas para os acontecimentos.

Portanto, a AD precisa enfatizar, antes de tudo, o dom de discernimento de espíritos entre seus membros, a fim de que evitar a espiritualização indevida e irresponsável do espaço público, além da demonização do diferente. Também deve refletir mais sobre o significado deste dom, como exercitá-lo melhor, entre outras possibilidades. Suas teologias sistemáticas devem refletir com mais cuidado sobre esta manifestação do Espírito, que é das mais importantes, mas pouco entendida e estudada.

De qualquer forma, deve se deixar claro nos ensinamentos sobre o assunto que não é todo e qualquer acontecimento estranho, para o qual não temos explicações, ou toda e

²³⁹ CAMPOS, Bernardo. **La Teoria de La Guerra Espiritual, desafio de La Misiologia**. Disponível em: <http://www.relep.org/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=46>. Acesso em 22/10/2009.

²⁴⁰ Bernardo de Campos alerta para risco de se fundamentar o etnocentrismo e o rechaço a culturas populares ou às próprias tradições nacionais, na América Latina, em virtude de um discurso radical de guerra espiritual, que tem dificuldade de encontrar pontos positivos em culturas e modos distintos diferentes. CAMPOS, Bernardo. **La Teoria de La Guerra Espiritual, desafio de La Misiologia**. Disponível em: http://www.relep.org/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=46&limit=1&limitstart=3. Acesso em 26/07/2010.

qualquer manifestação supostamente espiritual que pode ser aceita como tal. Sobre o tema, as revistas de escola dominical tem cumprido seu papel, como visto no primeiro capítulo, porque ressaltam, em algumas lições, a importância da não utilização de explicações espiritualizantes simplistas para os fatos cotidianos, motivando assim um engajamento do crente de forma mais responsável e consciente.

Ainda que estas práticas e princípios propostos não sirvam como respostas às questões acima levantadas, servem como arranjos temporários a permitir que os pentecostais contribuam para o espaço público sem renunciar às suas doutrinas tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação visou apresentar o discurso teológico da AD, enfatizando tanto a sua forma mais simples de expressão - as revistas de escola dominical - como alguns pontos importantes da confissão doutrinária dessa denominação, manifestos na literatura teológica publicada pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus.

Essa teologia foi avaliada à luz de alguns princípios da teologia pública. Tal processo exigiu a apresentação de algumas condições para que o pentecostalismo, quando no espaço público, fosse mais facilmente comunicável e aceito pelos não pentecostais e não cristãos como uma manifestação legítima e razoável, que pode dialogar com os diversos saberes e as diversas instâncias da sociedade na busca de princípios para a convivência e para o bem comum.

Ficou demonstrado que tanto o discurso teológico simplificado, em linguagem mais popular (exposto no primeiro capítulo), como as explicações mais detalhadas oferecidas nas teologias sistemáticas e demais obras teológicas (demonstradas no segundo capítulo) apresentam temas em comum, com algumas ênfases aos aspectos sociais da fé cristã. Com isso, assuntos de interesse público foram fundamentados teologicamente pela AD, a qual procurou, pelo menos nos últimos 25 anos, evitar a espiritualização indevida de todos os aspectos da realidade, estimulando a participação consciente do crente diante dos vários espaços públicos da sociedade.

A partir da análise das revistas de escola dominical, feita no primeiro capítulo, conclui-se que o aspecto público, com ênfases no social, político e ecológico, nunca esteve de todo ausente do discurso oficial da AD. Fica evidente, no entanto, que estas questões começaram a ser trabalhadas com maior frequência e qualidade a partir de 1996, havendo por

último uma atualização sensível do discurso a partir de 2005, seguida do surgimento do novo currículo.

A forma, porém, como estes assuntos foram abordados demonstra que os mesmos correspondem a uma parcela relativamente pequena do discurso da denominação, talvez em virtude de suas preocupações com a perda da identidade pentecostal e o “esfriamento” da igreja, a qual poderia se tornar um mero movimento social.

Outrossim, cabe ressaltar que o conteúdo das lições que abordam os problemas sociais e ecológicos, por seu estilo mais conservador, difere daquele proposto pela Teologia da Libertação ou pelos movimentos de esquerda²⁴¹. Isto fica bastante claro nas várias passagens transcritas deste estudo. Por outro lado, é patente na AD a busca de equilíbrio, pois essa igreja não fecha os olhos para a nossa realidade, mas critica os males de nossa sociedade moderna, como o consumismo, sem se esquecer também que as alternativas apresentadas por movimentos mais de esquerda flertam ou flertaram com ideologias ainda mais destrutivas, como o comunismo²⁴². Igualmente se pode destacar a abordagem equilibrada (ao menos de um ponto de vista conservador) que os temas sociais recebem, ao mesmo tempo em que se rejeita o discurso politicamente correto e o ativismo social radical²⁴³.

Em certas situações se defende um “evangelho pleno” ou o equilíbrio entre a ênfase espiritual e o cuidado quanto às necessidades materiais do próximo e do zelo com a criação, na esperança de que a mesma seja redimida nos últimos dias, junto com a humanidade.

Os textos analisados demonstraram também que o antigo ditado que “crente não se mete em política”²⁴⁴, bem como a ideia de que ele deve fugir do mundo para se manter santo, pronto para a vinda de Cristo, já não é uma realidade na teologia assembleiana. O ensino sobre a participação política consciente, sem compra de votos, bem como sobre a importância da presença ativa dos cristãos em todos os setores da sociedade, como formadores de opinião, tem sido uma constante nas lições dos últimos anos. As responsabilidades do “crente”

²⁴¹ Quando se fala em “estilo conservador”, quer-se dizer que em geral se rejeita o marxismo, o relativismo moral, a crítica radical à democracia liberal e ao capitalismo, o cientificismo e, no âmbito teológico propriamente dito, o método histórico-crítico de interpretação da Bíblia, e se adota uma postura teológica fundamentalista, com uma moral rígida. Na AD, portanto, o discurso teológico é conservador. Ressalte-se, porém, que é possível ser considerado teólogo conservador (mas não no âmbito da AD) sem que se aceite todos os pontos do fundamentalismo cristão, como por exemplo o pressuposto da inerrância da Bíblia.

²⁴² Dada a proximidade ideológica da Teologia da Libertação com movimentos socialistas e comunistas, parece evidente que este fator também foi importantíssimo para a rejeição deste discurso. Cf. GILBERTO, 1996.

²⁴³ GILBERTO, 2008a, p. 76.

²⁴⁴ SINNER, Rudolf von. The Churches' Contribution to Citizenship in Brazil. In: **Journal of International Affairs**, fall 2007, vol. 61, n. 1, p. 171-184, à p. 180.

enquanto cidadão da terra são sempre bastante enfatizadas, muito mais, inclusive, que os seus direitos²⁴⁵. Com isso, há a rejeição de um discurso por demais hedonista e egoísta, voltado para si mesmo, segundo o qual apenas se reivindica direitos e mais direitos, e se responsabilizando o Estado ou outras pessoas por todos os males, contratempos e desprazeres da vida em sociedade. Por outro lado, talvez em decorrência de seu conservadorismo, do antigo aforismo retro mencionado e do medo da ideologização do discurso da igreja, com consequentes divisões entre os membros (hipóteses que mereceriam maiores pesquisas), além do seu histórico de boas relações com as autoridades, verifica-se também a ausência de um discurso mais crítico ao Estado e à sociedade²⁴⁶.

Interessante notar que em geral as revistas sobre o Espírito Santo e outras doutrinas bíblicas assembleianas fundamentais não fazem uma associação direta entre estes temas e as questões sociais/públicas. A paracletologia em geral não é trabalhada até estas consequências, mas apenas, de forma bastante genérica, até o âmbito do “amor”, como fruto do Espírito, o qual geralmente envolve o amor a Deus, ao próximo (o que abriria uma porta para preocupações sociais, ainda que este aspecto sempre fique na superficialidade) e a si mesmo²⁴⁷. Assim, foi intuito deste trabalho, especificamente nos capítulos dois e três, oferecer uma abordagem que relacionasse estes pontos específicos da teologia pentecostal com os assuntos afeitos à uma teologia pública.

Nos dois primeiros capítulos, e a partir dos dados estudados, o intuito foi defender que algumas das concepções básicas da teologia pentecostal (Poder de Deus manifesto através

²⁴⁵ O mesmo tipo de constatação foi feita pelo professor Rudolf von Sinner, cf. *ibid.*, p. 181.

²⁴⁶ Por outro lado, nos últimos anos pode-se perceber uma forte crítica nos editoriais do jornal Mensageiro da Paz a algumas políticas adotadas pelo governo federal. Neste sentido, em julho de 2009 censurou-se a política externa do governo Lula, a qual estaria adotando uma “ideologia perniciosa” que fundamenta a aproximação com países dominados por governantes esquerdistas, como Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador e Paraguai, além da tolerância com organizações terroristas como as FARC colombianas e a não extradição do italiano Cesari Battisti, condenado por quatro assassinatos na Itália. Além disso, em suas participações no Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Brasil estaria apoiando ditaduras como Sri Lanka, Coreia do Norte, Congo e Sudão, sempre votando contra sanções a estas nações por violações aos direitos humanos. MENSAGEIRO DA PAZ. **Ideologia Perniciosa nas relações internacionais**. Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1490, julho de 2009, p. 02. Além disso, como já mencionado anteriormente, na percepção da AD, os valores cristãos encontram-se em constante ameaça, inclusive por parte do governo federal, o que se pode exemplificar por este editorial: MENSAGEIRO DA PAZ. **Luta para impor uma visão liberal do mundo**. Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1489, junho de 2009, p. 02. Neste artigo, a AD critica fortemente o Governo Lula, ao mesmo tempo em que elogia alguns aspectos de sua gestão, reconhecendo também que a onda liberalizante começou já no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

²⁴⁷ GILBERTO, Antônio. **Lições Bíblicas. O fruto do Espírito**. Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2006. Lição 3 – “Amor, o fruto excelente”, p. 18-29; GILBERTO, Antonio. **Lições Bíblicas. As doutrinas bíblicas pentecostais**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006. BERGSTEN, Eurico. **Lições Bíblicas. A pessoa e obra do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Lições Bíblicas. As verdades centrais da fé cristã**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

do Espírito Santo, com dons sobrenaturais, eclesiologia, escatologia, santificação e guerra espiritual) sejam compreendidas enquanto: Poder de Deus que implique serviço comunitário humilde para toda sociedade; uma igreja peregrina, mas consciente e atuante; uma ardente expectativa pela consumação do Reino de Deus que motive a transformação social; uma santificação que se expanda pelo social, no combate às injustiças; e uma postura humilde e sábia quanto aos fenômenos espirituais que possam influenciar as pessoas e a sociedade.

O que se pôde constatar, dessa maneira, é que o discurso teológico do pentecostalismo, se bem interpretado, possui aspectos suficientes para fundamentar a participação responsável e consciente dos cristãos vinculados a este movimento no espaço público.

A AD não pretende e não pode ser o bastião do obscurantismo no espaço público. Isso, porém, não significa que seja necessário abandonar seus fundamentos doutrinários centenários. O desafio é interpretá-los em diálogo com a realidade e as novas as exigências sociais. Neste sentido, espera-se que este trabalho possa ser enquadrado como uma iniciativa preliminar para o início de tal caminhada.

De qualquer forma, cabem maiores reflexões, a partir da teologia pentecostal, sobre as possibilidades de atuação do crente assembleiano nas esferas públicas, seja como político, seja como personalidade pública, seja como cientista ou como alguém desempenhando uma função pública. Em princípio, um funcionário público, por exemplo, não precisa necessariamente abandonar as suas convicções teológicas, as quais integram a identidade pentecostal. Porém, alguns limites para a manifestação da sua opinião no espaço público, em especial no terreno político, devem ser reconhecidos, uma vez que esta opinião seja influenciada ou determinada por sua visão teológica. Não se propõe a retirada da teologia pentecostal para o espaço privado, mas apenas uma adaptação do seu discurso, nos moldes propostos acima, que, ao mesmo tempo em que não renuncie a sua identidade, seja relevante e comunicável num mundo cada vez mais secularizado.

As convicções teológicas pentecostais não são por si só perigosas para um Estado Democrático de Direito, mas podem tornar-se, dependendo dos desenvolvimentos posteriores e interesses envolvidos quando no espaço público. Isso, porém, vale para toda e qualquer ideologia e religião. Por outro lado, parece perfeitamente possível a participação engajada na vida social, a defesa da democracia e conscientização política ainda que se comungue das

concepções teológicas clássicas do pentecostalismo, utilizando-as para fundamentar este engajamento. De qualquer forma, fica aberta a possibilidade de desenvolvimentos posteriores mais aprofundados sobre a dimensão pública da teologia pentecostal, enfrentando-se o desafio de ser uma igreja relevante e atuante perante a sociedade, e que colabora para o bem comum.

Como postura pública mais adequada, o pentecostalismo não deve procurar transmitir os valores do Reino de Deus apenas pela demonstração de poder sobrenatural, através de sinais e prodígios, mas lhe compete contribuir através de uma reflexão teológica equilibrada que leve em conta a sua herança espiritual, sem negligenciar, porém, os demais saberes teológicos e as demais dimensões da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Gedeon Freire de. **Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, e todo louvor a Deus: Assembleia de Deus: origem implantação e militância.** Dissertação de mestrado. São Bernardo do Campo: Umesp, 2000.
- ALMEIDA, Joéde Braga de. **O Sagrado e o Profano: construção e desconstrução dos usos e costumes nas Assembleias de Deus no Brasil.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Mackenzie, 2007.
- ALVES, Ailton José. Crise de comportamento no pentecostalismo. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1492, p. 21, setembro de 2009.
- ALVES, Eduardo Leandro. Não nos deixemos levar pelos padrões comportamentais do mundo. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, CPAD, ano 79, n. 1489, junho de 2009, p. 25.
- ANDRADE, Claudionor Corrêa. **Lições Bíblicas. Malaquias: contra o formalismo e as iniquidades na Casa de Deus.** Rio de Janeiro: CPAD, 1999.
- _____. **Lições Bíblicas. Não terás outros deuses diante de mim.** Rio de Janeiro: CPAD, 2000.
- _____. **Lições Bíblicas. As verdades centrais da fé cristã.** Rio de Janeiro: CPAD, 2006.
- _____. **Lições Bíblicas. As Disciplinas da Vida Cristã: trabalhando em busca da perfeição.** Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.
- ARAÚJO, Israel. **Dicionário do Movimento Pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 2007.
- BERGSTEN, Eurico. **Lições Bíblicas. A pessoa e obra do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: CPAD, 2004.
- BESANÇON, Alain. **A Infelicidade do Século: sobre o comunismo, o nazismo e a unicidade da shoah.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

- BÍCEGO, Valdir. **Lições Bíblicas. Aprendendo com os erros e acertos dos servos de Deus.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996.
- BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL.** Tradução de João Ferreira de Almeida. Ed. rev. e corrigida. Comentários de Donald C. Stamps. Rio de Janeiro, CPAD, 1997.
- BOBSIN, Oneide. **Correntes Religiosas e Globalização. Aspectos Políticos e Culturais.** São Leopoldo: CEBI, IEPG, PPL, 2002.
- BURGESS, Stanley M.; MAAS, Eduard M. van der. **The New International Dictionary of Pentecostal and Charismatic Movements.** Grand Rapids: Zondervan, 2003.
- CABRAL, Elienai. **Lições Bíblicas.** Rio de Janeiro: CPAD, 1987.
- _____. **Mordomia Cristã.** Rio de Janeiro: CPAD, 2006.
- _____. A autenticidade do testemunho cristão. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1487, abril de 2009, p. 25.
- _____. Pseudopentecostalismo (1ª parte). **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1490, julho de 2009, p. 21.
- CADY, Linnel. **Religion, Theologie and American Public Life.** Albany: State University of New York, 1993.
- CAMPOS, Bernardo. **Da Reforma Protestante à Pentecostalidade da Igreja.** São Leopoldo: Sinodal, 2002.
- _____. **La Teoria de La Guerra Espiritual, desafio de La Misiologia.** Disponível em: <http://www.relep.org/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=46>. Acesso em 22/10/2009.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Abordagens Usuais no Estudo do Pentecostalismo. In: **Revista de Cultura Teológica**, vol, 3, n. 13, p. 21-35, 1995.
- CASTRO, Reginaldo Plácido de. **Na dimensão do Espírito: uma leitura da teologia pentecostal em interface com a Teologia Sistemática de Paul Tillich.** São Leopoldo: IEPG EST, 2008.
- CÍMACO, J. Armando. **Um grito pela vida da igreja.** Rio de Janeiro, CPAD, 1996.
- CONDE, Emílio. **História das Assembleias de Deus no Brasil.** Rio de Janeiro: CPAD, 2006.
- CONSELHO DE DOCTRINA DA CGADB. **Manual de Doutrina das Assembleias de Deus no Brasil.** 7a ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.
- COUTO, Geremias do. **Lições Bíblicas. Discipulado e integração: o segredo para o crescimento da igreja.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996.

- _____. **Lições Bíblicas. Sermão do Monte: a transparência da vida cristã.** Rio de Janeiro: CPAD, 2001
- _____. **Lições Bíblicas. Igreja: projeto de Deus.** Rio de Janeiro: CPAD, 1998.
- _____□□ **Lições Bíblicas. E agora, como viveremos?** Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.
- _____. **Eclesiologia – a Doutrina da Igreja.** In: GILBERTO, Antônio, et al. **Teologia Sistemática Pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 379-440.
- DAMIÃO, Valdemir. **Igreja no Século XXI.** Rio de Janeiro: CPAD, 2005.
- DANIEL, Silas (ed.). **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil.** Rio de Janeiro: CPAD, 2005.
- DREHER, Martin N. **A igreja latino-americana no contexto mundial.** Vol. 4. São Leopoldo: Sinodal, 1999.
- DRISCOLL, Mark. **A igreja e a supremacia de Cristo em um mundo pós-moderno.** In PIPER, John; TAYLOR, Justin (Orgs.). **A Supremacia de Cristo em um Mundo Pós-Moderno.** Rio de Janeiro: CPAD, 2007, p. 135-159.
- DUSING, Michael L. **A Igreja do Novo Testamento.** In: HORTON, Stanley (Ed). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 535-578.
- FRESTON, Paul. **Uma breve história do pentecostalismo brasileiro: a Assembleia de Deus.** In: **Religião e Sociedade**, vol./n. 16/3, 1994a, p. 104-129.
- _____. **Evangélicos na Política Brasileira: história ambígua e desafio ético.** Curitiba: Encontro Editora, 1994b.
- _____. **Pentecostalismo. Seminário Unipop.** Belém: Unipop, 1996.
- _____. **Religião e Política Sim, Igreja e Estado Não.** Viçosa: Ultimato, 2006.
- FERREIRA, Tulio Barros. **Lições Bíblicas. A igreja e a obra missionária.** Rio de Janeiro: CPAD, 1990.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **A democracia no limiar do século XXI.** São Paulo: Saraiva, 2001.
- GABY, Wagner. **Angelologia – a Doutrina dos Anjos.** In: GILBERTO, Antônio, et al, **Teologia Sistemática Pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 441-482.
- GILBERTO, Antônio. **Lições Bíblicas.** Rio de Janeiro: CPAD, 1990.
- _____. **Lições Bíblicas. Sal e Luz: as marcas do cristão atual.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996.
- _____. **Verdades Pentecostais.** Rio de Janeiro: CPAD, 2006a.
- _____. **Lições Bíblicas. As doutrinas bíblicas pentecostais.** Rio de Janeiro: CPAD, 2006b.

- _____. **Lições Bíblicas. O fruto do Espírito.** Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.
- _____. **Lições Bíblicas. A igreja e a sua missão.** Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.
- _____. **Lições Bíblicas. As doenças do nosso século: as curas que a Bíblia oferece.** Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2008a.
- _____. Soteriologia: a doutrina da salvação. In: ID, et al. **Teologia Sistemática Pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 2008b, p. 331-378.
- _____. Pneumatologia – a Doutrina do Espírito Santo. In: ID, et al. **Teologia Sistemática Pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 2008c, p. 173-224.
- GILBERTO, Antônio; ANDRADE, Claudionor; SOARES, Ezequias; RENOVATO, Elinaldo; CABRAL, Elienai; COUTO, Geremias do; GABY, Wagner e ZIBORDI, Ciro Sanches: **Teologia Sistemática Pentecostal**, Rio de Janeiro: CPAD, 2008.
- GONÇALVES, José. Cuidado com o pós-pentecostalismo. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1491, p. 21, agosto de 2009.
- GONZALEZ, Justo. **Uma História Ilustrada do Cristianismo.** Vol. 6: A Era dos Reformadores. São Paulo: Vida Nova, 2001.
- _____. **História Ilustrada do Cristianismo.** Vol 2: A Era dos dogmas e das dúvidas. São Paulo: Vida Nova, 1993.
- HAGGLUND, Bengt. **História da Teologia.** 6^a ed. Porto Alegre: Concórdia, 1999.
- HOLLENWEGER, Walter. **El Pentecostalismo: historia y doctrinas.** Buenos Aires: La Aurora, 1976.
- HORTON, Stanley M. (Ed). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996.
- JAEGER, Werner. **Cristianismo Primitivo e Paideia Grega.** Lisboa: Edições 70, 2002.
- JOSGRILBERG, Rui. Pentecostalismo e Questões Teológicas. In: **Revista de Cultura Teológica**, vol. 3, n. 13, p. 57-68, 1995.
- KELLER, Tim. O evangelho e a supremacia de Cristo em um Mundo Pós-Moderno. In: PIPER, John; TAYLOR, Justin (Orgs.). **A Supremacia de Cristo em um Mundo Pós-Moderno.** Rio de Janeiro: CPAD, 2007, p. 111-134.
- KLAUS, Byron D. A missão da igreja. In: HORTON, Stanley (Ed). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 579-608.
- KOOPMAN, Nico. Apontamentos sobre a teologia pública hoje. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 22, mai.-ago. 2010 (no prelo)

- LIM, David. Os Dons Espirituais. In: HORTON, Stanley (Ed.). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 465-500.
- LIMA, Elinaldo Renovato de. **Lições Bíblicas. Mestre. Tiago: a prática da vida cristã**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.
- _____. **Lições Bíblicas. Ética Cristã: confrontando as questões morais**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.
- _____. **Lições Bíblicas. Aprendendo diariamente com Cristo**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.
- _____. **Ética Cristã**. 4. ed. Rio de Janeiro, CPAD, 2007.
- LIRA, Eliezer. **Lições Bíblicas. Salvação e Justificação: Os pilares da fé cristã**. Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.
- _____. **Lições Bíblicas. Tempos trabalhosos: Como enfrentar os desafios desse século**, Rio de Janeiro: CPAD, 2007.
- LUTERO, Martinho. Da Autoridade Secular, até que ponto se lhe deve obediência. In: **Obras Selecionadas**. Vol. 6. São Leopoldo: Sinodal e Concórdia, 1996.
- MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.
- MENSAGEIRO DA PAZ. Rio de Janeiro: CPAD.
- MESQUITA, Antonio. **Fronteira Final**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.
- MILLER, Donald E; TETSUNAO, Yamamori. **Global Pentecostalism: The new face of christian social engagement**. Berkeley: University of California Press, 2007.
- MOLTMANN, Jürgen. **Vida, Esperança e Justiça: um testamento para a América Latina**. São Bernardo do Campo: Editeo, 2008.
- MONTEIRO, Yara Nogueira. Pentecostalismo no Brasil: os desafios da pesquisa. In: **Revista de Cultura Teológica**, vol. 3, n. 13, 1995, p. 07-21.
- MORAES, Alexandre. **Constituição do Brasil Interpretada**. São Paulo, Atlas 2007.
- MUELLER, Enio R. **Teologia Cristã em poucas palavras**. São Paulo: Teológica, 2005.
- OLIVEIRA, Raimundo de. **Lições Bíblicas**. Rio de Janeiro: CPAD, 1989.
- OLSON, Lawrence. **O Plano Divino Através dos Séculos**. 25. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.
- ORO, Ari Pedro. **Avanço Pentecostal e Reação Católica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

- _____. **A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religiosos e políticos brasileiros.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092003000300004&script=sci_arttext>. Acesso em 10 jul. 2009.
- _____. **Princípios Religiosos e práticas políticas de “religiosos políticos” e de “políticos laicos”.** Disponível em: < <http://www.gripal.ca/content/view/43/72/> >. Acesso em 10 jul. 2009.
- PADILLA, C. René. **O que é missão integral?** Viçosa: Ultimato, 2009.
- PIPER, John; TAYLOR, Justin (Orgs.). **A Supremacia de Cristo em um Mundo Pós-Moderno.** Rio de Janeiro: CPAD, 2007.
- PIRES, Anderson Clayton. **A Hermenêutica Política da Esperança de Jürgen Moltmann em Diálogo com a Espiritualidade Neoprotestante Brasileira: O Binômio Saúde e Doença como Novo Paradigma de Teologicidade.** Tese de doutorado. São Leopoldo: EST, 2007.
- PURDY, Vernon. A Cura Divina. In: HORTON, Stanley (Ed.). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 501-534.
- QUINTERO, Manuel (ed.). **Un debate sobre Pentecostalismo y Misión de la Iglesia en América Latina.** Quito: CLAI, 1997.
- RENOVATO, Elinaldo. **Lições Bíblicas. Tempos trabalhosos: Como enfrentar os desafios desse século,** Rio de Janeiro: CPAD, 2007.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. A face conservadora do pentecostalismo. In: **Revista de Cultura Vozes,** vol 83, n. 6, p. 645-658, 1989.
- SANTOS, José Antonio dos. O arrebatamento da igreja, a ressurreição dos justos e o milênio. **Mensageiro da Paz,** Rio de Janeiro: CPAD, ano 79, n. 1490, p. 25, julho de 2009.
- SIEPIERSKI, Paulo D. Pós Pentecostalismo e Política no Brasil. In: **Estudos Teológicos,** vol. 37, n. 1, 1997, p. 28-46.
- SINNER, Rudolf von. **Confiança e Convivência.** São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- _____. Brazil: From Liberation Theology to a Theology of Citizenship as Public Theology. **International Journal of Public Theology,** Leiden, ano 1, n. 4, p. 338-363, 2007.
- _____. The Contribution of the Churches to Citizenship in Brazil, in: **Journal of International Affairs,** New York, ano 61, n. 1, p. 171-184, 2007.
- _____. A dimensão pública da igreja. In: WACHHOLZ, Wilhelm (Org.). **Igreja e Ministério: perspectivas evangélico-luteranas.** São Leopoldo: Sinodal, 2009. p. 71-94.

- _____. **Teologia Pública no Brasil: contribuição sem imposição.** Texto apresentado em reunião do grupo de pesquisa Ética Teológica e Sociedade, do Programa de Pós Graduação em Teologia da EST, setembro de 2009.
- SILVESTRE, Armando Araújo. **Calvino e a Resistência ao Estado.** São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.
- SILVA, Ezequias Soares da. **Lições Bíblicas. Evangelhos Sinóticos: a perfeita harmonia.** Rio de Janeiro: CPAD, 1994.
- SILVA, José Apolônio da. **Grandes Perguntas Pentecostais.** Rio de Janeiro: CPAD, 2003.
- SMIT, Dirkie. Notions of the Public and Doing Theology. **International Journal of Public Theology**, Leiden, ano 1, n. 1, p. 431-454.
- SOARES, Esequias. **Lições Bíblicas. Atos: o padrão para a igreja da última hora.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996.
- _____. **Lições Bíblicas. Romanos: o evangelho da justiça de Deus.** Rio de Janeiro: CPAD, 1998.
- _____. **Lições Bíblicas Oséias: A restauração dos filhos de Deus.** Rio de Janeiro: CPAD, 2002.
- _____. **Lições Bíblicas. Heresias e Modismos: combatendo os erros doutrinários.** Revista do Mestre. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.
- STACKHOUSE, Max. Public Theology and Political Economy in a Globalizing Era. In: STORRAR, William; MORTON, Andrew (Ed.) **Public Theology for the 21 Century: Essays in honor of Duncan B. Forrester.** London; New York: T&T Clark, p. 179-194, 2004, à p. 191.
- _____. Reflection on How and Why we go Public. **International Journal of Public Theology.** Leiden, ano 1, n. 1, 2007, p. 421-430.
- _____. **Sociedade Civil, Teologia Pública, e a Configuração Ética da Organização Política em uma Era Global.** Apresentação no Simpósio Internacional de Teologia Pública na América Latina. São Leopoldo, EST, 2008.
- STORRAR, William; MORTON, Andrew (Ed.) **Public Theology for the 21 Century: Essays in honor of Duncan B. Forrester.** London; New York: T&T Clark, 2004.
- VACCARO, Gabriel O. **Identidad Pentecostal.** Quito; CLAI, 1990.
- VOEGELIN, Eric. **Ordem e História. Volume I: Israel e a Revelação.** São Paulo: Loyola, 2009.
- THIEMANN, Ronald. **Constructing a Public Theology: the Church in a Pluralistic Culture.** Louisville: Westminster/John Knox Press, 1991.

- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- WELLS, David. A Supremacia de Cristo em um Mundo Pós Moderno. In PIPER, John; TAYLOR, Justin (Orgs.). **A Supremacia de Cristo em um Mundo Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007, p. 19-51.
- WESTPHAL, Euler. A Ética Social na Teologia de John Wesley In: **Vox Scripturae**, vol. 7, p. 83-97, dezembro de 1997.
- WYCKOFF, John W. O Batismo no Espírito Santo. In: HORTON, Stanley (Ed.). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 431- 464.

ANEXO

SUMÁRIO DAS REVISTAS DE ESCOLA DOMINICAL PUBLICADAS PELA
CPAD ENTRE 1987 E 2008

- 1987: Mordomia Cristã; Família e Lar; Doutrina de Deus.
- 1988: Tipologia Bíblica, Ética Cristã, Verdades Pentecostais, Doutrina dos Anjos e do Homem.
- 1989: Epístola de Tiago, Igreja no Apocalipse, A Vinda de Cristo, O Espírito Santo.
- 1990: Parábolas de Jesus, Doutrinas Bíblicas, Igreja, Biografias Bíblicas.
- 1991: Gênesis, Bíblia, Biografias Bíblicas, Êxodo.
- 1992: Josué (livro de), Evangelização, Vida de Jesus, .
- 1993: Década da Colheita, Avivamento, Família.
- 1994: Espírito Santo, Cristo, Evangelhos Sinóticos, Parábolas de Jesus.
- 1995: Salvação, Daniel, Gênesis.
- 1996: Discipulado, Biografias, Atos, Sal e Luz.
- 1997: Salmos, 1 e 2 Coríntios.
- 1998: Verdades Pentecostais, Romanos, Escatologia, Igreja.
- 1999: Tiago (epístola de), Liberdade Cristã, Malaquias, Efésios.
- 2000: Avivamento, Ensinos de Jesus para o Mundo Atual, Evangelismo e Missões, Idolatria.

2001: Doutrinas Bíblicas, Sermão do Monte, Hebreus, 1 e 2 Pedro.

2002: Judas, Oséias, Ética Cristã, Abraão.

2003: Visão Panorâmica do AT, Aprendendo Diariamente com Cristo,

2004: Espírito Santo, Colossenses, Escatologia.

2005: O Fruto do Espírito, As Parábolas de Jesus, Vida Santa até a Volta de Cristo, E Agora, Como Viveremos? (análise crítica da pós-modernidade);

2006: Romanos, Heresias e Modismos, As Doutrinas Bíblicas Pentecostais, As Verdades Centrais da Fé Cristã.

2007: A Igreja e sua Missão, Tempos Trabalhosos – Como Enfrentar os Desafios deste Século, A Busca do Caráter Cristão, As Promessas de Deus para sua Vida.

2008: Jesus Cristo: Verdadeiro Deus e Verdadeiro Homem, As Disciplinas da Vida Cristã, As Doenças do Nosso Século, O Livro de Deus e o Deus do Livro (Doutrina de Deus e da Bíblia, à luz dos tempos atuais).